



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 25 - QUARTA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1 ^a - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 ^º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 ^º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 ^º - Aelton Freitas – PL-MG
---	--

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) - 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR- 1 Marcelo Crivella	 LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	 LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leonmar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2006(*)

Aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo que Institui o Prêmio Camões, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo que Institui o Prêmio Camões, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Protocolo acima citado está publicado no **DSF** de 7-12-2005

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 2006(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Brasília, em 7 de junho de 2001.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Brasília, em 7 de junho de 2001.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 7-12-2005

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2006(*)

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia referente à Cooperação Tecnológica na Área de Mistura de Etanol em Combustíveis para Transportes, celebrado em Nova Delhi, em 8 de abril de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia referente à Cooperação Tecnológica na Área de Mistura de Etanol em Combustíveis para Transportes, celebrado em Nova Delhi, em 8 de abril de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Memorando acima citado está publicado no **DSF** de 14-12-2005

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 2006(*)

Aprova o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Níquel – GIEN.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Níquel – GIEN.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão dos referidos Termos, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da matéria acima citada está publicado no **DSF** de 14-12-2005

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006(*)

Aprova o texto da Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 12 de novembro de 1974, e em vigor a partir de 15 de setembro de 1976.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 12 de novembro de 1974, e em vigor a partir de 15 de setembro de 1976.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Convenção acima citada está publicado no **DSF** de 19-1-2006

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 2006(*)

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador na Área de Defesa Civil, celebrado em Quito, em 1º de outubro de 2001.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador na Área de Defesa Civil, celebrado em Quito, em 1º de outubro de 2001.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Memorando acima citado está publicado no **DSF** de 19-1-2006

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 2006(*)

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Promoção do Setor Pesqueiro, celebrado em 26 de agosto de 2003, em Lima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Promoção do Setor Pesqueiro, celebrado em 26 de agosto de 2003, em Lima.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Memorando acima citado está publicado no **DSF** de 19-1-2006

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 4ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2003, de autoria do Senador Ney Suassuna, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola, rejeitada em apreciação terminativa pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Ao Arquivo.....

05703

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 201, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República as informações que menciona.....

05703

Nº 202, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona.....

05703

Nº 203, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Tribunal de Contas da União a informações que menciona.....

05704

1.2.3 – Ofícios

Nº 93/2006, de 15 do corrente, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2003 (nº 735/2003, na Câmara dos Deputados), sancionado e convertido na Lei nº 11.275, de 2006.

05705

Nº 116/2006, de 20 do corrente, da Liderança do Partido Liberal na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 280, de 2006.....

05705

Nº 117/2006, de 20 do corrente, da Liderança do Partido Liberal na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 281, de 2006.....

05705

1.2.4 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 11, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge, que dá nova redação ao **caput** do art. 62 da Constituição Federal, para limitar a dez o número anual de medidas provisórias que o Presidente da República poderá adotar.

05705

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR PAPALÉO PAES – Necessidade da modernização da Companhia de Água e Esgotos do Estado do Amapá. Solicitação de apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico no País.....

05709

SENADOR GILVAM BORGES – Anúncio da liberação, nos próximos 30 dias, da 1ª parcela dos recursos destinados à construção da Ponte Binacional, no Rio Oiapoque, ligando o Brasil à Guiana Francesa.....

05711

SENADOR ALVARO DIAS – Homenagem pelos 52 da fundação da Petrobrás e acusou o governo federal de aproveitar do anúncio da auto-suficiência do Brasil em petróleo, para deflagrar uma campanha de **marketing** eleitoral.....

05712

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Justificação de requerimento de voto de lembrança a João Guimarães Rosa, pela passagem do cinqüentenário do lançamento de “Grande Sertão Veredas”. Desafio ao Presidente Nacional do PT, Ricardo Berzoini, a processar S. Exª por acusar o governo da prática de corrupção.....

05716

SENADOR MÃO SANTA – Críticas à arrecadação recorde de impostos pelo governo em janeiro..

05725

SENADOR TIÃO VIANA – Registra ação do governo do Estado do Acre em socorro aos desabrigados pela enchente.....

05726

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Críticas ao presidente Lula por ter ido à Bahia para inaugurar a Universidade do Vale do São Francisco, que foi construída pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.....

05730

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Críticas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em razão das inaugurações de que vem participando em todo o país.....

05731

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Questionamentos sobre o crédito consignado concedido aos aposentados pelo Governo Federal.....

05733

SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Leitura do parecer da Comissão de Ética Pública da Presidência da República à representação que fez contra o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que te-

ria ofendido a honra do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen.....	05736
1.2.6 – Leitura de requerimento	
Nº 204, de 2006, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2005 (nº 3.096/2004, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Governador José Richa” o trecho da rodovia BR-476 entre as cidades de Adrianópolis e Curitiba, no Estado do Paraná.	05737
1.2.7 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 85, de 2006 (nº 70/2006, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2005 (nº 4.724/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 504, 506, 515 e 518 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões, sancionado e transformado na Lei nº 11.276, de 7 de fevereiro de 2006.....	05737
Nº 86, de 2006 (nº 71/2006, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2005 (nº 4.728/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que acresce o art. 285-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, sancionado e transformado na Lei nº 11.277, de 7 de fevereiro de 2006.....	05737
Nº 87, de 2006 (nº 72/2006, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2005 (nº 5.629/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – Franave, sancionado e transformado na Lei nº 11.278, de 7 de fevereiro de 2006;.....	05737
Nº 88, de 2006 (nº 79/2006, na origem), de 9 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 2005 (nº 4.142/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o ensino na Marinha, sancionado e transformado na Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006.....	05737
Nº 89, de 2006 (nº 908/2005, na origem), de 23 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 57, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de trinta e nove milhões, duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e dezoito reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.243, de 23 de dezembro de 2005.....	05738
Nº 90, de 2006 (nº 910/2005, na origem), de 23 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 45, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios	

da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Defesa, crédito suplementar no valor global de cento e dezoito milhões, seiscentos e dez mil, cento e trinta e um reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.245, de 23 de dezembro de 2005.....	05738
Nº 91, de 2006 (nº 914/2005, na origem), de 23 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 70, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de quatrocentos e vinte e dois milhões, trinta e sete mil, setecentos e sessenta e um reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.249, de 23 de dezembro de 2005.	05738
1.2.8 – Comunicações da Presidência	
Arquivamento da Petição nº 2, de 2004, que trata de solicitação do Sr. Humberto Costa, então Ministro de Estado da Saúde, no sentido de comparecer ao Plenário desta Casa para expor assunto de relevância do seu Ministério.	05738
Designação do Senador Arthur Virgílio para representar o Senado Federal na solenidade de posse do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Gilmar Mendes, no cargo de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a realizar-se hoje, às 19 horas.....	05738
1.2.9 – Comunicação do Senhor Presidente Senador Renan Calheiros	
Referente à impossibilidade de S. Ex ^a presidir a Ordem do Dia da presente sessão em virtude do embarque, nesta data, para o Estado de Alagoas, onde receberá o Senhor Presidente da República que, no município de Arapiraca, lançará a pedra fundamental do Campus Avançado da Universidade Federal daquele Município.....	05738
1.3 – ORDEM DO DIA	
Item 1	
Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2003 (nº 4.732/98, na Casa de origem), que regulamenta a produção e comercialização de insumos, equipamento, material ou maquinaria destinados à fabricação, acondicionamento, embalagem, controle de qualidade ou emprego em qualquer outra fase da cadeia produtiva de medicamentos para uso humano ou veterinário e de qualquer material destinado à utilização em odontologia ou para fins diagnósticos. Aprovado , com os votos contrários dos Srs. Sibá Machado e Geraldo Mesquita Júnior, e da Sra. Fátima Cleide. À sanção	05738
Item 2	
Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2004 (nº 4.176/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a alienação de terras da União aos Municípios de Belterra e Aveiro, no Estado do Pará. Aprovado . À sanção	05740

Item 3

Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004 (nº 3.220/2000, na Casa de origem), que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (dispõe sobre licenciamento ambiental). **Aprovado com as Emendas nºs 1 e 2-CMA.** À Comissão Diretora para redação final das emendas.

05741

31 de maio de 2001, e assinado pelo Brasil, em 11 de julho de 2001. **Aprovado. À promulgação.....**

05744

Item 10

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002. **Discussão adiada** para a sessão do dia 5 de abril próximo, nos termos do Requerimento nº 205, de 2006, tendo usado da palavra o Sr. Romero Jucá....

05744

1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2005 (nº 3.096/2004, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Governador José Richa” o trecho da rodovia BR-476 entre as cidades de Adrianópolis e Curitiba, no Estado do Paraná. **(Apreciado em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 204, de 2006, lido no Expediente e aprovado nesta oportunidade, e com aquiescência do Plenário). Aprovado**, tendo usado da palavra os Srs. Romero Jucá, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, José Agripino, Romeu Tuma, Antero Paes de Barros e Marco Maciel. **À sanção.....**

05745

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004 (**Parecer nº 178, de 2006-CDIR**). **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 206, de 2006. À Câmara dos Deputados...

05747

1.3.2 – Leitura de pareceres

Nºs 179 a 185, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 1.501, de 2005; 15, 16, 42, 73, 82 e 104, de 2006, de informações a Ministros de Estado.

05748

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, dos Requerimentos de Informações nºs 1.501, de 2005; 15, 16, 42, 73, 82 e 104, de 2006.....

05754

1.3.4 – Leitura de requerimentos

Nº 207, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à jornalista e escritora Ana Vasco pela publicação do livro *Aécio Neves – De facto et de jure*.

05755

Nº 208, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao escritor, jornalista e político Acir dos Santos Filó, pela publicação do livro *Geraldo Alkmin, o menino, o homem, o político*.

05755

Nº 209, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança ao saudoso escritor brasileiro João Guimarães Rosa, ao ensejo da passagem do cinquentenário do lançamento da obra *Grande Sertão Veredas*.

05755

1.3.5 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *ROMEU TUMA* – Homenagem pelo transcurso do 61º aniversário da tomada do Monte Castelo, um dos maiores feitos da Força Ex-

pedicionária Brasileira em solo europeu durante a 2ª Guerra Mundial.....	05756	PT", publicada pela revista IstoÉ , edição de 22 de fevereiro do corrente.....	05786
SENADOR CESAR BORGES, como Líder – Preocupação com o rumo do setor elétrico brasileiro, advertindo que os efeitos danosos da política atual para o setor serão sentidos na próxima administração.....	05759	SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro de matéria intitulada "Caso Waldomiro 'racha' ofuscaram duas últimas festas", publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 14 de fevereiro do corrente....	05788
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentários à reportagem do jornal Correio Braziliense sobre os mais de 30 mil ligações recebidas no celular utilizado pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e pelo seu secretário particular, Ademirson Ariovaldo da Silva.....	05761	SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro de matéria intitulada "aos 26, PT esconde crise e evita mea-culpa", publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 13 de fevereiro do corrente.	05789
SENADOR LEONEL PAVAN – Alerta para crise no setor moveleiro do Estado de Santa Catarina.....	05762	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do artigo intitulado "Brincando de astronauta", de autoria do doutor em Ciências Sociais, Marcelo Leite, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 12 de fevereiro do corrente.....	05790
SENADOR ROMERO JUCÁ – Protesto e indignação contra invasão em sua residência e no escritório em Boa Vista, por equipes de filmagem supostamente contratadas pelo governador de Roraima, Ottomar Pinto.....	05765	SENADOR ALVARO DIAS – Registro de matéria intitulada "Tapa-buraco já precisa de novo tapa-buraco", publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 14 de fevereiro do corrente.	05791
SENADOR SIBÁ MACHADO – Defesa pelo fim do exame vestibular para ingresso nas universidades.	05766	SENADOR PAULO PAIM – A crise calçadista no Estado do Rio Grande do Sul.....	05792
SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Críticas aos programas de microcrédito do governo federal.....	05769	1.3.7 – Comunicação da Presidência	
SENADOR MAGNO MALTA – Preocupação com a desumanidade nos presídios brasileiros.....	05771	Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 22, às 9 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	05792
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Louva fim do nepotismo no poder judiciário, solicitando providências para que a medida se estenda aos poderes executivo e legislativo.	05777	1.4 – ENCERRAMENTO	
SENADORA IDELI SALVATTI – Exalta desempenho dos bancos oficiais em favor do desenvolvimento dos programas sociais do governo federal.	05777	2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 21-2-2006	
SENADOR FLÁVIO ARNS – Convocação da sociedade para engajarem na campanha da fraternidade 2006, que tem como tema "fraternidade e pessoas com deficiência".	05779	SENADO FEDERAL	
SENDORA HELOÍSA HELENA – Considerações sobre o valor do salário mínimo.	05780	3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
1.3.6 – Discursos encaminhados à publicação		– 52ª LEGISLATURA	
SENADOR VALMIR AMARAL – Reconhecimento e louvor aos combatentes que lutaram no episódio da tomada de Monte Castelo, há 61 anos.. ..	05784	4 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
SENADOR ROMERO JUCÁ – Elogio ao Programa de Promoção da Igualdade no Meio Rural, implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.	05784	5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
SENADOR LEONEL PAVAN – Comentário sobre matéria intitulada "Prefeita relata uso eleitoral de programa social", publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 14 de fevereiro do corrente....	05785	6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro de matéria intitulada "É tudo festa no	05785	7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
		12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
		14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
		15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	

Ata da 4^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 21 de Fevereiro de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, João Alberto Souza, Papaléo Paes,
Aelton Freitas, Romeu Tuma e Garibaldi Alves Filho.*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 21/2/2006 07:36:59 até 21/2/2006 20:30:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X	PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X	PFL	PE	JOSÉ JORGE		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA		X	PSDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA		X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS		X	PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X	PSDB	SC	LEONEL PAVAN		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X	PMDB	PA	LUÍZ OTÁVIO		X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X	PSDB	CE	LUÍZ PONTES		X
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X	Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	PMDB	PI	MÃO SANTA		X
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL		X	PFL	PE	MARCO MACIEL		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X	PFL	DF	PAULO OCTAVIO		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X	PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	PFL	SP	ROMEU TUMA		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI		X
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
PFL	PI	HERACLITO FORTES		X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X	PTB	DF	VALMIR AMARAL		X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA		X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X					
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
PFL	MT	JONAS PINHEIRO		X					
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN		X					

Compareceram: 66 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 66 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, § 3º do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2003**, de autoria do Senador Ney Suassuna, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola.

Tendo sido rejeitado em apreciação terminativa pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 201, DE 2006

Requer informações à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, acerca dos custos e objetivos da publicação de 34 páginas com propaganda do Governo, distribuída em teatros, residências e outros locais.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, que sejam solicitadas informações à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, acerca da publicação de propaganda em formato de jornal colorido e distribuído fartamente ao povo, com o título “Brasil, um País de Todos” e como matéria principal texto sobre desenvolvimento social. Indaga-se:

1 – Qual o custo unitário dessa publicação de propaganda?

2 – Qual a tiragem da publicação?

3 – Qual a participação do Ministério do Planejamento, incluído no expediente da publicação como co-editor?

Justificação

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscaliza e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em tela, estou requerendo informações sobre uma publi-

cação de 34 páginas em cores e destinada à propaganda do Governo.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 202, DE 2006

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Silas Rondeau, o presente requerimento, para que forneça informações a respeito dos contratos e convênios de patrocínios estabelecidos pela Petrobrás, nos anos de 2003 até a presente data.

Gostaríamos de solicitar ao ministro:

a) Demonstrativos dos contratos e convênios de patrocínios firmados pela Petrobrás, a partir de 2003, listados ano a ano, detalhando os objetivos, as entidades envolvidas, os prazos e os valores parciais e totais;

b) Cópia dos contratos e convênios de patrocínios assinados com a Petrobrás, de 2003 até o presente;

c) Descrição detalhada sobre qual é a política corporativa da Petrobrás para a seleção da concessão de patrocínios.

Justificação

O sítio da Petrobrás na Internet informa que a estatal de petróleo gastou, durante o ano de 2005, R\$60 milhões em patrocínios. Mas segundo informações não oficiais, só no mês de dezembro último foram dispensados R\$85 milhões.

Segundo a imprensa, o gasto anual teria sido quatro vezes maior, alcançando a quantia de R\$235 milhões. Extra-oficialmente a Petrobrás teria confirmado este montante, mas os dados ainda não foram publicamente disponibilizados e se vierem a sê-lo, não o serão com o detalhamento que permita um exame mais acurado do Poder Legislativo.

Para permitir a correta apreciação dos valores, e os critérios utilizados pela empresa para a concessão de verbas de patrocínio, é que solicito aos nobres pares a aprovação deste requerimento ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, de modo que o Senado Federal possa avaliar a regularidade dos contratos e convênios firmados pela Petrobrás, desde o ano de 2003 até a presente data.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2006. – **José Jorge**, Senador da República

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 203, DE 2006

Nos termos do art. 71 VII, da Constituição Federal, requeiro que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União a adoção das seguintes providências relativas à operação tapa-buracos promovida pelo Governo Federal:

- informar as medidas adotadas pelo TCU junto ao DNIT com relação à execução de obras sem contratos no Estado do Paraná e em Minas Gerais;
- verificar e informar se foram alocados recursos, indevidamente, para a execução de obras na rodovia BR-467, trecho Cascavel/Toledo, tanto no que diz respeito à operação tapa-buracos, como em relação às obras de duplicação executada pelo Governo do Paraná;

Justificação

Desde que foi divulgada pelo Governo Federal, a controvertida operação tapa-buracos vem sendo objeto de duras críticas dos mais diversos setores da sociedade.

O início das obras vem confirmando tudo aquilo o que se temia, qual seja o caos instalado na malha rodoviária brasileira sob a forma de contratações informais e de execução de serviços ineficazes.

No Paraná, a operação tapa-buracos compreenderá a realização de obras, sem licitação, em dez trechos de estradas, que somam cerca de 600 quilômetros. No entanto, conforme noticiado esta semana na imprensa local, já se passou mais de um mês do começo da operação e os contratos com as empreiteiras ainda não foram assinados.

Para se ter uma idéia da gravidade da situação, as obras já atingiram mais de 50% da meta física prevista, sem que os contratos fossem assinados. Portanto, se nada sair do controle do Governo Federal, tudo leva a crer que as obras serão concluídas no Paraná sem que os contratos sejam assinados, num ato flagrante de desrespeito à lei de licitações e contratos (nº 8.666/93).

Na medida em que as obras são executadas sem contratos, não existe preço definido para o serviço. Portanto, o Governo Federal não sabe nem mesmo quanto custará a operação tapa-buracos no Paraná.

Nesse sentido, a imprensa local também noticiou que as obras estão sendo fiscalizadas por auditores

do Tribunal de Contas da União, os quais temem que, sem os contratos, o Governo Federal gaste mais do que está previsto para a operação.

Importa frisar que, da forma como estão sendo executadas as obras da operação tapa-buracos, os auditores do TCU não poderão analisar se os preços contratados estão de acordo com os preços de mercado, bem como verificar a existência de superfaturamento de preços ou de quantitativos de serviços.

Cabe salientar que não é exigida a elaboração de projeto básico para obras contratadas com dispensa de licitação. Assim sendo, no caso da operação tapa-buracos, seria ainda maior a necessidade de se formalizar instrumento contratual com grau de detalhamento necessário ao fiel cumprimento do objeto contratado, o que não ocorre, ou melhor, ocorre justamente o contrário: as obras são executadas sem contrato.

Dessa forma, o trabalho de fiscalização dos auditores do TCU fica largamente prejudicado uma vez que as obras não possuem projeto básico, bem como não foram firmados contratos.

Os técnicos do TCU ficarão limitados a verificar se as obras estão sendo executadas dentro de padrões mínimos de qualidade, o que é muito pouco quando se trata de obras realizadas sem licitação, o que deixa espaços para direcionamento na seleção das empresas, bem como para superfaturamento de preços.

Portanto, não bastassem as controvérsias geradas pela operação tapa-buracos, por meio da qual o governo federal pretende gastar cerca de R\$400 milhões em obras sem licitação, tudo caminha para que o governo consiga concluir a operação sem que nenhum contrato seja assinado com as empreiteiras no Estado do Paraná.

O que torna ainda mais preocupante esse quadro, é que problema não se restringe ao Estado do Paraná. Segundo reportagem do **Estadão** do dia de ontem, o TCU já sinalizou que no Estado de Minas 80% das obras contempladas na operação tapa-buracos estão sendo executadas sem contratos formalizados.

BR-467/PR

Outro forte indício de irregularidade, diz respeito à inclusão da BR-467 trecho Cascavel-Toledo, na operação tapa-buracos, visto que não existem problemas neste trecho de rodovia. Entretanto, o Governo Federal reservou, em um primeiro instante, cerca de R\$600 mil para o trecho e, em seguida, reduziu o valor estimado para as obras para cerca de R\$290 mil.

Ora, é no mínimo estranha essa previsão de despesas no montante de R\$290 mil para uma estrada que se apresenta em boas condições para o tráfego e sem a existência de buracos.

Portanto, é imperioso verificar se o Governo Federal alocou recursos para realizar obras emergenciais em trecho de rodovia que se encontra em bom estado de conservação.

Diante do exposto, solicito a aprovação do presente requerimento.

Sala da Sessão, 21 fevereiro de 2006. – Senador **Álvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O requerimento lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 93/06/PS-GSE

Brasília, 15 de fevereiro de 2006

Assunto: comunica que o PLS 87/03 foi convertido em lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei nº 735, de 2003 (nº 87/03 no Senado Federal), o qual “altera a redação dos arts. 165, 276, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

2. Comunico, outrossim, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.275, de 7 de fevereiro de 2006.

3. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do PLC nº 87, de 2003

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 116/06-LPL

Brasília, 20 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V.Ex^a. que o Partido Liberal indica o Deputado Sandro Mabel (PL/GO), na qualidade de titular, e o Deputado Reinaldo Betão (PL/RJ), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória

nº 280, de 15 de fevereiro de 2006, que “altera a Legislação Tributária Federal”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luciano Castro**, Líder do Partido Liberal.

Of. nº 117/06 – LPL

Brasília, 20 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V.Ex^a. que o Partido Liberal indica o Deputado Humberto Michiles (PL/AM), na qualidade de titular, e o Deputado Miguel de Souza (PL/RO), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 281, de 15 de fevereiro de 2006, que “reduz a zero as alíquotas de imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luciano Castro**, Líder do Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2006

Dá nova redação ao caput do art. 62 da Constituição Federal, para limitar a dez o número anual de medidas provisórias que o Presidente da República poderá adotar.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O **caput** do art. 62 da Constituição Federal passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, em número não superior a dez por ano civil, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Instrumento da maior relevância para a democracia, a medida provisória teve seu conceito e sua aplicabilidade desvirtuada pela voracidade legislativa do Presidente da República, que tem extrapolado os limites constitucionalmente delineados e inviabilizado a atividade legiferante do Congresso Nacional, especialmente após a fórmula encontrada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

O número elevadíssimo de medidas provisórias que o Congresso Nacional é obrigado a examinar todos os anos, somado ao trancamento de pauta que paralisa suas atividades durante semanas, não raro meses, que deteriora sua imagem perante a opinião

pública, demandando uma reação drástica por parte de nós, parlamentares.

É por essas razões que submetemos aos nobres Pares a presente Proposta de Emenda à Constituição. Ao limitar em dez o número de medidas provisórias que o Presidente da República poderá editar por ano civil, tal medida forçará o mandatário máximo da Nação a agir com a responsabilidade e o respeito ao Parlamento que a liturgia do cargo exige.

Com essas considerações, pedimos aos nobres Pares o apoio indispensável à aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 21 fevereiro de 2006. – Senador
José Jorge.

Continuação das assinaturas:

ASSINATURA

SENADOR

SENADOR
Waldo M. J. M.
1066 Bonnhausen
Frankfurt

Secretario
ROBERTO
GERALDO MESQUITA JR
ELIAS LIMA

Assessorias Balanças

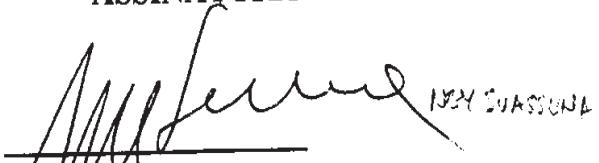
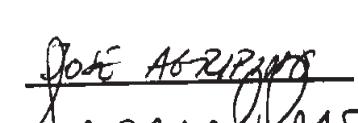
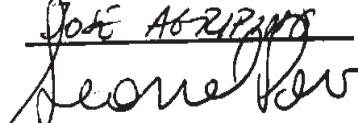
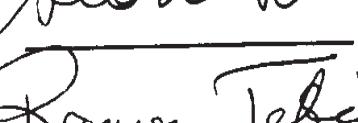
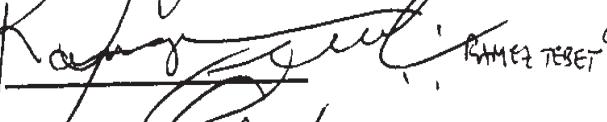
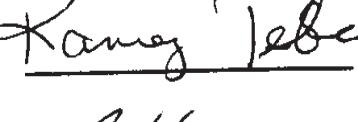
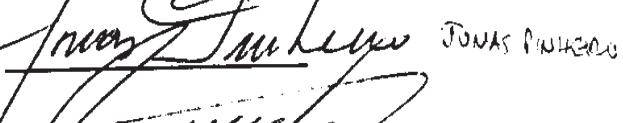
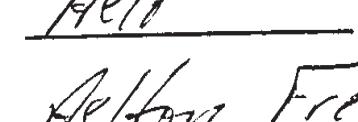
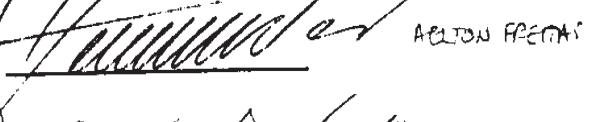
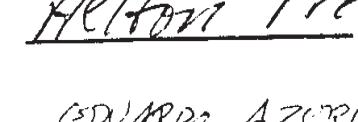
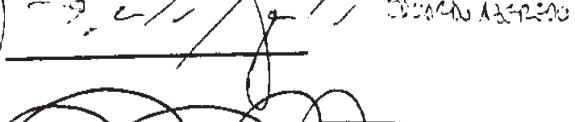
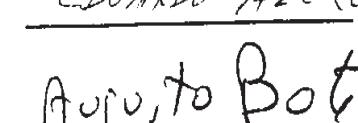
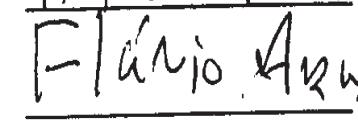
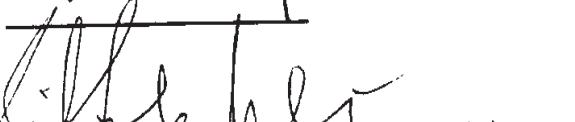
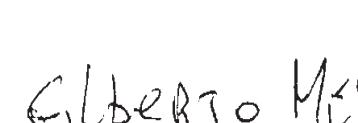
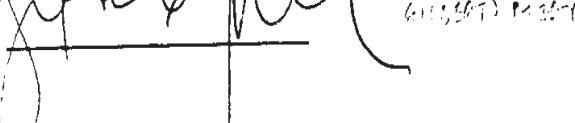
RODOLFO TORRES
diriz Pente

César Borges
(Ministro Ministro)

Continuação das Assinaturas:

ASSINATURA

SENADOR

	NEY SUASSUNA	
	ARTHUR VIRGÍLIO	
	ANTÔNIO	
	AGRÔNIMO MAIA	
	LEONEL PAVAN	
	RAIMUNDO TEBET	
	JONAS PINHEIRO	
	AELTON FREITAS	
	EDUARDO AZEREDO	
	AUGUSTO BOTELHO	
	FLÁVIO ARNS	
	GILBERTO MESSINA	

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO IV
Da Organização dos PoderesCAPÍTULO I
Do Poder LegislativoSEÇÃO VIII
Do Processo LegislativoSUBSEÇÃO III
Das Leis

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

I – relativa a: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) direito penal, processual penal e processual civil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

II – que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

III – reservada a lei complementar; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em

lei até o último dia daquele em que foi editada. (Incluído vela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrerestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando. (Incluído vela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional. (Incluído vela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados. (Incluído vela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional. (Incluído vela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 10 E vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. (Incluído vela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto. Incluído ela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Há oradores inscritos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Pela ordem, têm a palavra os Senadores Leonel Pavan, Aelton Freitas, Paulo Paim, Rodolpho Tourinho e César Borges.

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição, da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Estão inscritos para uma comunicação inadiável os Senadores Leonel Pavan, Aelton Freitas e Rodolpho Tourinho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, dentro do possível, também gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a está inscrito como suplente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sem problema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Tem a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do

Partido da Frente Liberal, após a Ordem do Dia. Encaminharei o requerimento a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Já está na mesa. Está feita a inscrição de V. Ex^a.

Solicito aos Srs. Senadores compreensão para utilização do tempo na tribuna, porque iniciaremos a Ordem do Dia impreterivelmente às 16 horas, para melhor aproveitamento da sessão.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, sem prejuízo da lista de oradores, por até doze minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, para todo governante que tem no bem-estar da população o verdadeiro foco dos seus mais ingentes esforços, a área da saúde é diuturnamente motivo de preocupação e de cuidado. E todo homem público atento à problemática da saúde sabe que não existe iniciativa governamental de reflexos mais positivos para a saúde da coletividade do que as melhorias implementadas no serviço de abastecimento de água e no de saneamento.

Com efeito, as moléstias de veiculação hídrica são, em âmbito mundial, uma das mais relevantes causas de mortalidade, ceifando, a cada ano, milhões e milhões de vidas no seio da população economicamente menos privilegiada, especialmente as crianças nascidas nessas famílias pobres. Por isso mesmo, todos os levantamentos estatísticos são unânimis em revelar a enorme eficácia dos investimentos em saneamento básico para a melhoria dos indicadores de saúde da população, com destaque para a redução da mortalidade infantil.

Trata-se, de fato, de uma relação de causa e efeito direta e imediatamente perceptível: tão logo os serviços de água e esgotos são estendidos a um determinado grupo populacional, começa-se a observar a redução na incidência de inúmeras doenças infecto-contagiosas, as quais provocam diarréias e desidratações que vitimam tantas crianças pequenas. Não menos importante é a redução observada na ocorrência de doenças graves como a esquistossomose.

No Brasil, Sr. Presidente, infelizmente, ainda temos muitíssimo a avançar na oferta à nossa população desse serviço público tão fundamental. As informações mais recentes que estão disponíveis apontam que mal chegam a 64% do total dos domicílios brasileiros aqueles que são atendidos por rede geral de água, enquanto que os atendidos por rede geral de esgoto sequer atingem 34% do total.

No entanto, Srs. Senadores, se os índices de saneamento do conjunto do País estão longe da universalização, que tem de ser o nosso objetivo, esses mesmos índices despencam vertiginosamente quando consideramos apenas a minha Região Norte. No que se refere ao atendimento por rede geral de água, a porcentagem cai dos mencionados 64% dos domicílios brasileiros para apenas 44% dos domicílios nortistas. Já no que tange ao atendimento por rede geral de esgotamento, a queda é bem mais drástica ainda: de 33,5% dos domicílios brasileiros para insignificantes 2,4% dos domicílios nortistas.

Consideradas individualmente cada uma das regiões do País, a Região Norte é aquela que apresenta o maior déficit de saneamento. É certo que um dos fatores explicativos dessa defasagem reside no menor porte populacional dos Municípios da Região Norte. É verdade que, em todo o País, a parcela de domicílios abastecidos aumenta na direta proporção do tamanho da população do Município considerado.

De outra parte, não é menos verdade que essa explicação não pode, de forma alguma, representar uma justificativa. Não nos podemos, de modo algum, acomodar perante uma situação de tamanha gravidade. É intolerável e inadmissível que, em pleno século XXI, a maioria da população da Região Norte não seja ainda servida por rede geral de água, e que a quase totalidade dessa população sobreviva sem atendimento por rede geral de esgotamento. Nenhum homem público sério pode conformar-se frente a tal realidade.

No caso específico do meu Estado do Amapá, o índice de domicílios atendidos é de apenas 54,4% para o abastecimento de água e – vejam só, Srs. Senadores – de apenas 5,6% para o esgotamento sanitário. A Companhia de Água e Esgotos do Amapá (Caesa) apresenta o elevadíssimo índice de perdas de faturamento de 68,1%, em comparação com 53,5% na Região Norte e 39,9% no País.

Para agravar os enormes prejuízos acarretados por essa descomunal perda de faturamento, concorre o fato de que as tarifas cobradas não cobrem sequer metade do custo dos serviços. A tarifa média praticada é de R\$1,04 por metro cúbico, enquanto a despesa com serviço faturado é de R\$2,12 por metro cúbico. No conjunto da Região Norte, a tarifa média é de R\$1,33 por metro cúbico para um custo de R\$2,15 por metro cúbico. Em âmbito nacional, a tarifa média é de R\$1,42 por metro cúbico para um custo de R\$1,46 por metro cúbico.

Em face desses números, torna-se inquestionável que a grave situação de falta de saneamento observa-

da no Estado do Amapá poderia ser, em grande parte, revertida mediante a modernização da companhia estadual que presta esse serviço ou, então, mediante a sua substituição por outro prestador. Enquanto essa medida basilar não for adotada, nem mesmo a destinação de vultosas quantias federais será capaz de produzir os resultados desejáveis, haja vista que dificilmente se procederá à necessária manutenção das instalações.

Vale aqui lembrar, de qualquer modo, que o Projeto de Lei Orçamentária para o corrente ano, ainda em discussão no Parlamento, destina menos de R\$3 milhões para a rubrica “Apoio a Projetos de Ação Social em Saneamento (PASS) na Região Norte”. É, sem dúvida, conveniente que, no processo de aprimoramento da proposta orçamentária que o Congresso Nacional sempre realiza, esse valor seja significativamente acrescido.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se enfocarmos a problemática do saneamento básico no âmbito nacional, é verdade que uma solução mais abrangente para essa questão depende da edição da lei que virá a estabelecer um marco regulatório nacional para o setor.

Sob essa ótica, vale destacar a importância do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2005, de autoria do ilustre Senador Gerson Camata, o qual “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”. A iniciativa do insigne representante capixaba possui conteúdo abrangente, de vez que regula todos os aspectos da prestação do serviço, no intuito de viabilizar os investimentos de longo prazo necessários para a universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário.

O certo, porém, é que, como referi anteriormente, a deficiência de saneamento é ainda muito mais grave no Estado do Amapá do que no conjunto do País. Já está mais do que evidenciada a falência da política que o Governo estadual vem adotando para enfrentar a demanda por esse serviço básico. É flagrante a falta de investimento no setor, levando ao triste quadro de falta de atendimento à população que as estatísticas revelam.

Ouso repetir: estamos em pleno século XXI e não podemos tolerar que quase a metade da população amapaense continue desatendida por rede geral de água e que 94% dela permaneça sem atendimento da rede geral de esgotamento. É uma situação inaceitável que um governo competente e determinado não tardaria em enfrentar, mediante a modernização da Companhia de Água e Esgotos do Amapá, e mediante o incremento dos investimentos no setor.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o primeiro compromisso dos governantes sérios e responsáveis há de ser com o bem-estar dos seus concidadãos. A deficiência de saneamento é causa relevante de moléstias e de mortes. No Estado do Amapá, ainda mais do que em outras Unidades da Federação, urge que sejam realizados maiores investimentos em saneamento básico e na melhoria do atendimento preventivo em saúde pública.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Concedo um aparte ao nobre Senador Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Papaléo Paes, é pertinente e alvissareiro o pronunciamento de V. Ex^a ao abordar a questão crônica do saneamento básico. Parabenizo-o e congratulo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz. Realmente, o nosso Estado, principalmente em suas grandes cidades, está precisando desse saneamento básico. Esses temas precisam ter vazão com urgência. Aproveito a oportunidade para convidar V. Ex^a para uma audiência que se realizará amanhã, às 10h30, com o Ministro das Cidades, quando será abordado um grande projeto, liderado pelo Governador Waldez Góes, por parte do Executivo estadual, sobre um trabalho de saneamento básico pela companhia de água. V. Ex^a tem razão: a companhia já se encontra em situação de falência. E essa audiência analisará o projeto que já foi apresentado no...

(Interrupção do som.)

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Portanto, o pronunciamento de V. Ex^a, nesta tarde, é pertinente. Congratulo-me com V. Ex^a e deixo esse convite, porque sei que V. Ex^a é um Senador atuante. Estaremos juntos lá para defender a liberação desses recursos para o saneamento básico das principais cidades do Amapá. Parabéns, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado por sua participação, Senador Gilvam Borges.

Referi-me aqui, em meu discurso, exatamente ao fato de a Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa) já ter uma estrutura totalmente ultrapassada, com sinais de prejuízos freqüentes e sem condições de fazer os investimentos de que o Estado precisa; e, mais ainda, considerando toda essa defasagem financeira, faz-se necessário que o Governo do Estado tome a iniciativa de injetar recursos no saneamento básico do Estado do Amapá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges por permuta com o Senador Ramez Tebet.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente, nobres colegas, Senadores e Senadoras, os grandes temas nacionais que estão sendo debatidos nesta Casa, ou melhor, nas duas Casas do Congresso Nacional – esta augusta Casa e a Câmara dos Deputados –, preocupam justamente pela complexidade do processo eleitoral que se avizinha. Já estamos às vésperas das eleições.

Ontem meu Partido promoveu aqui um grande debate, conduzido pelo eminentíssimo Senador Pedro Simon, juntamente com o Presidente do Congresso Nacional e Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros. Acredito que o Partido fermenta bem, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com as correntes que o compõem, está suficientemente maduro, com uma experiência acumulada em uma longa trajetória de propostas em defesa do País, principalmente no que tange à redemocratização do Brasil.

Senador Papaléo Paes, que agora preside a Mesa, o Amapá é um Estado estratégico para a região amazônica. Nós estamos lá na cabeceira e fazemos fronteira com a Guiana Francesa. Alegram-nos as boas notícias de construção da ponte binacional que irá atravessar o rio Oiapoque; uma obra a ser realizada por um grande consórcio com o governo francês. Lá no Oiapoque, na comunidade São Jorge, nós iremos adentrar na Guiana Francesa, e o Amapá terá, também, estrategicamente, uma posição de alta relevância no setor econômico da Amazônia – é o caso do turismo. Os vôos que vêm de Paris para a Guiana Francesa irão trazer, sem sombra de dúvida, uma economia fabulosa para o Estado com a potencial vinda de turistas do continente europeu. Uma média anual de dois milhões de turistas chegam à Amazônia, que tem no Estado do Amazonas, notadamente na sua capital, Manaus, o grande celeiro. Esse eixo começará pela Amazônia, pelo Amapá, ali na cabeceira. O potencial turístico da Amazônia é gigantesco e acredito que essa ponte foi, sem sombra de dúvida, um grande acerto estratégico do Presidente José Sarney, que trabalhou nesse acordo por mais de cinco anos.

Tive oportunidade de estar presente ao primeiro encontro de Jacques Chirac e do Presidente Fernando Henrique, na Guiana Francesa, especificamente em Saint Georges. Eu estava num dos helicópteros da Força Aérea, que fazia parte da comitiva presidencial. Agora, o Presidente Lula deu prosseguimento a esse

acordo que foi celebrado em Paris. Graças a Deus, essa é uma notícia alvissareira, pois o eixo turístico brevemente será mudado.

O Senador Papaléo Paes falou do saneamento básico e eu cito também as obras de infra-estrutura estratégica para que possa ocorrer o desenvolvimento de que a nossa região tanto necessita. Possivelmente, dentro de 30 dias, haverá a liberação, pelo DNIT, da primeira parcela para o início da construção da ponte binacional. Isso me alegra e me satisfaz.

A BR-156 também avança e faltam apenas 250km para que ela chegue a Oiapoque. Tive oportunidade de percorrer aquela estrada, a pé, entre 1998 e 2000. Ela sai de Macapá e chega à cidade de Oiapoque, percorrendo 600km.

O Amapá se organiza e se prepara para ser, realmente, um Estado pujante. A sua vocação é essa e todos nós, que integramos a aguerrida Bancada do Estado do Amapá, estamos atentos e a postos. Há pouco, eu disse ao Senador Papaléo Paes, que ocupou esta tribuna, que amanhã, estaremos com o Ministro das Cidades, independentemente de posição político-partidária.

Eu assim sempre procedi quando se trata do interesse do Estado. Fiz uma oposição acirrada ao Governo passado, mas quando se tratava de obras importantes e de recursos para meu Estado, eu não media distância. Sempre foi assim, porque a união, esse exercício, esse esforço, só faz o Estado crescer.

O Amapá é formado por um povo valoroso, a exemplo de quase todos os outros Estados da Amazônia. Grandes massas de nordestinos, vindos da seca em busca da oportunidade de enfrentar as adversidades e abrir novas fronteiras, deram uma colaboração decisiva para a formação da nossa população – negros, índios –, a qual, às margens do grande rio Amazonas, ansioso e vivo, tem esperança de receber a atenção de que tanto necessita do Governo Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a ponte binacional, conduzida pelo Presidente José Sarney e incorporada por toda a Bancada, é uma grande vitória. Eu não poderia deixar de registrar os meus agradecimentos ao Presidente Sarney, a todos os colegas de Bancada, ao Presidente Fernando Henrique e ao Presidente Lula, porque nesses dois Governos conseguimos celebrar e concluir esse processo burocrático.

O primeiro encontro para tratar do assunto foi há cinco anos, entre o Presidente Jacques Chirac e Fernando Henrique. Depois, assumiu o Presidente Lula e, em seguida, celebraram-se os acordos em Paris. A

matéria tramitou no Senado Federal, especificamente, e conseguimos chegar a essa grande vitória.

Por esse motivo, nesta tarde, brindo toda a população do Estado do Amapá com essa notícia alvissareira de que a primeira parcela será liberada dentro de 30 dias. Assim, poderemos comemorar o início da obra da estratégica ponte binacional, que foi celebrada entre o Governo brasileiro e o Governo francês.

Sr. Presidente, meu pronunciamento se encerra nesta tarde. Agradeço a atenção de todos. Que Deus nos abençoe e sempre nos motive a estar na defesa dos interesses do Estado do Amapá e do povo brasileiro.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, por permuta com o Senador Tião Viana, por dez minutos e, se necessário, mais dois minutos de prorrogação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, este discurso é uma homenagem aos servidores da Petrobras, a todos que, desde a instalação da estatal brasileira, atuaram para transformá-la na grande empresa que é hoje; a todos os servidores, dos mais humildes aos mais destacados. Eu não poderia deixar de lembrar pelo menos dois nomes que conheci no Parlamento brasileiro e que são oriundos da Petrobras: o ex-Deputado Mário Lima, da Bahia, e o também baiano, mas ex-Deputado pelo Paraná, Hélio Duque. Por intermédio dessas duas figuras, a minha homenagem a todos os servidores da Petrobras.

Falar da Petrobras é testemunhar a esperança e a vontade realizadora dos brasileiros. A sua semelhante surgiu em 1939, quando, no campo de Lobato, no Recôncavo Baiano, foi descoberta a primeira acumulação de petróleo no Brasil. Hoje, 67 anos depois, a Petrobras atinge a meta histórica de dotar o País da auto-suficiência.

Nos últimos 53 anos, desde a sua criação em 03 de outubro de 1953, por intermédio da Lei nº 2.004, aprovada neste Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Getúlio Vargas, a Petrobras teve como objetivo executar as atividades do setor do petróleo no Brasil em nome da União. Ao longo de décadas se consolidou, enfrentando todo tipo de combate e resistên-

cia dos pessimistas de plantão. É uma vitória do povo brasileiro, iniciada na grande mobilização nacional da campanha “o petróleo é nosso”.

O modelo adotado, desde o seu início, foi o de ser uma empresa de economia mista com ações pulverizadas no mercado interno e, nos últimos anos, também no mercado de capitais do mundo todo. A União detém o controle, mas o seu nível de autonomia em relação ao Estado é também responsável pelo seu êxito. É a maior companhia brasileira de todos os tempos.

A auto-suficiência em petróleo é uma conquista de vários Governos, ao longo de décadas. Faço este alerta, Sr. Presidente, para evitar que o Governo Lula queira adonar-se, como se propala, desse feito histórico. Anuncia-se que o Governo Federal prepara monumental festança para comemorar a auto-suficiência do Brasil em petróleo e uma campanha publicitária, coordenada por Duda Mendonça, no valor de R\$35 milhões, já está programada. É caso claro de apropriação indébita, tentando vincular esse extraordinário acontecimento com o Governo Lula e o seu Partido. É violentar a verdade ao querer se apropriar de uma conquista que não é sua. Ao atingir a produção diária de 1,9 milhão de barris de petróleo por dia, a Petrobras afirma e confirma a capacidade criadora do nosso povo. Foi uma cruzada de décadas, onde técnicos e trabalhadores construíram com enorme competência essa notável realidade.

Daí ser oportuno, desta tribuna, alertar o Governo: não queira fazer apropriação indébita de um feito que não lhe pertence! Apresentarei dados e fatos que comprovam a afirmação. O Governo, talvez, ignore que um poço de petróleo na bacia marítima só começa a produzir cinco anos depois de descoberto. Já que está iniciando o seu quarto ano de Governo, a auto-suficiência decorre do trabalho feito em governos anteriores.

O grande salto para a auto-suficiência tem um tempo e uma data. Em 1997, a produção média diária de petróleo era de 869 mil barris por dia. Seis anos depois, em 2002, atingia a produção diária de 1,5 milhão de barris. A taxa média anual de crescimento foi de 12%. Já no Governo Lula, nos últimos três anos, a taxa média foi de 5% ao ano. Em maio de 2003, a produção já era de 1,640 milhão de barris por dia.

Historicamente, o grande salto na produção deu-se com a exploração em alto mar, com a descoberta do campo de Garoupa, na Bacia de Campos, em 1974. E, dez anos depois, em 1984, com as descobertas dos campos gigantes Albacora e Merlin, nas águas profundas da Bacia de Campos, a Petrobras iniciou o caminho para atingir a auto-suficiência. Em 1996, a descoberta do campo marítimo de Roncador foi fundamental nes-

sa estratégia. A Bacia de Campos é a maior reserva petrolífera da plataforma continental brasileira.

Na década de 80, ocorre uma revolução tecnológica. A Petrobras se vê diante do desafio de produzir petróleo em água abaixo de 500 metros, feito até então nunca conseguido por nenhuma petroleira em todo o mundo. Seu corpo técnico enfrentou o desafio e decidiu desenvolver no Brasil a tecnologia necessária para produzir em água até mil metros. Éxito total! Em exploração de petróleo no mar, a chamada “tecnologia em águas profundas”, criada pela empresa, é a única em todo o mundo. É uma inovação que a coloca na vanguarda tecnológica mundial. Agora, persegue a meta de buscar petróleo a mais de três mil metros de profundidade.

A vida da Petrobras, em cinco décadas, sempre foi de superar grandes desafios. Agora, para consolidar a auto-suficiência, o objetivo é buscar novas fronteiras exploratórias, visando à descoberta de novas reservas de petróleo e de gás natural.

A Bacia de Santos, localizada ao sul do Estado do Rio de Janeiro, incorporando o litoral de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina, é uma área promissora na exploração de águas profundas. O mesmo vale para o litoral de Sergipe e de Alagoas. Os resultados dos trabalhos desenvolvidos nessas áreas são muito promissores. O mesmo vale para o Alto Amazonas, onde, desde 1988, está em operação o campo do rio Urucu. As bacias terrestres de São Francisco e de Solimões e as marítimas de Foz do Amazonas e de Pará-Maranhão completam essa estratégia operacional de consolidação da auto-suficiência brasileira em petróleo.

Consolidada essa etapa, a Petrobras buscará certamente fazer do Brasil um exportador de petróleo em escala expressiva. Hoje, já exportamos petróleo por ser um óleo pesado e importamos um produto mais leve, compatível com a matriz produtiva das nossas refinarias.

E a Petrobras, ao longo da sua vida, por ser pioneira na indústria brasileira do petróleo, foi uma alavanca fundamental para a modernização e a consolidação do parque industrial brasileiro. Nos seus primeiros anos, na década de 50, o País pecava pela falta de infra-estrutura e de tecnologias adequadas, quando se iniciou a construção das primeiras refinarias. A indústria nacional era acanhada e limitada. O Brasil optou pela substituição de importações e garantiu incentivos para a instalação de um núcleo industrial moderno com capitais próprios ou associados com investidores internacionais. O que era importado pelo setor petróleo passou a ser produzido localmente. Hoje, 94% das necessidades da empresa são atendidos no mercado interno, graças ao estímu-

lo e ao desenvolvimento tecnológico que a Petrobras garantiu à indústria nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a auto-suficiência é o resultado de um processo de décadas. É fruto do trabalho de várias gerações de técnicos e trabalhadores que fizeram da Petrobras essa realidade de orgulho nacional e, igualmente, de vários governos que, em diferentes momentos, aceitaram o desafio de estimular e de consolidar uma política de exploração do petróleo, tendo sempre como meta a conquista da auto-suficiência.

Não queira o Governo Lula ignorar a história e apropriar-se de um êxito que não é seu! Recomende ao publicitário Duda Mendonça, certamente o autor das peças publicitárias ufanistas que serão produzidas e veiculadas na mídia, a respeitar os brasileiros não vendendo gato por lebre.

Apropriação indébita é crime! Querer fazer da auto-suficiência em petróleo *marketing* de campanha eleitoral, mais do que crime, é falta de vergonha e de pudor. Usar a Petrobras como carro-chefe de campanha eleitoral é uma agressão ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem, lembrando que V. Ex^a está inscrito e que, de acordo com a seqüência dos oradores inscritos, poderá fazer uso da palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Mas estou impressionado com a capacidade de se deixar degenerar deste Governo que aí está!

Antes de mais nada, uma observação: eu havia proibido essa gente da Secretaria de Comunicação do Governo de me mandar, para a minha casa, te boletim, intitulado **Em Questão** – isso custa dinheiro público, que tenta, à moda stalinista, ensinar as pessoas a lerem, direcionar a leitura das pessoas. Como isso é uma imoralidade, e eu tenho uma filha de 11 anos, eu não quero que minha filha – eu tenho o direito de fazer uma seleção no que diz respeito aos canais adultos, porque minha filha não está em idade de ver isso ainda –, então, eu não quero que ela veja nem canais adultos, nem este boletim **Em Questão**.

Mais ainda: estou entrando com um requerimento de informações, porque, veja, Sr. Presidente, isso é de uma gravidade brutal!

Senador Ramez Tebet, Senador Mão Santa, Senador Sérgio Guerra, aqui está um panfleto visivelmente eleitoreiro, com *slogan* – essa coisa macacada que fizeram aí, essa coisa aturdida??? que editaram –, pura e simplesmente fazendo propaganda de fatos verídicos ou não ligados a essa Administração. Estou pedindo ao Partido que examine a possibilidade de uma ação popular, e estou, por outro lado, oficiando também ao Tribunal de Contas da União, porque isso aí – para mim – é dinheiro que tem de voltar aos cofres públicos, e estou, Sr. Presidente, fazendo um requerimento de informações, porque quero saber quanto custou isto aqui, este tal “Brasil um País de todos”. Isso é um absurdo! Isso é puro atentado à honradez eleitoral! Estão desviando dinheiro do povo brasileiro para fazer propaganda de um desgoverno.

Mais uma vez, peço a essa gente da Secretaria de Comunicação do Governo que, por favor, não me mande mais esse informativo **Em Questão**. Já dei todas as razões. Não preciso que ninguém me ensine a ler – lemos o que queremos. Quero dizer ao Planalto que tenho uma filha de 11 anos, uma princesinha, um anjinho que não deve ler isso – ela ainda não está na idade da pornografia. Depois escolherá se quer ou não. Neste momento, não está na idade.

Peço encarecidamente, aliás mando que tirem meu nome da listinha dos que recebem o panfleto. Faço questão disso. Estou mandando que não me enviem mais esse informativo. Isso é coisa do Sr. Gushiken – é bom ele ficar na dele, com suas complicações nos fundos de pensão, e se ocupar com as inúmeras respostas que tem de dar à acusação de corrupção contra ele. Não mande mais para a minha casa esse **Em Questão**, que é dinheiro público jogado fora.

Sr. Presidente, faço um requerimento de informações, uma ação popular e um pedido ao Tribunal de Contas para que obriguem essa gente a devolver aos cofres públicos o que foi desviado para fins de propaganda e não para satisfação das necessidades da população.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a ainda que me inscreva para falar como Líder antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Senador Arthur Virgílio, se V. Ex^a quiser falar como orador inscrito, poderá fazê-lo neste momento, porque, de acordo com a seqüência, V. Ex^a é o próximo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero

apenas fazer um comentário sobre um fato que acontece hoje no meu Estado, Pernambuco.

O Presidente Lula vai a Pernambuco, mais uma vez, inaugurar o aeroporto. Obra do Governo Fernando Henrique Cardoso, obra do Governo Lula, obra do Governo do Estado de Pernambuco, que contribuiu financeiramente, de forma expressiva, com o projeto, o aeroporto vai ser outra vez inaugurado.

Ontem, o assessor do Presidente, em reunião havida, avisou mais ou menos o seguinte, presente o assessor do Governador Jarbas: "Amanhã, o Presidente vai estar aqui. Convidamos muita gente do MST, se não me engano, mil pessoas, e outras pessoas de movimentos de trabalhadores rurais. É certo que o Governador vai ser vaiado".

Ora, o Governador Jarbas, nas últimas duas visitas do Presidente Lula a Pernambuco – pode não ter sido nas últimas duas, porque Sua Excelência está indo quase todo mês; nada a opor –, foi vaiado duas vezes, de forma sistemática: uma em Garanhuns, quando o Presidente Lula fez um comício eleitoral em praça pública, e outra na presença do Presidente Chávez, quando do lançamento da pedra fundamental – e estamos inaugurando pedras fundamentais em quantidade por aí – da chamada refinaria de petróleo. O Governador não conseguiu falar. As vaias eram absolutamente estridentes. Estranho, porque o Governador Jarbas é, dos governadores brasileiros, senão o mais bem aprovado, um dos mais bem aprovados. Há, inclusive, setores da oposição que declararam que vão votar nele para Senador. No entanto, essas vaias aparecem ali com grande intensidade. E tem gente que chama isso de democracia. Não é democracia coisa nenhuma. É uma reação política primitiva, autoritária, de um grupo de pessoas que participa de um partido, o Partido dos Trabalhadores, que gosta muito de falar da democracia, mas, durante muitos anos, foi dominado por um setor autoritário – esse do José Dirceu e do Delúbio – e agora se manifesta desse jeito em todas as pontas, vaiando lideranças populares, sem nenhum conteúdo, sem nenhuma razão, sem nenhuma explicação. Os pernambucanos estranham isso, porque esse não é o sentimento das ruas.

Apenas para que o Brasil assista a essa deplorável manifestação de precariedade deste Governo e dos que o apóiam.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Não existe aparte, Senador. V. Ex^a deseja falar pela ordem?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preocupei-me a comunicação feita pelo Senador Sérgio Guerra, que disse que, inclusive, salvo engano, essa informação foi dada no próprio gabinete do Governador. Então, acredito que se saiba a pessoa que assim informou. Inclusive, seria próprio que S. Ex^a pudesse informar o nome da pessoa que disse isso, porque, sinceramente, avalio que o próprio Presidente Lula não esteja de acordo com um procedimento desse tipo.

Isso porque, se o cerimonial da Presidência da República informa ao Governador da presença do Presidente, inclusive convidando-o para a cerimônia, não seria próprio alertar o Governador de que S. Ex^a não seria bem-vindo, porque seria vaiado. Parece-me que há uma comunicação inadequada. Seria importante até informar ao Palácio do Planalto a respeito do procedimento.

Sr. Presidente, se o Senador Sérgio Guerra puder completar a informação, poderemos até solicitar o esclarecimento, porque, conhecendo o Presidente Lula como conheço, tenho a convicção de que Sua Excelência não estaria de acordo com o tipo de procedimento descrito pelo Senador.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a tem a palavra para prestar o devido esclarecimento ao Senador Eduardo Suplicy e à Casa.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nome do funcionário do gabinete do Presidente da República ou da Casa Civil, não sei, que avisou que haveria vaias está nos jornais de Pernambuco, que mandei buscar. Foi amplamente publicado hoje.

Não há nada próprio, como diz o Senador. Seria impróprio. Tudo isso é impróprio, tudo isso é inadequado. Tudo isso é absolutamente equivocado.

Não imagino que o Presidente da República esteja dentro desse tipo de manifestação. Falei dos que estão em torno dele, seguramente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para dizer que tenho pelo Governador Jarbas Vasconcelos uma estima profunda. Fui colega de Câmara de S. Ex^a, acompanho há muito tempo sua trajetória. Excelente Prefeito, Governador consagrado, talvez o mais ou um dos três mais populares do País.

Na verdade, Senador Sérgio Guerra, gostaria de advertir o Governador Jarbas Vasconcelos de que não sei se não está na hora de não ir a um evento desses. Ir para ser vaiado?

Não foi, não é? Exatamente. Não tem nada que ir. Não tem nada de ir porque já foi vaiado duas vezes. Não é alguém que sofra de nenhuma distorção masoquista – conheço o Jarbas muito bem, é uma pessoa equilibrada, correta, equilibrada mesmo. Então, não tem que ir. Ir para ser vaiado? Quando o PT era um partido pequeno e não tinha essas manchas todas, achávamos engraçado. No comício das Diretas Já, falávamos e eles nos vaiavam; no comício não sei de quê, eles também nos vaiavam; no comício para a anistia, eles nos vaiavam. E nós achávamos aquilo bonitinho; eles eram pequenininhos. Hoje, não é; hoje, é cheio de mancha; quem preside é o Berzoini. Já imaginou? Aliás, vou falar sobre esse rapaz agora.

Então, a minha recomendação é essa, que já não precisa porque o Jarbas ouviu por telepatia. Não tem nada que ir. Sabe que vai ser vaiado, deixa o Presidente falando sozinho lá. Não tem nada que ir. Um homem com a altura dele, com a estatura dele, com a altivez dele não tem que se submeter a esse tipo de achaque.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio, como orador inscrito.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento, com mais dois minutos de acréscimo, se necessário for.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{os} e Srs. Senadores, antes de tudo, encaminho à Mesa voto de lembrança ao genial escritor brasileiro, João Guimarães Rosa, ao ensejo da passagem do cinqücentenário do lançamento de **Grande Sertão Veredas**, que é, sem dúvida, uma das mais relevantes e tocantes obras literárias deste País.

Mas, Sr. Presidente, vejo que a pantomima vai longe. O Presidente do PT, Sr. Ricardo Berzoini, ameaça o Senador Tasso Jereissati, Presidente do meu partido, com uma ação. Já havia feito a mesma coisa com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e não cumpriu. Pelo menos até agora, que eu saiba, não entrou com ação alguma.

Esperamos que entre, para que o Presidente Fernando Henrique requeira a exceção da verdade e prove a corrupção deste Governo, sim. Agora, entra com uma ação contra o Tasso Jereissati, que disse, lá no Ceará:

Nem o famigerado Collor teve um esquema de corrupção igual. No Collor, tinha o PC, que roubou muito, mas neste Governo tinha um roubo organizado e sistematizado.

Pois bem, já que o Deputado Berzoini está querendo processar pessoas, vou-me oferecer para que me processe, repetindo as palavras do Senador Tasso Jereissati. Quem está dizendo agora sou eu. São palavras minhas: nem o famigerado Collor teve um esquema de corrupção igual. No Collor, tinha o PC, que roubou muito, mas neste Governo tinha o roubo organizado e sistematizado.

Só espero que, além de me processar, faça o mesmo em relação ao Presidente Fernando Henrique e ao Senador Tasso Jereissati. Não dá mais para ficar cometendo essa leviandade de prometer processar e não fazê-lo.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, vejo que não há moral. Não vamos nem longe: que moral tem essa gente para falar em indignação? Não conseguiram se indignar com o Delúbio, não conseguiram se indignar com ninguém, não conseguiram se indignar com o que houve no País. Negam sistematicamente que teria havido o mensalão no País! Essa é a tese central deles. Que moral têm?

Vamos aos fatos: “Perícia: assinatura de Tarso Genro era falsa”. Processaram, Senador Alvaro Dias, o Deputado do PFL, Onyx Lorenzoni, com uma assinatura falsa do Sr. Tarso Genro, que já foi presidente da legenda, presidente do PT. Então, está provado. Pergunto: partido que tem falsificadores de assinatura tem ou não tem moral para processar alguém? Acho que não tem.

Berzoini, aquela arrogância, aquele inimigo dos nonagenários, aquela figura que colocou na fila as pessoas com mais de 90 anos de idade. Todo mundo se lembra disso; minha tia Lindalva morreu aos 96 anos de idade com muita raiva de Berzoini. Dizia minha inesquecível e querida tia Lindalva: “Meu filho, nunca dê o menor refresco àquele rapaz”. Muito bem, “Berzoini reduz adversários tucanos a ‘chuchu’ e a ‘ex-ministro da dengue’”. Para ele, o Governador Geraldo Alckmin, com essa administração de grande êxito que faz dele o Governador mais aprovado do País, é chuchu, e o Prefeito José Serra, ministro da saúde consagrado nas pesquisas e no exterior, é o ministro da dengue. Pois muito bem: digo que o candidato de seu Partido é o candidato do governo da corrupção. É melhor ser da dengue e do chuchu do que da corrupção.

Vamos continuar: "Casal é suspeito de fraudar fundos de pensão" – fraude em fundo de pensão.

Aqui, não adiantou toda aquela média que Gilberto Gil fez levando nosso cantor Bono Vox, que não sabe a rigor quem é ou quem não é Lula, a fazer uma média eleitoreira. No entanto, valeu pois, quando Lula apareceu no telão, foi vaiado ontem. Está aqui registrado no Terra *on line* de hoje: Bárbara Miebach, Ricardo Pieralini.

Muito bem, Sr. Presidente, quando se fala em corrupção, é bom dar nome aos bois. Vou ler só os "caídos": nos Correios, *Maurício Marinho, Antônio Ozório Batista*, Maurício Coelho Madureira, Eduardo Medeiros de Moraes, Robinson Koury Viana da Silva, Ricardo Henrique Suner Caddah; vamos para o IRB: Luiz Apolônio Neto, Manoel Moraes de Araújo, Luiz Eduardo Pereira de Lucena, Carlos Murillo Goulart Barbosa Lima, Alberto de Almeida Pais; na Eletronuclear, Marcos Vinícius Vasconcelos Ferreira; na Cobra Tecnologia, Eduardo Armond, Wladimir Santos, Eduardo Portela.

Vamos agora para a figura mais ilustre do Governo: José Dirceu de Oliveira e Silva. Caiu sob a acusação de ser o patrono do mensalão. Essa é a verdade inescapável com a qual se defronta o Governo que acha que tem autoridade para processar quem quer que seja. Não tem e, se tem, vai-me processar. Peço que faça comigo e que prometeu fazer com o presidente Tasso Jereissati e que prometeu fazer, sem cumprir, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Daqui a pouco, vou repetir de novo, para ele não esquecer o que eu falei, aquela história do Collor.

Aí vamos lá: Roberto Jefferson, Rodrigo Botelho Campos, Dimas Fabiano Toledo, José Roberto Cesaroni Cury, Glênio Guedes, Silvio Pereira, Delúbio Soares, José Borba, Edson Monteiro, Roberto Salmeron, Luiz Eduardo Franco de Abreu, Edson Monteiro, Marcelo Sereno.

E ainda acha que dá para dizer que não é esse o governo da corrupção, ainda acha que vai dar para processar alguém ou é verdade que as CPIs derrubaram essas pessoas todas sob a acusação irresponsável de corrupção?

Aqui a minha assessoria colocou José Genoíno. Não acho que José Genoíno seja corrupto, mas que participou, esse sim, feito tolo de um esquema apodrecido à sua volta.

José Adalberto Vieira da Silva, Kennedy Moura Ramos, José Nobre Guimarães, Luiz Gushiken, Mauro Marcelo de Lima e Silva, que não caiu por corrupção, mas por fofoca e "arapongagem"; Henrique Pizzolato,

Sandra Rodrigues Cabral, Antonio Batista Brito, Josenilton Andrade, Marco Antonio da Silva, Roberto Rodrigues Barroso Fernandes, Vilmar Lacerda, Paulo Rocha, Silvio Pereira, Valdemar Costa Neto, Marcus Vinícius di Flora, Manoel Severino dos Santos, Danilo de Camargo, Paulo Pimenta – esse, também, não foi por corrupção; renunciou à vice-presidência da Comissão porque cometeu o gesto delituoso de entrar no carro do Sr. Marcos Valério e de lá sair com uma lista falsa. Sérgio Amadeu, Duda Mendonça, Juscelino Dourado, Carlos Rodrigues – Bispo Rodrigues –, Severino Calvanti, Alencar Ferreira, demitido recentemente, Luiz Eduardo Machado Castro.

E eu não sei se pegamos todo o mundo, mas o fato, Sr. Presidente, é que estamos aqui com a crônica dos "caídos", aqueles que caíram em função das denúncias de corrupção que os abateram; aqueles que estavam ligados umbilicalmente a este Governo, o qual não consegue indignar-se com esses aqui e acha que o presidente de um grande partido de Oposição não tem o direito de dizer que não se conforma com isso aqui e com a cortina de silêncio que o Governo tenta baixar sobre isso aqui.

Vamos repetir. O Senador Tasso Jereissati disse o seguinte: "Nem o famigerado Collor teve um esquema de corrupção igual." No Collor, tinha o PC que roubou muito, mas neste Governo tinha um roubo organizado, sistematizado. Essas palavras são minhas. Eu estou dizendo. Então, estou exigindo ser processado pelo Sr. Ricardo Berzoini, pelo PT, por quem eles querem. Exijo isso aqui. Não me conformo se não o fizerem.

Se fizerem o processo, vou à Procuradoria Geral da República e ao Supremo Tribunal Federal pedir que aceitem o pedido de processo, para que, depois, aqui eu deixe me processarem. Vou pedir aos meus colegas que votem a autorização para que eu seja processado, possa requerer a exceção da verdade e provar que é um governo de corrupção, sim; que o Tasso tem razão, sim, e que, na verdade, quando fingem processar um e outro, estão querendo desviar a atenção da lista dos "caídos", aqueles que caíram em função das denúncias de corrupção que abalaram este País e desmoralizaram este Governo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno)

FOLHA DE S.PAULO

ELEIÇÕES 2006/PRESIDÊNCIA

A intenção é que o programa tenha 2.000 novos balcões; medida faz parte de 'pacote de bondades' que o presidente tem anunciado

Lula vai ampliar alcance do Farmácia Popular

KENNEDY ALENCAR
LUCIANA CONSTANTINO
DA FOLHA DE S.PAULO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve anunciar ampliar programa Farmácia Popular a partir de março. Serão criados até o final de ano 2.000 balcões de Farmácia Popular em conveniências e grandes redes de drogarias.

A medida faz parte de um "pacote de bondades" que o presidente tem anunculado e contará com o objetivo de vitaminar a sua popularidade entre os mais pobres em um ano eleitoral e no qual deverá disputar a reeleição.

A decisão foi tomada em reunião com os ministros da Coordenação de Governo, grupo que discute com o presidente as diretrizes da gestão petista.

O programa Farmácia Popular é uma promessa de Lula na campanha de 2002. Porém, demorou a sair do papel quando o petista chegou ao Planalto. Parte da equipe de Humberto Costa, ex-ministro da Saúde, que antecedeu o atual titular, Sarney Filho, era contraria a ideia. A implantação das primeiras unidades começou em junho de 2004 por ordem de Lula, que estava cansado da resistência petista ao programa.

Por meio do Farmácia Popular, o governo vende remédios a baixo custo, produzidos principalmente

em laboratórios oficiais. Foram 1000 no ano passado, cerca de R\$ 2 milhões, o mesmo valor previsto para este ano.

Ele tem hoje 117 farmácias populares espalhadas pelo país, sendo 17 na capital paulista e 21 no interior de São Paulo. Há convênios com prefeituras e entidades nortistas que promovem a criação de mais 266 farmácias.

Lula achou pouco e optou pela criação de balcões de Farmácia Popular por todo o país. Os acordos com as grandes redes de farmácia já estão avançados. As farmácias tradicionais que participam do programa colocarão no estabelecimento o adesivo "Aqui tem Farmácia Popular". Segundo um auxiliar presidencial, a intenção é que 2.000 balcões sejam destinados à cidade de São Paulo, na qual os tucanos José Serra, prefeito, e Geraldo Alckmin, governador, são bem avaliados. Serra e Alckmin disputam a indicação tucana para disputar a Presidência.

"Travessia"

Desde o final de 2005, Lula prepara um "pacote de bondades" para fazer o que chama de "travessia" da fase mais dura de sua gestão. O escândalo do "mensalão", arruado eleitoral gratui-

to, fase da campanha na qual havia que teria tempo de rádio e TV para defender suas realizações.

Avaliando que o rigor fiscal e monetário do ministro da Fazenda, Antônio Patriota Filho, criou uma "gordura" financeira que permita o "pacote de bondades". Lula tem cobrado de sua equipe medidas que tenham impacto entre os mais pobres e em alguns setores da classe média (especialmente o de menor renda).

Apesar de não assumir a candidatura à reeleição, o que pretende fazer em junho, mês em que os partidos devem oficializar seus concorrentes para as eleições de outubro, Lula tem agido como candidato na prática.

A medida mais vistosa do seu "pacote de bondades" foi a elevação do salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350 e a antecipação da entrada em vigor de maio para abril. No entanto o presidente tem adotado outras medidas, como um pacote de incentivo à habitação popular e a decisão de reduzir os encargos previdenciários dos empregados domésticos.

No momento em que recupera cacife nas pesquisas eleitorais, Lula avalia que a divulgação a contagiadas de boas notícias compensará o endurecimento das críticas da oposição devido a melhoria de sua popularidade e da chance de conquistar um segundo mandato.

"BONDADES" DE LULA

FARMÁCIA POPULAR

O governo vai implantar programa em 2.000 balcões

AGRICULTORES

Pacote de benefícios aos agricultores inclui a liberação de créditos de R\$ 200 milhões para a colheita da uva

DOMÉSTICOS

Os encargos previdenciários dos domésticos serão reduzidos

CORREÇÃO DO IR

Reajuste de 8% no Imposto de Renda da pessoa física

ESTRANGEIROS

Isenção de imposto devido para os imigrantes estrangeiros que quiserem realizar aplicação em títulos públicos brasileiros

CONSTRUÇÃO CIVIL

Pacote inclui a desoneração de cerca de 40 produtos usados na reforma ou na construção de imóveis

SALÁRIO MÍNIMO

O reajuste do salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350 foi antecipado para abril

Em 2 dias, Lula visita obras em seis Estados

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai iniciar hoje sua maratona de viagens, no qual, em dois dias, passará por sete cidades de seis Estados. Lula quer "fiscalizar" o andamento das obras em novos campi de universidades federais.

Segundo ele, algumas de suas decisões "demoraram" a sair do papel. O governo pretende fazer 42 extensões de ensino nas universidades. Para a oposição, o presidente, com as viagens, já antecipou a campanha eleitoral. Lula nega e diz que está colhendo o que plantou em três anos de mandato.

"Vou fiscalizar para saber se as obras estão andando como quer. São R\$ 592 milhões para essas extensões. Então, um governante tem que estar para ver se está aprovado aquilo que ele decide fazer", disse, ontem, em seu programa semanal de rádio. (José do Vale) Lula também disse, de seus assessores, a montagem de uma caravana da educação pelo país. A extensão de universidades no interior dos Estados é uma das prioridades do governo que o comando petista pretende desta-

que a campanha eleitoral.

Hoje e amanhã, Lula não se visse obras, ia em andamento como o: ibera: passará por cidades apesar para o chamado lançamento da "pedra fundamental" da expansão universitária. "Quero fiscalizar de perto, porque educação de qualidade é um compromisso do meu governo, é um compromisso do Brasil com o povo e, sobretudo, é a certeza absoluta de que, somente através da educação de qualidade, o Brasil vai se transformar em um país de padrão de primeiro mundo", disse, no programa "Café com o Presidente".

Ele disse ainda que desde 2003 foram contratados 9.008 novos docentes para as universidades. Do total, pelo menos 2.250 são destinados às expansões.

Hoje, na agenda da educação, Lula passará por Juazeiro (BA), Petrolina (PE) e Arapiraca (AL). A noite, há outro compromisso: a inauguração do aeroporto de Recife (PE). Amanhã a maratona prossegue, com agenda exclusiva das universidades. Lula passará por Parnaíba (PI), Imperatriz (MA) e Marabá (PA). (EDUARDO SCOLESE E PEDRO DIAS LEITE)

VIAGENS DE LULA



HOJE

- ① **Petrolina (PE)**
Visita às obras da Universidade Federal do Vale do São Francisco
- ② **Juazeiro (BA)**
Visita às obras da Universidade Federal do Vale do São Francisco
- ③ **Arapiraca (AL)**
Lançamento da pedra fundamental do campus da UFAL
- ④ **Recife (PE)**
Inauguração do aeroporto da cidade

AMANHÃ

- ⑤ **Parnaíba (PI)**
Visita às obras do campus da UFPI
- ⑥ **Imperatriz (MA)**
Lançamento da pedra fundamental do campus da UFMA
- ⑦ **Marabá (PA)**
Visita às obras do campus da UFPA

Berzoini reduz adversários tucanos a 'chuchu' e 'ex-ministro da dengue'

FÁBIO GUIRÚ
DA AGÊNCIA DA EMERGÊNCIA

O presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, disse ontem em Recife não se importar se o candidato do PSDB for "chuchu ou o ex-ministro da dengue", referindo-se ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e ao prefeito da capital paulista, José Serra, que disputam a indicação do partido para a sucessão presidencial.

"Eles vão ter que explicar como quebraram o Brasil duas vezes, como privatizaram US\$ 100 bilhões sem retorno nenhum de qualidade de vida para a população", afirmou. "Se vai ser chuchu ou o ex-ministro da dengue, pouco importa", declarou.

Apelidado de "picole de chuchu" pelo colunista da Folha Jose Simão, Alckmin anunciou ontem, em Jundiaí (SP), que usará o apelido como mote de campanha. "Vai ser um governo que é uru chuchuzinho", disse. Ja Serra foi chamado de "ex-ministro da dengue" por ocupar a pasta da Saúde durante o pico da epidemia da doença no país.

Berzoini disse que o PT "tem

FRASES

"Eles [os tucanos] vão ter que explicar como quebraram o Brasil duas vezes"

"Se vai ser chuchu ou o ex-ministro da dengue [o candidato do PSDB], pouco importa"

RICARDO BERZOINI
presidente do PT

convicção de que as circunstâncias políticas do país colocam a candidatura de Lula como algo natural". E disse que o cargo de vice-presidente na chapa "está aberto para os partidos da base". Entre os aliados, o petista incluiu o PMDB, que, segundo ele, continuaria a ser procurado para discutir uma eventual coligação.

"Só vamos ter a convicção de que o PMDB está fora da aliança

quando as chapas estiverem tão criticadas", afirmou. Até lá, vamos manter o diálogo, respeitando o processo interno do partido. É uma política e importante não desistir nunca daquilo que se pretende, daquilo que se deseja", declarou.

Berzoini esteve em Recife para discutir o programa de governo do pré-candidato do partido ao governo de Pernambuco, Humberto Costa. Sem a possibilidade de o governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) disputar o cargo pela terceira vez consecutiva, a oposição veio com o vice-governador, o PSB brasiliense, candidato do ex-ministro da Fazenda, o economista Fernando Henrique Cardoso (FHC), tem como pré-candidato ao governo o deputado federal Arimando Monteiro Neto.

Sem um nome de consenso, a aliança governista patina na escolha do candidato. O vice-governador do Estado, José Mendonça Filho (PFL), tem a preferência de Jarbas, mas o PSDB pressiona para que o escolhido seja o senador Sérgio Guerra. O deputado federal Inocélio de Oliveira (PI) não corre por fora no processo.

O GLOBO

Perícia: assinatura de Tarso Genro era falsa

Laudo afirma que pedido de abertura de processo contra pefelesta não foi assinado pelo ex-presidente do PT

Evandro Eboli

• BRASÍLIA. Laudo do Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Distrito Federal confirmou que a assinatura do ex-presidente do PT Tarso Genro na representação feita pelo partido ano passado no Conselho de Ética, contra o deputado Ónyx Lorenzoni (PPL-RS), é mesmo falsificada. O PT acusou Lorenzoni de quebra de decoro parlamentar por divulgar na CPI dos Correios um empréstimo de R\$ 14 mil feito pelo ex-deputado José Dirceu. A divulgação estava protegida pelo sigilo.

O documento da Polícia Ci-

vil foi encaminhado no início da noite de ontem ao Conselho de Ética e deve ser analisado hoje pelo colegiado. O processo contra Lorenzoni, agora, pode ser arquivado.

Peritos são taxativas, mas pefelesta fala em adulteração

A abertura do processo foi pedida pelo PT em 2005 e protocolada pelo deputado Wasny de Roure (PT-DF). Lorenzoni já havia apresentado um laudo, feito por um perito contratado por ele, que atestava a falsificação. A perícia da Polícia Civil foi solicitada pelo Conselho de Ética, que encaminhou documentos com a

assinatura de Tarso, publicados no Diário Oficial, da época que ele era ministro da Educação.

O laudo, assinado pelas peritas Ivete Silva Rocha e Alba-niza Montenegro, é taxativo: "As assinaturas são falsas e obtidas por processo de imitação". A falsificação já havia sido revelada em laudo do instituto Del Picchia, de São Paulo. Tarso disse ontem que assinou documento pedindo a abertura de processo:

— Se foi comprovado que é falso, alguém adulterou esse documento. E que se puna o responsável. Que eu assinei, assinei, lá de São Paulo. ■

Com o patrocínio da Câmara

Deputado do PSB usa papel da Casa em propaganda

• BRASÍLIA. O deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE) será investigado pela Corregedoria da Câmara por usar papel timbrado da Casa para fazer propaganda de uma gráfica da qual é sócio. O presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), encaminhou o caso à Corregedoria.

Patriota mandou uma tabelinha da Copa do Mundo, com um foto sua, aos gabinetes dos colegas, acompanhada de carta em papel timbrado, na qual recomenda o serviço da gráfica. Dá

o telefone do diretor da empresa, Nilson Ribeiro, para encomendas. E endossa: "Além de qualidade, oferece o melhor preço do mercado". A denúncia foi publicada na Agência Nordeste e na "Folha de Pernambuco".

Patriota, em ofício a Aldo, admite que mandou imprimir na gráfica ABC/BSB — da qual é sócio — cinco mil tabelas da Copa e enviou aos colegas. Ele pede desculpas e compromete-se a, se for o caso, pagar os custos.

CPI insiste em quebrar sigilo da corretora Euro

Assessor de Nilton Baiano confirma ter recebido R\$ 100 mil

• BRASÍLIA. A oposição vai tentar aprovar hoje na CPI dos Correios uma nova quebra do sigilo da corretora Euro, investigada pelas relações com o

esquema do valeroduto. Pelo menos um caso está com a apuração adiantada e diz respeito ao pagamento de R\$ 100 mil, pela corretora, a Renato Paoliello, assessor de imprensa do deputado Nilton Baiano (PP-ES). A corretora, que teve a quebra de sigilo bloqueada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é acusada de dar um prejuízo de R\$ 8 milhões ao fundo de pensão Nucleos, das estatais nucleares. A CPI quer acesso aos dados porque suspeita que outros dez deputados podem estar envolvidos.

segundo o senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

Paoliello promete apresentar hoje cópias de recibo do pagamento feito pela Euro por serviços prestados. Ele disse que os R\$ 100 mil se referem a um curso dado à diretoria da corretora sobre relacionamento com a mídia. O curso, com aulas nos fins de semana no Rio, teria durado um ano. Paoliello também prometeu apresentar cópia da declaração de Imposto de Renda. Ele isentou o deputado ■

Vice-governador terá de explicar relação com Duda

Empresa de Clésio fez depósitos em contas do marqueteiro

• BRASÍLIA. As relações do vice-governador de Minas, Clésio Andrade, com Duda Mendonça poderão ser investigadas pela CPI dos Correios. A co-

missão estuda a convocação de Clésio para que explique dois depósitos de R\$ 100 mil cada feitos em contas do publicitário balano. Os depósitos foram feitos em julho e outubro de 2003 pela Pampulha Transportes Ltda — empresa de Clésio que opera linhas de ônibus em Belo Horizonte — na conta da CEP Comunicação e Estratégia Política, de Duda.

Esse deverá ser um dos assuntos da sessão administrativa da CPI marcada para hoje. Essa linha de investigação, no entanto, não deverá ser usada

como argumento para uma nova prorrogação dos trabalhos, que deverão se encerrar na segunda quinzena de março.

Em outra frente, o sub-relator de Fundos de Pensão, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), encaminhou ontem um ofício à Polícia Federal solicitando que Lúcio Bolonha Funaro, ex-sócio da Guafanhuns, seja notificado e conduzido coercitivamente para depor na CPI. Funaro faltou ontem pela terceira vez consecutiva a um depoimento marcado. ■

JORNAL DO BRASIL

Casal é suspeito de fraudar fundos de pensão

Parte dos lucros nas operações investigadas teria sido repassada a políticos

Heitor MARQUES

RASÍLIA - Ela se diz dona da casa. Ele afirma que declara o Imposto de Renda como isento. O casal tem 85 imóveis no Rio de Janeiro, incluindo um sofisticado apartamento com mais de 400 metros quadrados no Condomínio Golden Green, na Barra. Ela é Rogeria Costa Beber, ex-assessora do vereador Fernando Gusmão, do PCdoB do Rio. Ele é Murilo de Almeida Rêgo, que declarou ter sido assessor parlamentar do então deputado Lindberg Farias, hoje prefeito da Nova Iguaçu.

Se os olhares estupefatos de parlamentares e assessores do Congresso, eles prestaram depoimento ontem na CPI dos Correios. São investigados por suspeita de aumentar o patrimônio em operações financeiras fraudulentas, que deram prejuízo a fundos de pensão. Parte do lucro destas operações, que envolvem várias corretoras, teria sido repassada a políticos.

- Fomos montado um esquema para gerar perdas nos fundos e ganhos para determinadas

instituições financeiras. Não é conversão de natureza política - expl. a o sub-relator, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

Apesar dos numerosos imóveis e dos investimentos maciços no mercado financeiro, a declaração de Imposto de Renda do casal, feita no nome de Rogeria, soma R\$ 6 milhões. Murilo explicou aos deputados que tem "transtorno bipolar de humor" e pode a qualquer hora entrar em estado de euforia ou depressão.

O deputado ACM Neto passou toda a sessão preocupado com uma possível reação do investigado.

Fora graças ao transtorno bipolar de humor que Murilo diz ter começado a operar em nome da companheira no mercado financeiro. Minutos depois, ele mesmo se contradisse e revelou que não pode operar graças à falência do bingo eletrônico Flabingol, do qual era sócio. Murilo conta que tinha a tarefa de acompanhar Lindberg em jantares políticos. O pre-

feito de Nova Iguaçu diz que Murilo jamais foi seu assessor, apenas "amigo".

Rogeria relatou que cuidava da agenda de eventos do vereador Gusmão e conta que chegou a doar R\$ 20 mil para o chefe vereador. O vereador não foi encontrado, ontem. Apesar de não ter nenhuma conta bancária em seu nome desde 1996, Murilo utiliza um cartão de dependente da mulher para distribuir dinheiro para os amigos, inclusive para os companheiros da praia.

- Sempre fui rico, deputado. Nunca fui pobre - desdenha Murilo.

O casal é bem relacionado também com integrantes do PT investigados por envolvimento no rombo dos fundos. Murilo é amigo de Marcelo Sereno, ex-assessor da Casa Civil que nomeava dirigentes de fundos de pensão. Também amigo do polêmico ex-presidente da Casa da Moeda do Brasil Manoel Severino, que embolsou R\$ 2,6 milhões distribuídos por Marcos Valério, o operador do mensalão. Murilo nega

a existência de esquema na área de investimentos dos fundos para repassar dinheiro a políticos.

- Sou um especulador - defende-se.

Murilo não vê nenhum problema em ser sócio da empresa Arbor, investigada por envolvimento no esquema que sangrou os fundos. Diz que só pode responder pelos ganhos no mercado financeiro. Pelos prejuízos, diz, respondemos fundos. Na lista de investigados no mesmo esquema está José Carlos Batista, identificado pelos parlamentares como laranja da corretora Guaranhuns, também envolvida com a distribuição do mensalão. Murilo nega qualquer negociação com Batista.

- Deus me livre! - foi a expressão que usou.

Para o sub-relator ACM Neto, o casal teve movimentações financeiras incompatíveis com o patrimônio. Murilo diz que parcela de seu dinheiro foi presente do pai, que teria doado ao filho R\$ 1,4 milhão.

- Eu pedi o dinheiro a ele, e ele me deu - explicou

**Murilo Rêgo
não declara
IR e imóveis
estão em
nome da
mulher**

CPI chama a polícia

Hoje, a CPI deve ouvir os representantes dos fundos Funcef e Petros. O deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) pretende anunciar balanço sobre os investimentos dos fundos durante o pagamento do mensalão. Em 2003 e 2004, segundo o deputado, houve uma concentração dos investimentos dos fundos nos bancos Rural e BMG, que fizeram os empréstimos do mensalão.

ACM Neto pediu ajuda da Polícia Federal e do Ministério da Justiça para prender o investigador Lucio Bolonha Fornaro, que faltou ao depoimento.

— Fornaro tem que ser preso. Ele não vai sair daqui sem ser indiciado, sem ser enquadrado em meio Código Penal — protestou ACM Neto.

Ontem, a CPI ouviu também a ex-gerente do fundo de pensão Nucleos Fabiana Carnaval Carneiro. Fabiana negou que tivesse sido nomeada pelo ex-assessor da Casa Civil Marcelo Serrano. O Nucleos perdeu R\$ 28 milhões na época em que o mensalão era pago aos políticos. Uma das corretoras investigadas, a Euro, depositou R\$ 100 mil na conta de Renato Paolhen-

lo, assessor do deputado Nilton Bariano (PP-ES), conforme antecipou a revista *Veja*.

Ontem, três corretoras que trabalharam com recursos dos fundos de pensão e geraram prejuízos repassaram à CPI dos Correios informações que detalhariam o esquema de desvio de dinheiro para partidos.

Representantes da Quanta, Quality e Dillon, todas corretoras que operam no mercado financeiro, conversaram re-

servadamente com deputados que participam da investigação e teriam confirmado desvio de recursos.

Os fundos de pensão fariam investimentos de alto risco por intermédio dessas corretoras. As possíveis perdas de rentabilidade, supostamente deliberadas pelos fundos, seriam partilhadas entre a corretora, em menor porcentagem, e entre políticos, a quem caberia a maior parcela.

De acordo com a investigação feita até agora pela CPI, 14 fundos de pensão tiveram prejuízo de R\$ 730 milhões em operações que obedeciam ao mesmo padrão adotado pelas três corretoras.

PF recebe sigilos

BRASÍLIA — A Polícia Federal começou a receber nesta semana documentos com os sigilos fiscal e telefônico do ex-diretor de Furnas Centrais Elétricas Dimas Fabiano Toledo. Trata-se do suposto autor da chamada Lista de Furnas, que cita 156 políticos supostamente beneficiados por um esquema de caixa 2 na estatal em 2002.

Com as informações, informou à Reuters um policial federal que par-

**Polícia
recebe
dados de
Dimas
Toledo, de
Furnas**

ticipa das apurações, a PF vai cruzar os dados sigilosos do ex-diretor com os resultados da auditoria que está sendo feita pela Controladoria-Geral da União (CGU) sobre as contratações efetuadas por Furnas nos últimos anos.

Na relação, que também está sendo investigada pela PF, são citados integrantes de 12 partidos, principalmente PSDB e PFL, que participaram da base de apoio do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

A quebra de sigilos foi determinada pela Justiça Federal no Rio.

De posse das informações

sigilosas, os investigadores esperam encontrar novas linhas de apuração que fornecam mais subsídios para elucidar quem seriam os responsáveis por indícios de irregularidades já detectados no inquérito.

Apontado como organizador do suposto esquema, Dimas negou em depoimentos à PF e a CPI dos Correios ter qualquer envolvimento com as irregularidades.

A Lista de Furnas teria sido entregue à PF pelo lobista mineiro Nilton Monteiro que afirma ter em seu poder uma cópia original do documento Nilton e um dos principais responsáveis pelas acusações levantadas contra Dimas.

A PF atribui credibilidade a muitas das informações dadas pelo lobista devido ao resultado obtido em outras investigações surgidas de suas denúncias.

Uma delas foi a revelação de utilização, em 1998, de recursos de caixa 2 na campanha do então candidato ao governo de Minas Gerais e atual senador Eduardo Azevedo (PSDB).

CORREIO BRAZILIENSE

SUCESSÃO

Partistas prometem processar presidente nacional tucano. No final de semana, em Fortaleza, durante a convenção regional do PSDB, Tasso Jereissati comparou o governo de Lula ao de Fernando Collor

PT AMEAÇA COM OUTRA AÇÃ

EUMANO SILVA
Líder do PT no Senado. Colaborou com a
equipe do CORREIO

O PT vai processar o presidente nacional do PSDB, senador Tasso Jereissati, em decorrência de declarações feitas na convenção estadual dos tucanos no Ceará, realizada no último sábado em Fortaleza. Ao falar para os correligionários, o parlamentar comparou

o governo Lula ao do ex-presidente Fernando Collor de Mello, cassado por corrupção em 1992. Afirmou, também, que o ex-chefe da Casa Civil, José Dirceu, colocava "um ladrão" em "cada gabinete de ministério do governo atual".

O discurso de Tasso foi feito durante a posse do novo presidente do PSDB no Ceará, Raimundo Viana. Nele, o famigerado Collor teve um esquema de

corrupção igual ao do senador. "No Collor, tinha o PC, que roubou muito, mas neste governo tinha o PPS, que organizado e sistematicamente", continuou o parlamentar tucano, referindo-se ao empresário Paulo César Farias, o PPS, chefeiro da campanha de Collor e pivô do escândalo que provocou a queda de Collor.

Em seu discurso, Tasso foi ainda mais longe, tentando falar das de-

núncias contra o governo do PT. "O Zé Dirceu colocava em cada gabinete e em ministério um ladrão para sugar recursos públicos, do povo brasileiro, para o Partido dos Trabalhadores", atacou o senador. "Esse dinheiro que era desviado pelo Dirceu e pelo Delúbio, vinha para o Ceará através da cueca", afirmou o dirigente tucano. Falava de Delúbio Soares, tesoureiro responsável pela movimentação de dinheiro de caixa 2 nas campanhas do PT.

Na outra referência, o senador lembrou o caso de José Adalberto Vieira, preso com pacotes de dólares e reais, escondidos na cueca, quando tentava embarcar para Fortaleza no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Assessor do deputado estadual José Nogueira Guimarães (PT), então presidente do PT cearense, Adalberto ficou conhecido nacionalmente pela inusitada maneira de transportar dinheiro.

Ao tomar conhecimento do teor do discurso de Tasso, o presidente nacional do PT, deputado Ricardo Berzoini, decidiu entrar com uma ação na Justiça contra o senador cearense. "Do jeito que nossos adversários estão agindo, acho que teremos de ampliar muito nosso departamento jurídico para processar todos que atacarem a honra do partido", afirmou o dirigente petista ao *Correio*, pelo telefone. "Em nosso governo, seria impossível o presidente Lula negociar a composição de um consórcio de empresas, ou a diretoria do Banco do Brasil ser condenada por desvio de dinheiro", acrescentou.

Berzoini encontrava-se no Recife, onde trabalha pela candidatura a governador do ex-mi-

nistro da Saúde Humberto Costa (PT). A resposta do dirigente petista foi uma referência indireta a dois escândalos do governo tucano de Fernando Henrique Cardoso. Um, durante o processo de privatização, quando foi divulgada gravação telefônica em que Fernando Henrique fala sobre a venda de empresas estatais. Outro, sobre os prejuízos causados ao Banco do Brasil pela construtora Encol. As declarações de Tasso foram reproduzidas pelo jornal *O Povo*, de Fortaleza, na edição de ontem.

A ação do PT contra Tasso faz parte da estratégia de rebater na Justiça todos os ataques feitos pelos adversários. A direção do partido sabe do potencial eleitoral representado pela onda de denúncias feitas pelo então deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), muitas comprovadas pelas investigações das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

Ética

Ainda não há previsão para o início do processo contra o presidente do PSDB.

O PT ainda prepara outra ação, contra Fernando Henrique, já anunciada. Em entrevista à revista *IstoÉ*, publicada há duas semanas, o ex-presidente afirmou que "a ética do PT é roubar". A direção nacional petista informou ontem que entrará hoje ou amanhã com a ação contra Fernando Henrique.

Os adversários acreditam na eficácia da estratégia de ressaltar, na campanha eleitoral deste ano, os desvios éticos cometidos pelos petistas no governo e no comando do partido. Com os resultados positivos na economia obtidos na administração Lula, os tucanos pretendem reforçar os ataques.

Abalados pelas proporções do escândalo do mensalão, os petistas planejam ressaltar as conquistas do governo atual. O debate sobre ética, avaliam, não será o que mais vai pesar na hora de o eleitor decidir em quem vai votar. Mesmo assim, colecionam acusações contra os governos tucanos, com especial atenção para o processo de privatização.

NEM O FAMIGERADO COLLOR TEVE UM ESQUEMA DE CORRUPÇÃO IGUAL. NO COLLOR, TINHA O PC, QUE ROUBOU MUITO, MAS NESTE GOVERNO TINHA O ROUBO ORGANIZADO E SISTEMATIZADO

Tasso Jereissati (CE), senador e presidente nacional do PSDB

**DO JEITO QUE NOSSOS ADVERSÁRIOS ESTÃO AGINDO
ACHO QUE TEREMOS DE AMPLIAR NOSSO
DEPARTAMENTO JURÍDICO PARA PROCESSAR TODOS QUE
ATACAREM A HONRA DO PARTIDO**

Ricardo Berzoini (SP), deputado e presidente nacional do PT

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

S. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento, e dois minutos de prorrogação, caso necessário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, que preside esta sessão, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado, a comunicação é muito importante. Quero cumprimentar aqui, a propósito, o Sistema de Comunicação do Senado: a Rádio, AM e FM, a Televisão e o Jornal. Ontem, Senador Garibaldi Alves, fiz um pronunciamento e busquei, para o Lula entender as coisas – é difícil, não é, Sibá? – uma frase de Franklin Delano Roosevelt, a célebre frase dele que fez renascer as Américas depois da Segunda Guerra Mundial: “Na recessão as cidades podem ser destruídas: elas ressurgirão do campo; mas se o campo for esquecido, abandonado, destruído, as cidades morrerão de fome”. Senador Garibaldi Alves, tem muito a ver com V. Ex^a. Eu dizia que num país onde o litro de leite custa 75 centavos, e a água Perrier – água que o PT bebeu na comemoração do aniversário – custa 6,50...

Olha, Garibaldi... E cito o Garibaldi porque ele, sabendo da importância do campo, fez um dos programas mais bonitos: desenvolveu a bacia leiteira do Rio Grande do Norte, fixando o homem no campo.

Senador Heráclito Fortes... Ái ele diz: “Ilustre Senador...” – é até bom o *marketing*. Ele disse: “Parabéns pelo brilhante pronunciamento que o senhor fez na tarde de ontem, 20/2/2006, na defesa dos produtores rurais do Nordeste que estão em débito com os bancos”.

Informo ao ilustre Senador Sérgio Guerra que em Garanhuns, Pernambuco, um litro de leite custa R\$ 0,50 – em um país como o nosso! Pensem no que custa ao homem do campo cuidar da vaquinha, e um litro custa R\$ 0,50! E esse homem está ameaçado de perder suas terras, sua propriedade, por causa da ambição tresloucada dos banqueiros de Lula!

Mas ele vai além: “O PMDB só tem, na minha opinião, um político a ser candidato à Presidência: V. Ex^a. Um forte abraço”. Obrigado! Acho que vou me inscrever, Garibaldi, no dia 10 às 18 horas.

Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a também deve disputar, seria uma opção democrática por Pernambuco. Acabou-se o tempo dos caciques, dos caciques que levaram o País à situação em que estamos: está aí o Papaléo na Presidência – menininho, cardiologista,

prefeitinho e já está aqui! Onde estão os caciques? Com a perspectiva do tempo, vemos mais claramente esses velhos negociantes da política no Brasil: vendem partidos, trocam favores por cargos. Certamente não se inspiram em Rui Barbosa, que disse – atentai bem, Garibaldi! –: “Não troco a trouxa de minhas convicções por um ministério”. E ainda há os que querem vender o PMDB, o nosso PMDB de história, de luta e do povo, que nunca faltou a este País, libertou-nos da ditadura.

Mas o assunto de hoje é o seguinte. Fala-se da revolução, da ditadura, mas eu quero lhes dizer que ela trouxe presidentes que, mesmo militares, tinham algo. Senador Heráclito Fortes, ficou célebre no Nordeste a frase dita pelo terceiro Presidente do período revolucionário militar – Castelo, Costa e Silva, Médici... Imaginem o que ele diria vendo o Nordeste como está agora, as suas fazendas hipotecadas, sendo tomadas pelas ambições dos banqueiros! Então, Senador Heráclito, o governante militar disse: “O governo vai bem, mas o povo vai mal”.

É, Senador Sibá: “Dinheiro transborda do cofre do Governo Federal”. Nunca se sugou tanto um povo. Atentai bem, Senador Jefferson Péres: Tiradentes veio porque havia a derrama, os portugueses cobravam altos impostos, era um quinto – daí a novela “Quinto dos Infernos”. Cobravam um quinto, 20%. Agora é a metade!

O brasileiro e a brasileira que trabalham dão a metade do que recebem para este Governo. Quarenta por cento é a carga tributária, equivale a cinco dos doze meses do ano – e um é para banco! Não tem quem não opere em banco, até para receber ordenado. E os banqueiros roubam!

Este é o único País do mundo em que cada trabalhador dá a metade dos dias do ano em que trabalha para o Governo. Trabalham, suam – “Comerás o pão com o suor do seu rosto” –, e metade vai para o Governo.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a é do Piauí. Isso é muito, muito, muito mais importante do que pertencer ao PT. Orgulhe-se de ser um homem que nasceu no Piauí. Mas atentai bem: tem de estudar, Sibá! Não vá pela cartilha do Lula, que diz que não precisa estudar, que cansa ler uma página de livro, e que é melhor fazer uma caminhada todo dia, uma esteira por uma hora... E aí sai dizendo, da esteira, besteira para o mundo todo!

Papaléo, atentai bem: este Governo arrecadou R\$33,87 bilhões no mês que passou – nunca antes de vocês!

Norberto Bobbio, que a Itália reconheceu fazendo-o senador vitalício, disse algo importante. E todos

nós acreditamos no que ele disse. Todos nós que queremos uma sociedade melhor e organizada, política, temos em Norberto Bobbio um ícone. Ele disse: "O mínimo que um governo deve dar ao seu povo e que se tem de exigir é a segurança". Que política de segurança o Lulinha Paz, Amor e Ignorância Muita deu a este País? Que segurança? Atentai bem: não há política de segurança pública; não há plano nacional de segurança; não criou guarda de fronteira, que é uma necessidade deste País; não mudou o Código Penal para endurecer as penas e agilizar os processos. E o pior, Papaléo: mentiu, mentiu e mentiu! Meu pai me ensinou que quem mente rouba!

Alvaro Dias, cadê os cinco presídios de segurança máxima que o Ministro prometeu? Um Ministro da Justiça que mente... Ele veio aqui, nesta sala: ele quis colocar o Beira Mar no Piauí, mas nós não deixamos – ele saiu fazendo turismo pelo País todo. O Ministro disse: "Vou fazer cinco presídios de segurança máxima".

Ó Rui Barbosa, haverá o dia em que nós, "de tanto ver as nulidades triunfarem, a mentira campear, vamos ter vergonha de ter vergonha", vamos ter vergonha de sermos honestos. Esse dia chegou: o Governo do PT no Brasil. Essa é a verdade!

Senador Jefferson Péres, Ulysses ensinou. Ulysses! Por isso ainda não pulei para o PDT, porque me sinto preso com o que Ulysses disse: "O cupim da democracia é a corrupção". Nunca vi tanto cupim como nesse Governo do PT. O dinheiro está aí: a Previdência arrecadou R\$9,84 bilhões, significando um aumento de 9,37%. As empresas e os bancos estatais também têm reforçado os cofres públicos: a Petrobras anunciou um lucro recorde, relativo a 2005, no valor de R\$24 bilhões.

Ó, Jefferson, por que o Lulinha paz e amor, ignorância muita, não aprendeu com o Chávez? Atentai bem! Estive lá: o litro da gasolina é R\$0,20; o bujão de gás é R\$4,00. Aqui, é R\$40,00 – o gás mais caro do mundo. E o pobre está comendo frio, quase como o *sushi* do japonês, porque não tem dinheiro para comprá-lo. E a gasolina? Também é a mais cara do mundo. É a maior vergonha nacional.

Nunca se teve tanto dinheiro, mas também nunca se teve tanto roubo neste País. E desaparece... A Caixa Econômica Federal diz que o maior lucro foi de R\$2,7 bilhões, representando um aumento de 46%.

Ó, Sibá, V. Ex^a é do Piauí. Pagaram a conta do FMI a 4% ao ano e tiraram o dinheiro das prefeituras. Os prefeitinhos estão todos argolados. E os prefeitinhos somos nós, que cuidamos da vida dos municípios. E todos passaram a pagar juros de 18%. Então,

as prefeituras e os governos do Estado devem um R\$1 trilhão. Essa é a verdade verdadeira.

Senador Papaléo Paes, é como Cristo dizia nas montanhas: "De verdade, em verdade eu vos digo": nunca houve tanto dinheiro. Em resumo, os cofres estão abarrotados de recursos. O Governo vai bem, mas o povo vai mal; estamos sendo sugados, de um lado, pelo apetite crescente que exige cada vez mais impostos; e, por outro, sugados pelas grandes empresas e bancos que nunca ganharam tanto dinheiro em toda a nossa história.

Mas, afinal, de que vale tanto dinheiro se o seu uso não se destina a melhorar a situação do povo brasileiro? De que vale tanto dinheiro se o Piauí não consegue algumas migalhas para concluir o seu pronto-socorro? De que vale tanto dinheiro?!

Senador Jefferson Péres, e a educação e a saúde? Tudo privado. Essas, então, são as palavras que traduzo aqui, porque Ulysses nos ensinou: "Ouça a voz rouca das ruas". Essa é a voz do povo, é o reclame e a insatisfação do povo com aquilo que construímos...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – (...) o PMDB: a democracia. Ela nos dá a alternância do poder. E viremos com candidatura própria do PMDB para a prosperidade e felicidade deste País.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Peço a minha inscrição pela Liderança do PDT, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a, se desejar, poderá fazer uso da palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, pela Liderança do PSDB, antes da Ordem do Dia também.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, por permuta com o Senador Alvaro Dias.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, trago informação ao

Plenário do Senado Federal, a Casa da Federação, sobre a situação que vive hoje o Estado do Acre, que vive o flagelo de uma alagação, de uma cheia.

O nosso rio, que corta a cidade de Rio Branco ao meio e que foi a estrada da nossa História por tantas décadas, atravessando inclusive os séculos, subiu o equivalente a mais de quatro andares, mais de 16 metros e 70 centímetros acima do seu nível normal. Por isso, temos uma situação de calamidade, de emergência grave no Estado com mais de trinta mil pessoas desabrigadas, flageladas ou colocadas em condições as mais difíceis, pela natureza de uma situação de emergência como essa.

A Prefeitura da capital, aliada à Defesa Civil, adotou toda uma estrutura de socorro e de proteção social às pessoas. O Governo do Estado também desenvolveu uma ação emergencial de proteção às populações ribeirinhas que vivem ali.

Assim, temos hoje uma situação ainda sob controle, mas de alto risco, porque todos sabem que diante de uma alagação, de cheia, envolvendo uma cidade com aquelas peculiaridades, temos ainda o risco evidente de doenças de transmissão hídrica, como a leptospirose, a febre tifóide, as hepatites, as doenças diarreicas e o risco de perda de pessoas.

Vale lembrar que no próprio Recife, no ano de 2001, tivemos 36 mortes, embora numa cheia de curta duração. Imaginem agora uma cheia no Estado do Acre, com a peculiaridade do índice pluviométrico que temos!

O pior é que temos ainda um horizonte de muita chuva nas cabeceiras dos rios, o que pode aumentar as dificuldades que estamos vivendo.

Tive o cuidado de tomar conhecimento das ações da Prefeitura de Rio Branco, do Governo do Estado, da Defesa Civil. Visitei hoje a Defesa Civil Nacional que está sob o comando do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Posso contar de maneira muito esperançosa o que pude ver e ouvir hoje da Defesa Civil Nacional. Isso diz respeito a uma nova etapa da vida do Governo brasileiro.

O Coordenador da Defesa Civil, Coronel Pimentel, apresentou absoluta e pronta sensibilidade. Estava aguardando um relatório de avaliação de danos que pudesse permitir uma intervenção nos moldes da legislação brasileira no que diz respeito a socorro em situações de calamidade. S. S^a deixou claro um procedimento de Governo – e faço este registro neste momento –, tendo em vista que a condição orçamentária e financeira do Governo permite o atendimento de populações vitimadas pelas enchentes e também pelo flagelo da seca. De um lado, os irmãos nordestinos pagam um preço altíssimo, sofrem um verdadeiro

flagelo no sertão por causa da seca; de outro, algumas populações sofrem com as inundações – é o caso daqueles que vivem na Amazônia ocidental. Repito que ele deixou claro que existe uma estrutura pronta.

Aproveito a oportunidade para veicular a informação de que os aparelhos de estado podem estar mais próximos, prestando socorro a essas populações isoladas, que vivem uma situação de dificuldade. Existe uma definição de procedimentos muito clara no que diz respeito à capacidade de levar medicamentos em 72 horas ou em 48 horas – os *kits* de socorro para o caso de alagamento; existe uma política de segurança alimentar, via Conab, para a distribuição de alimentos prontamente por até 90 dias para populações vitimadas por uma situação de flagelo; existe uma política de reedição ou edificação de moradias compatíveis com aquelas que foram perdidas num valor de investimento da ordem de R\$10 mil, desde que devidamente comprovado o dano ou a avaria da habitação e que a construção não seja na mesma área que foi alagada, porque isso poderia implicar, sem dúvida alguma, nova tragédia. E o Governo do Estado e a Prefeitura têm de se mobilizar para encontrar uma área alternativa, a fim de que possa haver um manejo dessas famílias numa nova edificação. Então, atualmente existe um aparato de socorro e de proteção.

Conversei com alguns Senadores do Nordeste, orientando-os a seguir esse caminho com os prefeitos, pois seguramente encontrarão uma mão de proteção do aparelho de Estado. É importante a capacidade da União, do ponto de vista orçamentário e financeiro, de prestar socorro em uma hora dessa.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio e, em seguida, aos Senadores Ramez Tebet, Sibá Machado e Garibaldi Alves Filho, com muito prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Tião Viana, de maneira bastante sucinta, registro, por intermédio de V. Ex^a, do Senador Sibá Machado e do Senador Geraldo Mesquita, a minha mais completa solidariedade ao povo do Acre, com ênfase para as camadas mais humildes dessa população tão brava, tão desbravadora, com uma história tão bonita, neste momento em que o fenômeno da enchente assola, de maneira brutal, tantas vidas. Hoje, assisti, pelo canal de TV AmazonSat, ao flagelo, às ruas de Rio Branco invadidas pelas águas, carros impedidos de trafegar, prejuízos inomináveis para famílias que construíram seus modestos patrimônios. Quero que V. Ex^a transmita ao Governador Jorge Viana o meu abraço fraterno e o desejo de que essa situação seja contornada pela via do trabalho, da fé e da ação administrativa correta. É de coração que lhe digo isso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Não poderia esperar outra atitude de um grande homem brasileiro como é V. Ex^a, que sempre foi solidário às causas amazônicas, do seu Estado do Amazonas e do Acre. E é bom, Senador Arthur Virgílio, neste momento, receber solidariedade, é um alento para aquele povo, quando mais de trinta mil pessoas estão desabrigadas, desalojadas e mais de oito mil casas estão completamente deterioradas. Imagine a situação de um pobre, cuja casa feita de compensado ou madeira frágil é totalmente coberta pela inundação. Tudo é completamente destruído! A perspectiva é mínima!

O Governo do Estado teve a serenidade e a responsabilidade política de fazer um processo de integração e parceria institucional que permitisse o necessário socorro às vítimas, sem qualquer tipo de hiperdimensionamento da crise, sem apelo político, para que fosse facilitada a chegada de recursos.

Vindo de V. Ex^a a solidariedade, transmitirei com muito alento ao povo do Acre.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em seguida, gostaria de um aparte, Senador Tião Viana.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Tião Viana, se há algo muito forte no coração dos brasileiros, é o sentimento de solidariedade. Em meu nome e em nome de Mato Grosso do Sul, quero prestar a nossa solidariedade. Mas sinto-me reconfortado porque, embora o povo do Acre esteja triste pelo sofrimento causado pelas enchentes – são mais de 30 mil pessoas atingidas pela natureza –, por outro lado, vemos que o Acre tem representação. Refiro-me a V. Ex^a, à maneira como se comporta na tribuna, sem nenhum sensacionalismo, com a mais absoluta serenidade, mostrando a ação da Bancada do Acre, formada por V. Ex^a e pelos Senadores Sibá Machado e Geraldo Mesquita Júnior, e a ação do seu irmão, que governa o Estado. Senador Tião Viana, permito-me dizer que estou vendo nisso tudo um aviso aos governantes do mundo, porque essas calamidades estão assolando o mundo inteiro. Na Ásia, em todos os continentes, há flagelos da natureza. Por quê? Temos de fazer essa indagação. Por que a maior potência do mundo, por exemplo, parece não acreditar que as coisas estão acontecendo por culpa dos governantes? Por quê? É incrível! São tantos os avisos! Vejam, por exemplo, este imenso Brasil. Até pouco tempo, vangloriávamo-nos de dizer que o Brasil era um país livre de terremotos e de outros fenômenos naturais e hoje estamos vendo as regiões serem assoladas por alguns deles. Por incrível que pareça, tivemos seca no Amazonas e enchente no Acre. Positivamente, os homens públicos do mundo – e especialmente do Brasil, pois temos competência

– têm de estar atentos e cuidar bem do nosso ambiente. Minha solidariedade ao povo acreano por intermédio de V. Ex^a, que nesta hora está na tribuna.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet. Imagine que o nível de água no rio Acre elevou-se o equivalente ao tamanho de um prédio de mais de quatro andares. Segundo os historiadores, talvez estejamos diante da segunda maior enchente da história daquela região. Alguns a atribuem ao La Niña, aquele fenômeno do esfriamento das águas do Pacífico com um processo de chuvas intensas. E a meteorologia aponta muita chuva nos próximos dias em cima da cabeceira dos rios que formam um paredão com os Andes, que são as nossas nascentes.

Ouço o aparte do Senador Sibá Machado e, em seguida, dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Senador Eduardo Suplicy e Senador José Agripino.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Tião Viana, sou testemunha do esforço de V. Ex^a em contribuir com os trabalhos de ajuda aos desabrigados. Solicitei o aparte, primeiro para dizer que as chuvas continuam exatamente nas cabeceiras dos principais rios que alimentam o rio Acre: o rio Iaco, o rizinho do Rola, o rio Xapuri e a própria nascente do rio Acre. O que o Inpe nos afirma é que poderá continuar chovendo nos próximos dias. Isso me preocupa porque, no histórico do ciclo das águas daquela região, o fenômeno da enchente tem ocorrido a cada nove ou dez anos, como foi em 1988, 1997 e agora em 2006. Porém, parece que este foi muito mais rigoroso. E o que me preocupa é que, no ano passado, convivemos com uma estiagem muito forte, que chegou a virar notícia nacional, o Brasil inteiro se preocupou, pois atingiu em cheio o Estado do Amazonas, com o baixo nível das águas dos rios. Agora, a administração pública, o Governo do Estado e o Prefeito Raimundo Angelim, cria condições para tirar as famílias das chamadas áreas de risco. Mas, se analisarmos do ponto de vista ambiental o que ocorre na região, é válido o esforço do Governo Federal, da Ministra Marina Silva, do Governo do Estado, do Governador Jorge Viana, em fazer com que o nosso Estado e a região inteira se preocupem com as demandas do País nas questões ambientais. Agora, o mundo inteiro não se preocupa com a camada de ozônio, o aquecimento do Planeta, a ameaça de descongelamento da calota polar e tantas outras coisas que podem estar, sim, modificando o clima da Terra. Mas, neste caso, o que temos é uma demandaposta. Então, toda solidariedade foi prestada. Quero, juntamente com V. Ex^a, agradecer por isso. Sou testemunha do esforço das ações do Governo Federal, do Governo Estadual e da Prefeitura, para que se dê um

pouco mais de condições para aquelas trinta mil pessoas que hoje estão sem casa, sem o aconchego de seu lar. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. O meu pronunciamento é o seu e o de toda a Bancada Federal do Estado, que tem o mesmo propósito e a mesma responsabilidade política.

Ôuço o aparte do Senador Garibaldi Alves Filho e, depois, do Senador Eduardo Suplicy e, para encerrar, do Senador José Agripino, Sr. Presidente.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Tião Viana, quero também prestar a minha solidariedade a V. Ex^a e a toda a Bancada Federal pelas providências que estão sendo tomadas, segundo V. Ex^a, tanto pelo Governo Federal quanto pelo Governo Estadual. Existe agora, por parte do Governo Federal e do Governo Estadual, toda uma metodologia de combate aos efeitos das enchentes. Lembro a V. Ex^a, já que estamos com uma previsão de chuvas abaixo do normal no Nordeste, que a tipicidade do fenômeno da seca é diferente da tipicidade da enchente, como todos sabemos. Na enchente vem aquela ação imediata e se consegue superar. Já na seca é preciso um tratamento, uma convivência mais prolongada, o que exige do Governo uma maior atenção para com esse fenômeno. Mas me congratulo com V. Ex^a pelas providências e por sua ação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador José Agripino, para concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Tião Viana, também expresso, inclusive em nome do Estado de São Paulo, solidariedade ao Acre e ao Governador Jorge Viana, à Ministra Marina Silva, a V. Ex^a e aos Senadores Sibá Machado e Geraldo Mesquita pelos esforços que estão envidando, para que os efeitos das enchentes em Rio Branco e outras cidades do Acre possam ser prontamente superados. Avalio que seja importante, inclusive, que o Estado de São Paulo, por meio de seu Governador Geraldo Alckmin, prontifique-se a ajudar o Acre em tudo aquilo que se fizer necessário, na coordenação de esforços que o Governo Federal está realizando. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador José Agripino, concedo-lhe o aparte.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Tião Viana, somos adversários políticos, mas somos amigos pessoais – tenho o maior apreço pessoal pelo amigo Senador Tião Viana, que tem um gesto muito nobre. Já passei, como Governador, Senador Tião Viana, pela

aflição que V. Ex^a está vivendo, como irmão de Governador e Senador por seu Estado. Como o Senador Garibaldi Alves Filho falou, a seca avisa, mas a cheia não avisa: chega de repente, da noite para o dia. E o pior de tudo é que os mais afetados são os mais pobres, são os ribeirinhos, são os que moram nos terrenos mais baratos ou clandestinos, são os que moram nas habitações menos protegidas, são aqueles que precisam mais da ação do Governo. Costumo dizer que rico não precisa de Governo. O Governo vem para pobre, e é preciso que, nessas horas, o Governo mostre a que veio. Passei por uma experiência terrível como essa, na Cidade de Mossoró, que é uma cidade de 300 mil habitantes, onde nasci. Em 1985, eu era Governador, e Mossoró foi atingida brutalmente por uma cheia que invadiu até a área comercial e devastou a habitação dos mais pobres. Tive de passar trinta dias com o meu governo lá dentro, andando de helicóptero e fazendo tudo que podia para recuperar a moradia de quem a perdeu e para resguardar as vidas dos mais pobres, com alimentos, com medicamentos, porque eles não tinham nada. É o que deve estar acontecendo em Rio Branco. Desse modo, por essa razão, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento que faz no Senado para comunicar ao País e aos seus Pares a aflição por que passa a Capital do meu Estado, que tem a minha mais absoluta e fraterna solidariedade.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço, sensibilizado, a V. Ex^a e a todo o Senado, porque sei que é o sentimento de todos os Srs. Senadores. O Senador Antonio Carlos Magalhães e eu, hoje, dividímos que o sertão da Bahia está sofrendo seguramente pela seca, assim como o Rio Grande do Norte e outros Estados. Essa mão estendida entre a Federação é fundamental na vida política brasileira. E o Acre tem a firmeza de estar ao lado da sua população, que sofre consciente de que existe a responsabilidade política aliada à observação das necessidades de sua população.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Encerro minhas palavras nas palavras do Senador Mão Santa, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Nobre Senador Tião Viana, o irmão de V. Ex^a teve grandes dificuldades. O País sabe que lá foi onde a criminalidade foi a mais vergonhosa na história do País, e o irmão de V. Ex^a venceu. Esta é uma página do passado. Mas veio essa adversidade. Fui Prefeitinho da minha cidade, que fica no litoral e é abraçada pelo rio Igaraçu, que é um braço do rio Parnaíba, e lá as enchentes são fabulosas. Lembro-me, então, de uma enchente que enfrentei quando fui Secretário de Saúde do Município. A socie-

dade e as Igrejas Católica e Evangélica criaram uma Comissão de Assuntos das Vítimas de Inundação. É um drama terrível! Lembro-me muito bem de que as vítimas eram alojadas nas igrejas e nos prédios públicos. A minha casa em construção serviu de abrigo. Acho que é por isso que eu e Adalgisa somos felizes. Estava nas vésperas de terminar a casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, eu era Secretário de Saúde, e ficaram lá cerca de seis famílias. Eu acho que isso nos abençoou. Mas V. Ex^a tem de liderar e ir para lá com seu irmão, porque essa situação é penosa. Enfrentei, como Secretário de Saúde e, depois, como Prefeito, aquela calamidade de chofre. Atentai bem: a pessoa sai do seu lar e de repente está em uma igreja com dezenas de outras famílias! Mas o Acre é feliz, porque tem um representante como V. Ex^a, que está mostrando muita sensibilidade.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, por cessão do Senador Romeu Tuma.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a quer falar ainda na Hora do Expediente?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Estão inscritos os Senadores Arthur Virgílio, José Agripino, Jefferson Péres, Ideli Salvatti e, agora, V. Ex^a, Senador José Jorge.

Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna, infelizmente, para criticar o Presidente Lula, desta feita por ter ido hoje ao meu Estado.

Segundo todas as notícias que tenho em mão, Sua Excelência foi inaugurar – vejam bem! – a Universidade do Vale do São Francisco, que foi criada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e que já funcionava há muitos anos. Mas foi inaugurá-la, assim como vai, hoje mesmo, bater a pedra fundamental de uma universidade em Petrolina e de outra em Arapiraca. E,

amanhã, vai reinaugurar, pela terceira vez, o aeroporto de Recife. É inacreditável que isso aconteça!

E o pior ainda é que Sua Excelência disse que duvidava que outro governo tivesse mais cuidado com o povo da Bahia do que ele. Diz o Presidente Lula: “Não importa que um político [e o político sou eu, que tenho essa glória] fale mal de mim, pois, em qualquer lugar que eu vá na Bahia, no interior ou capital, eu sou bem tratado. Não é possível fazer em quatro anos o que não foi feito em 500”. E diz: “Na outra encarnação, eu fui baiano”.

Aí entendo: essas obras que ele diz que fez na Bahia foram feitas na outra encarnação, não agora, não. Agora, ele não fez nada, absolutamente nada. Mas, na outra encarnação, é possível que ele as tenha feito, talvez antes até de Cabral. Só assim, posso acreditar na coragem do Senhor Presidente da República de dizer isso.

Estamos vivendo um momento de mentira, o momento da palavra que não tem valor algum, nem significado, mesmo que ela seja do Presidente da República do País.

O Presidente da República do País está dando esse exemplo para a mocidade – ele, agora, quer conquistá-la – de um homem que mente, de um homem que não fez nada pelo Nordeste, embora tivesse a obrigação de tê-lo feito porque lá nasceu, de família pobre, e transportou-se, como sempre diz, de caminhão, para São Paulo, onde foi torneiro mecânico. Hoje, vive a vida de nababo.

Ele nunca fez nada pela Bahia, a não ser aumentar o Bolsa-Família pensando em eleger o seu candidato. Entretanto, embora seja seu Ministro, ele é o último colocado nas pesquisas.

Ele deveria dizer – tenho pena de falar por causa desse querido Senador Tião Viana, que esperamos sempre brilhe no seu Estado ou aqui e que recebe a homenagem de todos os seus colegas – que investiu R\$110 milhões no Acre e R\$4 milhões na Bahia. O que ele faz é recuperar as estradas federais, trabalho que foi interrompido em solo baiano: quando chegam na fronteira, param e pulam para o Espírito Santo. Talvez porque um político fale mal dele, ou melhor, diga a verdade sobre ele.

Pouco importa, Sr. Presidente, pois a Bahia é dos Estados que mais se desenvolvem no Brasil.

Ele faz isso para que o povo baiano mostre a sua fibra, o seu esforço, e possa, com recursos próprios, realizar uma administração que é, hoje, notada em todo o Brasil e até no exterior. Nós temos investimentos industriais de toda parte. Somos hoje, talvez, o Estado que mais tem turismo no País. Estamos com construções maravilhosas de hotéis de grupos portu-

gueses, espanhóis, italianos e até alemães. São mais de três bilhões que estão sendo investidos, agora, só na rede hoteleira.

Essa é a Bahia, que cresce por seu valor, pelo valor dos seus filhos e não porque, na outra encarnaçāo, o Senhor Lula foi baiano. Nesta encarnaçāo, o que eu posso dizer é que o Lulinha vai muito bem. O Lulinha vai bem. Pegou mais R\$5 milhões da Telemar e, com os R\$5 milhões anteriores, são R\$10 milhões. E o Governo não fala nada sobre isso, não dá uma nota explicando. A Telemar também não dá nota explicando coisa alguma, porque o inexplicável não se explica. E essa é a posição desse Governo, que engana a população mais pobre por meio do Bolsa-Família, criado pelo Senador Cristovam Buarque com recursos obtidos no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado por mim.

Sr. Presidente, este Governo faz de tudo para que a Transnordestina não passe pela Bahia. Ela não passa pelo meu Estado e não pega nada da produção do oeste baiano, que talvez seja, hoje, a região brasileira que mais produz grāos. Gaúchos, paranaenses, catarinenses, paulistas, pernambucanos e homens de negócios de toda parte têm interesse de ir para a Bahia, porque sabem que lá há Governo sério, que não cobra comissão, que não tem os aspectos imorais da atual Administração Pública do Brasil. Desafio quem quer que seja a apontar uma irregularidade desse tipo no Governo da Bahia. Erros talvez possam ser cometidos aqui e ali, mas desse tipo, não. Nós não temos "Lulinhas", nem "Vavás", nem outros tantos que usam o Poder Público para enriquecer. Nós queremos é enriquecer o Estado, e vamos fazê-lo.

Reencarnando, quem sabe, em outras gerações, o Presidente Lula poderá fazer alguma coisa pela Bahia, mas se fez até agora, ninguém viu, ninguém vê, porque não fez no Nordeste coisa alguma.

Acredito, até, que esteja dando apoio ao Acre neste momento, e deve fazê-lo. Quero que o dê, mas não deu ainda para os Estados que estão sofrendo os horrores das secas, como, por exemplo, Bahia, Pernambuco, Paraíba e tantos outros que estão mendigando recursos para diminuir a fome do homem que lá reside. Essa é a situação do Brasil.

Vou-me dirigir, na hora própria, ao Sr. Ciro Gomes para mostrar o que acontece na Bahia e ver se ele vai atuar ou vai retaliar. Acredito que vá atuar, porque retaliar mais não é possível, mas se for retaliar, saberemos responder não só nas urnas, em 03 de outubro, mas sobretudo agora, com a Bancada aguerrida na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHĀES (PFL – BA) – A nossa voz, Sr. Presidente, eu prometi aos baianos que não se calaria e não se vai calar. Ninguém calará a minha voz em defesa daquilo que considero justo e sério para a defesa do meu Estado e do meu povo.

Quero dizer ao Presidente Lula que ele foi, sem dúvida, um dos piores governantes que a Bahia teve em todos os tempos e só mesmo a sua mania de grandeza pode levá-lo ao ponto de dizer que o seu foi o grande Governo que a Bahia teve na área federal.

Senhor Presidente Lula, raciocine antes de falar, para não errar tanto como tem feito por este Brasil afora. Onde quer que vá, a sua frase é sempre a mesma e a sua mentira é cada vez maior.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhāes, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr.ºs e Srs. Senadores, estão inscritos seis Líderes partidários.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) (Pela ordem.) – Sr. Presidente, pedi a minha inscrição como Líder, mas solicito que o meu nome seja retirado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está retirado o nome de V. Ex.^a.

Estão inscritos os Senadores Arthur Virgílio, José Agripino e Jefferson Péres, a Senadora Ideli Salvatti e o Senador José Jorge. Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) (Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu mantendo a minha inscrição, mas, se for atrasar muito a Ordem do Dia, pode cancelá-la. Não serei um empecilho.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, não vai atrasá-la, porque são cinco minutos para cada. Aguardo o Vice-Presidente Tião Viana ou o Presidente da Casa, Renan Calheiros. Enquanto isso, concederei a palavra aos Líderes.

Concedo a palavra, como Líder do PSDB, por cinco minutos, ao Senador Arthur Virgílio, do Amazonas, para tratar de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, alínea "a", do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) (Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, useiros, vezeiros e apegados a

chavões desconformes, os chamados *petistas fora de prumo* passaram a entender que o seu Partido merece respeito. Foi o que disse – aliás, repetiu, ontem, o presidente petista Ricardo Berzoini, aquele que odeia os cidadãos e cidadãs acima de 90 anos.

O chavão por ele usado diz que as críticas da Oposição são todas *sem fundamento*. Ontem, ele não agrediu os velhinhos de 90 anos, que colocou nas filas do INSS para que provassem que estavam vivos. Não. Ontem, – repito – fui à tribuna há pouco, volto amanhã – ele investiu contra o Presidente do meu Partido, Senador Tasso Jereissati.

Fundamento, para que Ricardo Berzoini saiba, é base. E a base do que Tasso falou está nos jornais e nos Anais da CPI do Mensalão, na CPI dos Bingos, está na consciência dos cidadãos brasileiros. Quando ele diz que o PT rouba é porque rouba. E ele dirige-se aos *petistas fora de prumo*, que são os petistas militantes do PT que saem da linha, perdem a ética e aí, há variações: alguns roubaram; outros fingem que governam; alguns não roubaram e todos vivem dos expedientes propagandísticos.

Logo, Sr. Presidente Petista, tem fundamentos, sim, as observações da Oposição. Leio, para clarear a mente do Sr. Ricardo Berzoini, o que diz Vieira em seus *Sermões*, acerca de fundamento: “A estas doze portas respondiam tantos outros fundamentos, sobre os quais assentava toda a cidade”.

O que não tem fundamento, aí sim, é sair por aí *aerolulando*, para fazer propaganda eleitoral.

Hoje, está nos jornais, há uma dessas demonstrações de uso da propaganda. Está nos jornais! O Presidente Lula mandou que 60 Prefeitos se reunissem em Alagoas para lançar mais uma pedra fundamental em Universidade Federal.

Pergunto quanto custa o deslocamento de 60 Prefeitos para o local da propaganda? Não é dinheiro federal, mas é dinheiro municipal, é dinheiro público. Ao menos se fosse para inaugurar algo concreto, mas inaugurar pedra fundamental, pelo amor de Deus!

Mas não é só. Em dois dias, Lula vai percorrer seus Estados. *Aerolula para quê te quero!*

É ou não é gastança desbragada? É, sim! É a mais dissoluta farra que já se viu com o dinheiro público. Pior é que o Presidente, que não enxerga suficientemente nem o bê-á-bá, acha que pedra fundamental ou mais 30 carteiras escolares nas salas e alguns retoques a mais vão solucionar o problema da educação no Brasil. Ou ele é ingênuo, ou acha que a propaganda resolve tudo. Pois, ainda ontem, ele que tem um programinha de rádio nas manhãs de segunda-feira, disse que *somente através da Educação de*

qualidade, o Brasil vai se transformar em país de padrão de Primeiro Mundo.

Qual é o erro dessa fala no tal programinha? O erro é dele, que pensa que educação de qualidade é levantar mais quatro paredes e colocar mais vinte carteiras em salas de aula.

Educação, Presidente Lula, não se improvisa.

Educação, Presidente Lula, não admite improviso.

Educação, Presidente Lula, não se faz com propaganda.

Propaganda é o que não falta no reino petista, porque eles, os *fora de prumo*, supõem ser o mesmo que o Brasil de verdade. Não é. O Brasil de verdade não precisa de propaganda, muito menos de propaganda paga com o dinheiro do povo. O dinheiro do povo não serve para *aerolular!*

O povo quer apenas que o Governo governe.

E o Governo que aí está passa longe disso, imaginando que pode levar a vida na flauta, que a propaganda resolve tudo. Não resolve!

Que se cuide o Governo Lula! Já a partir deste Carnaval, a força da música entra firme para apontar os desvios dos desmandos petistas. *Os fora de prumo* inquietam-se, e o Prefeito de Laguna, petista, já providenciou a censura à letra de uma escola de samba que adotou o *mensalão* como enredo.

Agora, volto ao início do meu pronunciamento. Reproduzo manchete num jornal de hoje: “Berzoini ameaça acionar Tasso, que acusa PT de roubar”. Presidente da legenda diz que filiados merecem respeito e não pode deixar ataques “passar em branco”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quem merece respeito, Sr. Berzoini, é a população brasileira, que não suporta mais a cara-de-pau de V. Ex^a. Recentemente V. Ex^a disse que processaria o Presidente Fernando Henrique pela entrevista concedida à revista *Istoé*. Até agora, não aconteceu isso.

Agora eu também exijo que V. Ex^a me processe. Já fiz este pedido há pouco e o repito agora.

Vejo que V. Ex^a pegou carona no discurso do Presidente Lula da semana passada. O Presidente disse que errar é humano. Acho que ele se confundiu. Deveria ter dito que roubar é desumano.

Também disse o Presidente Lula que não quer executar aqueles que erraram. Copiando o Senador Antonio Carlos Magalhães, “vamos perdoar todos que estão presos, desde que eles peçam desculpas, e abrir as portas das cadeias” de uma vez.

Portando, Deputado Berzoini, não venha cumprir esse papel de advogado de corruptos. Logo V. Ex^a, que condenou os nonagenários a filas quilométricas. Foi o seu Partido que teve a direção destituída por corrupção. Foi um membro do seu Partido que foi apanhado com dinheiro na cueca. Foi um militante petista que falsificou a assinatura do ex-presidente Tarso Genro para processar o Deputado do PL, Onix Lorenzoni, conforme laudo divulgado nos jornais de hoje.

Também está nos jornais de hoje que o PT de Cuiabá usou caixa dois na campanha de 2004, conforme conclusão da Polícia Federal. E já informaram lá que a culpa, mais uma vez, não é do mordomo, Senador Luiz Pontes, é do Delúbio.

Enquanto V. Ex^a fica se remoendo para processar dirigentes tucanos, sem coragem de fazê-lo – está desafiado a fazê-lo –, processe o Delúbio. Coloque-o na cadeia. Este, sim, merece ser processado, condenado e preso para ver se ele presta um grande serviço ao Brasil falando, esclarecendo esse lamaçal de corrupção, que não tem precedente na nossa história.

Tenho em mãos uma lista das pessoas – já mandei anexar isso aos Anais da Casa, num discurso que proferi há pouco – que foram destituídas de seus postos em função do mensalão e outras maracutaias patrocinadas pelo Governo do PT.

Será que isso é ou não suficiente para justificar que houve grossa e deslavada roubalheira neste Governo?

Estamos aguardando, portanto, os processos, com muita alegria. Vamos pedir a exceção da verdade e, pura e simplesmente, comprovar que há, e muita, desonestade e corrupção neste Governo.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, do PFL do Rio Grande do Norte, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a falou sobre o ex-Ministro Berzoini, que atualmente é Deputado e presidente do PT. Vejo ali o Senador José Jorge dando entrevista, S. Ex^a que foi o idealizador do Prêmio Berzoini de Perversidade. Lembra-se disso, Senador José Jorge: do Prêmio Berzoini, por conta da perversidade que Berzoini fez com os velhinhos e de tantas outras mais?

Senador Arthur Virgílio, vou me reportar a uma perversidade nova que está me deixando indignado, Sr. Presidente.

Senador Mão Santa, encontrei um amigo chamado Joaquim Flor, um fazendeiro que mora perto de

Ielmo Marinho, Município do Rio Grande do Norte, há aproximadamente 30 dias, em uma festa de Bodas de Ouro de um amigo comum. Ele é um homem de idade, que emprega muitas pessoas em suas propriedades rurais – ele tem várias fazendas. Quando conversávamos, ele me disse: “Senador, está ocorrendo uma coisa inominável no interior do Rio Grande do Norte – penso que também em todo o Brasil na área rural – com os velhinhos que emprego em minha fazenda, tanto com os que moram lá ou que têm parentes que ali trabalham, pois eles foram levados a contrair empréstimo – o meu amigo referia-se a esse empréstimo consignado, com desconto em folha, oferecidos pela Caixa Econômica, pelo Banco do Brasil ou pelos bancos conveniados –, levados por seus parentes, para comprarem um supérfluo qualquer: uma bicicleta, um rádio, uma televisão”, enfim, coisas que os velhinhos não poderiam comprar porque o que eles ganham mal dá para comprar comida e a roupinha para vestirem no dia-a-dia. Mas depois da abertura do crédito, compraram; muitos deles movidos por pressão de familiares. E aí dizia o meu amigo Joaquim Flor: “As prestações estão vencendo, o desconto é em folha, não há como não pagar, portanto, eles não têm como não pagar; e eles estão passando fome. E esse processo é progressivo”.

Não me lembro de haver relatado esse fato. Mas falei muitas vezes sobre a perversidade desse crédito consignado para pessoas que não têm poupança real e que foram levadas a tomarem esse empréstimo, e que estão agora passando amargura, porque estão tirando R\$30,00, R\$40,00, R\$50,00 do seu macarrão salário e está faltando dinheiro para comprarem a comida do dia-a-dia. Resultado: hoje, vejo em todos os jornais os lucros auferidos pelos bancos. Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a viu os lucros obtidos pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica? O do Banco do Brasil foi de R\$4,154 bilhões; o da Caixa Econômica, R\$2,073 bilhões. O lucro do Banco do Brasil cresceu 37,4% em relação a 2004, e o da Caixa Econômica foi 46% maior do que o do ano passado. Agora, o melhor: sabem por que esse crescimento no lucro? Por uma razão – está dito nos jornais, é cristalino –: porque, no Banco do Brasil cresceu 158% o lucro dos empréstimos consignados, aqueles que são oferecidos aos velhinhos, que têm que pagá-los de qualquer maneira, chova ou faça sol. Portanto, o Banco do Brasil está batendo recorde nos lucros. São R\$ 4,150 bilhões; a Caixa Econômica: R\$2,73 bilhões. Aí vem a perversidade, Senador Mão Santa e Senador Luiz Pontes, com os nossos nordestinos. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica são da União, têm ação na Bolsa, mas são da União, basicamente, é majoritária. Senador Ney Suassuna, sabe quanto a

União, o Tesouro Nacional recebeu do lucro do Banco do Brasil? R\$1,80 bilhão. Sabe quanto a União recebeu do lucro da Caixa Econômica? R\$737 milhões. Os dois deram R\$1,800 bilhão ao Tesouro Nacional. Sabe para quê? Para a União pagar dívida. Sabe que dívida? Do Fundo Monetário Internacional.

Senador Ney Suassuna, veja a perversidade que está em curso: os velhinhos do Funrural pagando as contas do Fundo Monetário Internacional! Tenha paciência. E, depois, Lula é o Governo dos pobres! Governo dos pobres desse jeito? Com os juros cobrados pelos empréstimos, mais de 4%, descontando chova ou faça sol? Ah, não, o Banco Popular também é feito para quem queira tomar emprestado. Vai ver o resultado do Banco Popular. Está aqui: R\$62 milhões de prejuízo em 2005. O Banco do Brasil, que desconta no cacete, R\$2 bilhões de lucro, pegando o dinheiro dos velhinhos. Esse é o Governo dos pobres, Senador Arthur Virgílio. É esse o Governo dos pobres. Posso dormir tranqüilo com uma perversidade dessa natureza? Posso ouvir o discurso de V. Ex^a, falando em Berzoini, calado, sem ver os números que estão falando por si só, enquanto Lula está pululando pelo Nordeste, inaugurando pedra fundamental? Tenha paciência.

Ouço, com prazer, o nobre Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, V. Ex^a abordou o tema com o qual eu queria contribuir para seu discurso: o Banco Popular, outra perversidade com os pequenos, é outra fraude. Por falta de competência, por falta de capacidade operacional, deu esse prejuízo de R\$62 milhões a R\$64 milhões. E, por outro lado, reduziu – vamos reconhecer – brutalmente, se não me engano, para R\$2 milhões apenas, a verba de publicidade. Sabe por que reduziu? Porque lá era um dos braços da corrupção. Lá estava o Sr. Ivan Guimarães, que era homem do Sr. Marcos Valério, do Sr. José Dirceu. Estava por ali. Reduziu de mais de R\$20 milhões para R\$2 milhões, algo assim. Ou seja, continuou dando prejuízo e ficou muito patente, primeiro, que não precisava anunciar daquele jeito antes porque: como é que você gasta R\$24 milhões num ano e no outro só precisa de R\$2 milhões? É porque a CPI dos Correios está aí para fiscalizar, é porque não tem mais jeito de gastarem daquela maneira. Ou seja, estamos juntando a má-fé, a corrupção e a incompetência a essa perversidade social que, em troca do voto, não liga para o que vai acontecer depois com as pessoas que eles fingem beneficiar e que, na verdade, prejudicam com suas políticas falsas, às vezes fraudulentas e quase sempre mal-intencionadas. Parabéns a V. Ex^a pela belíssima comunicação de Liderança que faz em nome de seu Partido, o PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Só para completar – estou lendo aqui, não é que eu tenha de cabeça –, o número exato: caíram de R\$24 milhões para R\$2,1 milhões na área de publicidade. Se V. Ex^a e eu e vários Senadores de boa vontade não tivéssemos denunciado esse fato, estaria em R\$40 milhões, estaria em R\$50 milhões. E os Marcos Valérios estariam enchendo a pança, com certeza absoluta.

Agora, um detalhe: o Banco Popular é o quê, Senador Arthur Virgílio? É um braço do Banco do Brasil. O Banco do Brasil, Senador Luiz Pontes, dá um lucro de R\$4,154 bilhões, muito devido a crédito consignado, juro alto e desconto na folha. O seu braço, o que deveria ser para ajudar os pobres, o que deveria ser, dá por incompetência, fundamentalmente, um prejuízo de R\$60 milhões.

Ouço, com prazer, o Senador Flávio Arns, Sr. Presidente, se o Presidente me dá a tolerância do tempo.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador Agripino, eu só gostaria de enfatizar, dentro da abordagem que V. Ex^a está fazendo, que de fato no Brasil ainda existem muitas distorções que precisam ser ultrapassadas. Não tenho dúvidas de que a questão do sistema bancário é algo histórico que precisa ter a solução construída para o Brasil. Porque não se admitem, de fato, essas distorções, esses ganhos, os lucros, particularmente em termos de bancos oficiais. Mas, ao mesmo tempo, só quero lembrar que a opção preferencial do Governo para as questões sociais do povo mais simples passa por muitos aspectos que, também, têm que ser enaltecidos. Seja na agricultura familiar, com seus vários programas, no ProUni, no Fundeb, no benefício para o excepcional, no benefício para o idoso, no Bolsa-Família, tantas iniciativas de geração de emprego, de renda, o próprio controle da inflação. Então, sempre digo que cada governo, independente de partido, tem os seus desafios a serem melhorados, que têm que ser abordados com o apoio de toda a população, e avanços importantes, como os que poderíamos enumerar, dezenas deles, felizmente, neste Governo, em benefício do povo brasileiro. Eu só queria contribuir nesse sentido para o pronunciamento de V. Ex^a, porque a questão dos bancos oficiais e dos bancos privados realmente tem que merecer a reflexão de toda a sociedade. Agradeço.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o sempre elegante pronunciamento do Senador Flávio Arns. Todo mundo tem direito ao lucro: a empresa

privada, seja qual for, o banco, a fábrica, o comércio, todos têm direito ao lucro, é da essência do capitalismo. Agora, do tamanho do lucro que os bancos estão tendo, em detrimento do banco, da atividade produtiva, aí não dá. Senador Flávio Arns, o Banco do Brasil precisava ter um lucro de R\$4,154 bilhões para tomar dos velhinhos, dos pobres do Brasil, os juros superiores a 4% do crédito consignado? Para que isso? Que Governo social é esse? Que Governo para pobre é esse, que precisa levar o Banco do Brasil a praticar essas taxas para ter esse lucro, para dar ao Tesouro...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Agripino, peço a V. Ex^a que conclua para iniciarmos a Ordem do Dia em 10 minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ... Para dar ao Tesouro o dinheiro que o Tesouro usou para pagar o FMI? Que Governo de pobre é esse, Senador Flávio Arns? É contra isso que me insurjo, é contra esse fato que me bato e estou aqui denunciando, para que, assim como no Banco Popular, a verba de publicidade caiu de R\$24 milhões para R\$2 milhões, corrigindo um erro, possamos com esse tipo de alerta fazer com que a gulodice do Banco do Brasil e da Caixa Econômica diminua em favor dos pobres, daqueles que estão hoje pagando a prestação que não podem pagar.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme prometi ainda há pouco, quando a Presidência não era exercida por V. Ex^a, prometi que encaminharia requerimento de informações, o que faço agora, indagando o custo unitário de determinada publicação. O requerimento é dirigido à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República solicitando informações acerca da publicação de um jornal colorido, distribuído fartamente, com o título “Brasil, um País de Todos” – visivelmente propaganda eleitoral. Peço a tiragem da publicação, peço o custo unitário, peço a participação do Ministério do Planejamento, incluído no expediente da publicação como co-editor. Faço isso porque é meu dever e reitero aqui o pedido para que a Secretaria de Comunicação da Presidência não mande mais para minha casa aquele **Pravda**, aquele **Em Questão**. Eu já tinha pedido para não fazerem isso, tenho o direito de não receber aquilo. Por mim, eles não editariam, mas

se querem editar, que não mandem para mim, porque sei ler, não preciso da ajuda deles para me orientarem na leitura, leio desde muito tenra idade, fui criado na leitura. Sei ler e não quero orientação deles, Sr. Presidente. Agora, o requerimento vai para V. Ex^a, porque certamente A SRA. Ministra vai esclarecer tudo isso. Mas, para mim, não passa de propaganda eleitoral pura e simples.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, para uma comunicação de Liderança, por cinco minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vai se tornando corriqueiro nesta Casa o des cumprimento do horário de início da Ordem do Dia. Muito obrigado a V. Ex^a, mas não vou colaborar para que isso se institucionalize. Transfiro meu pronunciamento para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a a colaboração com a Mesa. Indago se o Senador José Jorge também colabora com a Mesa, para que possamos iniciar a Ordem do Dia. (Pausa.)

S. Ex^a faz questão de usar a palavra por cinco minutos. A seguir a Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, a Senadora Patrícia Saboya Gomes não está aqui presente. S. Ex^a foi presidente da CPMI que analisou a questão de exploração sexual de crianças e adolescentes, colegiado em que fui seu Vice-presidente. Preocupa-nos que os projetos que aprovamos aqui, oriundos daquela CPMI, não foram ainda aprovados pela Câmara.

Solicito a V. Ex^a uma interferência Mesa do Senado junto à Mesa da Câmara para que esses projetos sejam votados.

O noticiário de hoje apresenta uma rede de pedofilia sendo desbaratada no Brasil, e não temos ainda a tipificação desses crimes como deveria ser, assim como não temos também do ponto de vista da Internet.

Então, é importante que esses projetos aprovados pelo Senado o sejam também na Câmara, pois já faz bastante tempo.

Essa é a solicitação que faço, para uma rápida votação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge. Em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sen. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, no mês de outubro último, o Presidente do PFL, nosso colega Senador Jorge Bornhausen, sofreu uma acirrada campanha difamatória por parte de lideranças petistas no Distrito Federal e uma agressão verbal do Ministro do Trabalho, Sr. Luiz Marinho.

Em vista da agressão ministerial, resolvi representar contra o ministro junto à Comissão de Ética Pública, órgão do Poder Executivo, e pedi informações sobre o repasse de recursos públicos para a Escola de Formação de Trabalhadores de Informática, que teve diretores envolvidos na campanha difamatória contra o Senador Jorge Bornhausen.

Na minha representação contra o Ministro do Trabalho junto à Comissão de Ética Pública, órgão da Presidência da República, solicitei a aplicação de penalidade ao Ministro de Estado, por ofender a honra do Presidente do PFL transgredindo o art. 12 do Código de Conduta da Alta Administração Pública.

Em sua defesa junto à Comissão de Ética, S. Ex^a tentou inicialmente deslegitimar este denunciante sob o argumento de que “a honra é intransferível e somente o interessado poderia apresentar o seu questionamento”.

Na apreciação desta preliminar, a Relatora Carmem Lúcia Antunes Rocha não só a rejeitou como reconheceu ser minha obrigação denunciar desvios éticos de autoridade pública.

Nas palavras da parecerista, “as normas brasileiras garantem que o administrador público tem o dever de tomar ciência dos atos daquele que lhe estão sujeitos e de adotar as providências cabíveis, ainda que delas tenha conhecimento anonimamente. E, nos termos da legislação vigente, até mesmo de ofício deflagra-se o processo administrativo para apurar atos e fatos que possam conter qualquer irregularidade”.

Palavras, aliás, muito oportunas se aplicadas ao Presidente Lula, que vive alegando desconhecer os fatos delituosos que envolvem os seus subordinados.

Na apreciação do mérito da ofensa, o relatório cita o art. 12 do Código de Conduta, que veda aos membros da alta administração opinar sobre a honrabilidade e o desempenho de função de outra autoridade da República.

Na conclusão do parecer, aprovado pela Comissão de Ética Pública por unanimidade, o Ministro Luiz Marinho foi repreendido nos seguintes termos: “recomendação que lhe deve ser feita no sentido da neces-

sidade de observar o autocontrole, inclusive verbal, em tema que respeite às condutas que lhe são atribuídas, a fim de se resguardar a urbanidade e o respeito entre os agentes públicos”.

Eu gostaria de destacar os dizeres “observar o autocontrole” e “resguardar a urbanidade e respeito”. É inadmissível que o Presidente Lula mantenha em sua caudalosa equipe um ministro que não saiba se controlar e manter o respeito no trato com outras autoridades públicas.

Faço questão de destacar, publicamente, esta decisão do Conselho de Ética, já que a agressão do ministro foi amplamente divulgada e causou desconforto ao Senador Jorge Bornhausen, ao PFL e ao povo de Santa Catarina que o trouxe a esta Casa.

Outra questão que levantei e que também se relaciona ao caso foram os repasses de recursos públicos para a Escola de Formação de Trabalhadores em Informática, de onde surgiu a campanha difamatória contra o presidente do PFL.

Essa Escola é dirigida pelo Sr. Avel Alencar, que, segundo a Polícia Civil do Distrito Federal, foi quem imprimiu os cartazes ofensivos ao Senador Bornhausen.

A ligação de Avel, que também é diretor do Sindicato dos Profissionais em Processamento de Dados com o Partido dos Trabalhadores é antiga. Filiado ao partido desde 1993, o diretor libera as instalações da escola para reunião dos parlamentares e sindicalistas ligados ao PT, além de cedê-la para depósito de material de propaganda dos diretórios do partido.

Segundo confessou à imprensa, a escola foi utilizada com uma estrutura de apoio informatizado para acompanhamento das apurações da eleição de 2002 por solicitação do PT.

Recebi nota do Tesouro Nacional que informa sobre os repasses efetuados para esta Escola, nos anos de 2003 a 2005, período que compreende a administração Lula.

Nesses três anos, Senador Jefferson Péres, o Tesouro repassou exatos R\$653 mil, sendo que destes apenas 30 mil não são oriundos do Poder Executivo.

No ano de 2003, primeiro ano da administração Lula, os repasses foram de apenas R\$43 mil. No ano seguinte, os recursos deram um salto de 484%, alcançando um total de mais de R\$252 mil.

No ano passado, os valores deram novo salto, alcançando a cifra de R\$358 mil.

Outra informação oficial que recebi foi um ofício da presidência do Banco do Brasil, confirmando a celebração de um contrato de locação de espaço com equipamentos de informática com a referida escola.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço tempo para terminar a leitura. Faltam apenas meia página.

Firmado com dispensa de licitação, o contrato tem vigência de 16 meses e um custo de R\$307 mil. Com essa montanha de recursos, fica fácil entender por que a escola se dispõe a elaborar cartazes difamatórios a quem faça oposição ao governo petista.

Este é mais um exemplo claro do modo de agir deste governo, que não tem compostura, usando de maneira despidorada recursos públicos em prol de seus interesses mesquinhos.

Vou representar junto ao Tribunal de Contas da União, para que se proceda a uma acurada auditoria dos recursos públicos repassados a essa sucursal petista que se apresenta como uma escola de formação.

Depois do “puxão de orelhas” recebido pelo Ministro do Trabalho, espero que a Polícia Civil e o Ministério Público do Distrito Federal levem às barras da Justiça todos os envolvidos nesse odioso crime.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu estava inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As comunicações inadiáveis estão suspensas em razão da Ordem do Dia, porque os Líderes ocuparam a o tempo de prorrogação da Hora do Expediente, infelizmente, Senador Leonel Pavan. A Mesa vai tentar, conciliar, intercalando, com os oradores, após a Ordem do Dia, as comunicações inadiáveis.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever pela Liderança do PSDB após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito. A Mesa aguarda a delegação necessária.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Vou encaminhar a documentação necessária.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 204, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para apreciação do PLC 92/2005 de 3.10.2005, que “denomina Rodovia Governador José Richa o trecho da rodovia

BR-476 entre as cidades de Adrianópolis e Curitiba, no Estado do Paraná”.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2006.

– **Álvaro Dias – Arthur Virgílio – José Agripino – Ney Suassuna – Jefferson Pires**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será votado após a Ordem do Dia na forma do disposto no art. 340, II, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pelo 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 85, de 2006 (nº 70/2006, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2005 (nº 4.724/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 504, 506, 515 e 518 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões, sancionado e transformado na Lei nº 11.276, de 7 de fevereiro de 2006;

– Nº 86, de 2006 (nº 71/2006, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2005 (nº 4.728/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que acresce o art. 285-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, sancionado e transformado na Lei nº 11.277, de 7 de fevereiro de 2006;

– Nº 87, de 2006 (nº 72/2006, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2005 (nº 5.629/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE, sancionado e transformado na Lei nº 11.278, de 7 de fevereiro de 2006; e

– Nº 88, de 2006 (nº 79/2006, na origem), de 9 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 2005 (nº 4.142/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o ensino na Marinha, sancionado e transformado na Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006.

- Nº 89, de 2006 (nº 908/2005, na origem), de 23 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 57, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de trinta e nove milhões, duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e dezoito reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.243, de 23 de dezembro de 2005;
- Nº 90, de 2006 (nº 910/2005, na origem), de 23 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 45, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Defesa, crédito suplementar no valor global de cento e dezoito milhões, seiscentos e dez mil, cento e trinta e um reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.245, de 23 de dezembro de 2005; e
- Nº 91, de 2006 (nº 914/2005, na origem), de 23 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 70, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de quatrocentos e vinte e dois milhões, trinta e sete mil, setecentos e sessenta e um reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.249, de 23 de dezembro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno, determinou o arquivamento da **Petição nº 2, de 2004**, que trata de solicitação do Sr. Humberto Costa, então Ministro de Estado da Saúde, no sentido de comparecer ao Plenário desta Casa para expor assunto de relevância de seu Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esta Presidência designa o nobre Senador Arthur Virgílio para representar o Senado Federal na solenidade de posse do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Gilmar Mendes, no cargo de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a realizar-se nesta data às 19 horas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, comunicação do Senhor Presidente Senador Renan Calheiros, que passo a ler.

É lida a seguinte:

Exmoº
Senador Tião Viana
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Vice-Presidente,

Comunico a V. Exª, e, por seu alto intermédio, às Senhoras e Senhores Senadores, que, nesta data, ao meio-dia, embarcarei para o Estado de Alagoas, onde receberei o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que, em Arapiraca, lançará a Pedra fundamental do Campus Avançado da Universidade Federal desse Município. O Cumprimento dessa missão impedirá que eu presida a Ordem do Dia da sessão de hoje.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente lido vai à publicação.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2003 (nº 4.732/98, na Casa de origem), que *regulamenta a produção e comercialização de insumos, equipamento, material ou maquinaria destinados à fabricação, acondicionamento, embalagem, controle de qualidade ou emprego em qualquer outra fase da cadeia produtiva de medicamentos para uso humano ou veterinário e de qualquer material destinado à utilização em odontologia ou para fins diagnósticos.*

Pareceres sob nºs 1.853 e 1.854, de 2004, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Ribeiro, favorável; e
– de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca, contrário.

A Mesa chama a atenção do Plenário para o fato de que o parecer da Comissão mais afim, que é a Comissão de Assuntos Sociais, foi contrário à matéria.

Não foram oferecidas emendas à matéria perante a Mesa.

A Presidência esclarece que ao Plenário que, nos termos do art. 227 do Regimento Interno, quando os pareceres forem discordantes nas suas conclusões, será votado, preferencialmente, o da Comissão que tiver mais competência sobre a matéria – portanto, a Comissão de Assuntos Sociais.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, com parecer contrário da Comissão de Assuntos Sociais.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a matéria, com os votos contrários do Senador Sibá Machado, do Senador Geraldo Mesquita Júnior e da Senadora Fátima Cleide.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2003

(Nº 4.732/98, na Casa de origem)

Regulamenta a produção e comercialização de insumos, equipamento, material ou maquinaria destinados a fabricação, acondicionamento, embalagem, controle de qualidade ou emprego em qualquer outra fase de cadeia produtiva de medicamentos para uso humano ou veterinário e de qualquer material destinado à utilização em odontologia ou para fins diagnósticos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatório o funcionamento, com periodicidade anual, perante a Secretaria de Saúde Estadual, correspondente a sua área de atuação:

I – dos hospitais, casas de saúde ou quaisquer outros tipos de estabelecimentos de saúde pública, privados ou filantrópicos;

II – de toda e qualquer empresa ou estabelecimento que desenvolva atividades de produção, fornecimento, importação, exportação, distribuição, representação, dispensação ou venda direta ao consumidor de qualquer tipo ou espécie de insumos, equipamento, material ou maquinaria destinados à fabricação, acondicionamento, embalagem, controle de qualidade ou emprego em qualquer outra fase de produção de medicamentos para uso humano ou veterinário e de material destinado à utilização odontológica ou para fins diagnósticos.

Parágrafo único. Os estabelecimentos públicos ou filantrópicos enumerados no inciso I ficam isentos de quaisquer taxas referentes ao licenciamento a que se refere esta lei.

Art. 2º Fica instituído cadastro nacional das licenças a que se refere esta lei, controlado pelo órgão máximo do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, contemplando no mínimo a identificação completa do estabelecimento, sua área de atuação e período de licenciamento.

§ 1º Os estabelecimentos submetidos à exigência legal de licença estadual de saúde serão cadastrados, no exercício fiscal imediatamente seguinte ao do ano de promulgação desta lei.

§ 2º Ficam as farmácias e drogarias, assim como todo e qualquer estabelecimento de venda de medicamentos diretamente ao consumidor, obrigados a indicar, no ato de cadastramento a que se refere o § 1º, o farmacêutico responsável técnico legal, seu horário de trabalho, como também o farmacêutico substituto e jornada de trabalho.

§ 3º Ficam as instâncias estaduais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária autorizadas a conceder prazo para os estabelecimentos farmacêuticos já em funcionamento antes da promulgação desta lei se adequarem aos seus dispositivos.

§ 4º Será adotado um modelo unificado e sistematizado de numeração das licenças estaduais, controlado pelo órgão máximo do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 3º O fabricante, fornecedor distribuidor, comercializador ou representante citados no art. 2º, bem como todos os estabelecimentos abrangidos pelas Leis nºs 5.991, de 19 de dezembro de 1973, e 6.360, de 24 de setembro de 1976, excetuando-se os estabelecimentos de venda direta ao consumidor, somente poderão efetuar transações comerciais ou de prestação de serviços com pessoas jurídicas obrigatoriamente licenciadas na Secretaria Estadual de Saúde correspondente a sua área de atuação.

§ 1º As atividades de importar e exportar serão excluídas da obrigatoriedade prevista no **caput** deste artigo.

§ 2º As atividades de importação e exportação deverão levar em consideração as áreas específicas de atuação de cada empresa, não podendo, em hipótese alguma, extrapolar o âmbito de sua competência de atuação.

Art. 4º O número das licenças estaduais de saúde constará obrigatoriamente em todos os documentos fiscais correspondentes às operações de prestação de serviços, compra, venda, locação mercantil, escambo ou troca mercantil, empréstimo a título oneroso ou co-

modato, de qualquer material ou produto referente ao art. 1º desta lei e todos os produtos e serviços abrangidos pelas Leis de nºs 5.991, de 19 de dezembro de 1973, e 6.360, de 24 de setembro de 1976, mesmo que para fins de teste ou treinamento, descarte, inutilização ou substituição.

Parágrafo único. Ressalvadas as operações de venda diretamente ao consumidor, o número de lote de produção ou, no caso de equipamentos, o número de série constará obrigatoriamente dos documentos fiscais a que se refere o **caput**.

Art. 5º A aquisição de medicamentos por órgãos públicos fica condicionada à prévia avaliação quanto à qualidade e segurança realizada, a expensas dos fornecedores, por laboratórios habilitados pelo órgão máximo do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Parágrafo único. Os testes de qualidade e segurança estabelecidos no **caput** deste artigo, deverão ser realizados nos mesmos lotes que serão entregues ao órgão público que os tenha comprado ou adquirido.

Art. 6º As empresas que tiveram seus produtos reprovados nos testes de segurança e qualidade estabelecidos no **caput** do art. 5º terão seu processo de compra ou aquisição cancelado, sendo chamada à empresa imediatamente posterior classificada, e a empresa que tenha sido desclassificada por reprovação dos produtos por ele entregues, que sejam de sua fabricação, ou mesmo da sua representação ou distribuição, estará impedida de participar de quaisquer outras modalidades de compras ou aquisições de órgãos públicos, por um período mínimo de um ano.

Art. 7º Os estabelecimentos de venda direta ao consumidor só poderão adquirir produtos farmacêuticos das entidades dispostas no art. 1º desta lei, obrigatoriamente licenciados na Secretaria Estadual de Saúde, correspondente a sua área de atuação.

Art. 8º A infração desta lei sujeitará o infrator:

I – à pena de suspensão da licença por trinta dias;

II – a cassação de licença e impedimento legal em todo Território Nacional, em caso de reincidência.

Parágrafo único. As sanções previstas nesta lei não excluem de penalidades sanitárias previstas na Lei nº 6.437, de 24 de agosto de 1977, e outras de natureza cível ou criminal.

Art. 9º As instâncias estaduais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.080, de 20 de setembro de 1990, podem delegar às instâncias municipais habilitadas a responsabilidade de conces-

são de licenças, as quais estarão sujeitas ao disposto nesta lei.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, a minha pergunta é se, com o voto contra, a matéria será rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não. O voto contrário de V. Ex^{as}s, que foi equivalente ao da Comissão de Assuntos Sociais, foi derrotado porque a maioria do Plenário votou a favor da matéria.

A matéria será sancionada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2004 (nº 4.176/2001 na Casa de origem), que *dispõe sobre a alienação de terras da União aos Municípios de Belterra e Aveiro, no Estado do Pará*.

Parecer favorável, sob nº 1.962, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio.

Não foram oferecidas emendas à matéria perante à Mesa.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2004

(Nº 4.176/2001, na Casa de origem)

Dispõe sobre a alienação de terras da União aos Municípios de Belterra e Aveiro, no Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Serão transferidas, a título, aos Municípios de Belterra e Aveiro, no Estado do Pará, mediante a anuência destes, as terras da União, com as benfeitorias existentes, situadas nos respectivos territórios, ressalvadas as áreas destinadas à execução de serviços públicos federais e estaduais, as áreas de preservação ambiental e as ocupadas por particulares.

Parágrafo único. As terras ocupadas por particulares serão alienadas nos termos da Lei nº 9.636,

de 15 de maio de 1999, e demais disposições legais pertinentes, assegurada a participação dos Municípios nos processos de regularização e alienação dessas áreas.

Art. 2º O Poder Executivo adotará as providências necessárias para o cumprimento do disposto no art. 1º desta lei no prazo de 12 (doze) meses a contar da data de publicação desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.)
– **Item 3:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004 (nº 3.220/2000 na Casa de origem), que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (dispõe sobre licenciamento ambiental).

Parecer sob nº 1.532, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora *ad hoc*: Senadora Ana Júlia Carepa, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, que apresenta.

Não foram oferecidas emendas à matéria perante a Mesa.

Discussão do projeto e das emendas, em turno único.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação das Emendas nºs 1 e 2 – CMA.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora, para a redação final.

É o seguinte o projeto e as emendas aprovadas:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2004

(Nº 3.220/2000, na Casa de origem)

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos

de formulação e aplicação, e dá outras providências”, acrescentando exigência relativa ao licenciamento ambiental.

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:

Art. 10.

§ 5º Os estabelecimentos e atividades privados ou públicos sujeitos ao disposto no **caput** deste artigo devem afixar placa, em dimensões e local que assegurem a visibilidade pelo público em geral, da qual constem data de emissão e prazo:

I – da licença de instalação, durante toda a fase de implantação;

II – da licença de operação, depois da fase de implantação.

§ 6º No caso de estabelecimentos e atividades dos quais se exige Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EIA com o requisito para a licença prévia, a data de aprovação do EIA pelo órgão competente constará também das placas afixadas na forma dos incisos I e II do § 5º deste artigo”. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

EMENDA Nº 1-CMA

Dê-se à emenda do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004, a seguinte redação:

Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para exigir a afixação, em local acessível ao público, de informações sobre licenciamento ambiental e estudo de impacto ambiental.

EMENDA Nº 2-CMA

Dê-se ao inciso II do §§ 5º do art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, na forma do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004, a seguinte redação:

Art. 10.

§ 5º

II – da licença de operação, a partir do início da operação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 4:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria será submetida a dois turnos, de discussão e votação, nos termos do art. 143, do Regimento Comum.

Poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 5:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 13, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2006 (nº 1.492/2004 na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 13, DE 2006

(Nº 1.492/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado sobre Transferência de Presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 6:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 16, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2006 (nº 1.095/2001 na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Ata Constitutiva da Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países Ibero-Americanos – ABINIA, criada como organismo intergovernamental, em 12 de outubro de 1999, em reunião ocorrida em Lima, para a qual o Brasil enviou delegação.*

Parecer favorável, sob nº 146, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 16, DE 2006**

(Nº 1.095/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Ata Constitutiva da Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países Ibero-Americanos – ABINIA criada como organismo intergovernamental, em 12 de outubro de 1999, em reunião ocorrida em Lima, para a qual o Brasil enviou delegação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Ata Constitutiva da Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países Ibero-Americanos – ABINIA criada como organismo intergovernamental, em 12 de outubro de 1999, em reunião ocorrida em Lima, para a qual o Brasil enviou delegação.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Ata Constitutiva, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto da ata Constitutiva encontra-se publicado no **DSF**, de 19-1-2006.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 7:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 22, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2006 (nº 118/2003 na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação no Campo da Veterinária, celebrado em 9 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu.*

Parecer favorável, sob nº 147, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc* Senador Sérgio Zambiasi.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 22, DE 2006

(Nº 118/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República da Polônia sobre Cooperação no Campo da Veterinária, celebrado em 09 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º fica aprovado o texto do Acordo entre o governo da República federativa do Brasil e o governo da república da Polônia sobre Cooperação no campo da veterinária, celebrado em 9 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do acordo encontra-se publicado no **DSF**, de 19-1-2006.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 8:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 23, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2006 (nº 122/2003 na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000.*

Parecer favorável, sob nº 148, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: *ad hoc* Senador Mão Santa.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 23, DE 2006**

(Nº 122/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

(*) O texto do acordo encontra-se publicado no **DSF**, de 19-1-2006.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 9:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2006 (nº 633/2003 na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícitos de armas de fogo, suas peças e componentes e munições, complementando a Convenção das Nações Unidas contra o crime Organizado Transnacional, adotado pela Assembléia-Geral, em 31 de maio de 2001, e assinado pelo Brasil, em 11 de julho de 2001.*

Parecer favorável, sob nº 149, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Em votação.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**(*)PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2006**

(Nº 633/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes e munições, complementando a Convenção das Nações Unidas contra o crime Organizado Transnacional, adotado pela Assembléia-Geral, em 31 de maio de 2001, e assinado pelo Brasil, em 11 de julho de 2001.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes e munições, complementando a Convenção das Nações Unidas contra o crime Organizado Transnacional, adotado pela Assembléia-Geral, em 31 de maio de 2001, e assinado pelo Brasil, em 11 de julho de 2001.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*)O texto do protocolo encontra-se publicado no **DSF** de 19-1-2006.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 10:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003 na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 205, DE 2006

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, requeiro o adiamento da discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006, que “aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002”, a fim de ser feita na sessão de 5 de abril de 2006.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, por até cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, apenas para registrar que está sendo solicitado esse adiamento exatamente para que sejam analisados alguns aspectos desse acordo que podem não ser vantajosos para o País.

Solicitamos esse prazo para analisar as questões e poderemos, no próximo dia 5 de abril, solicitar o reexame da matéria na Comissão se for identificado que, efetivamente, poderá haver prejuízo para o País. Portanto, encaminhamos favoravelmente ao requerimento de adiamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrada a Ordem do Dia passa-se a votação do Requerimento nº 204, de 2006, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2005, lido no expediente da presenet sessão.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Indago aos eminentes Senadores se podem apreciar a matéria de imediato (Pausa.)

Não havendo objeção, passamos à imediata apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2005

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 204, de 2006, lido e aprovado nesta oportunidade – art. 336, II*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2005 nº3.096/2004, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Governador José Richa” o trecho da Rodovia BR-476 entre as cidades de Adrianópolis e Curitiba, no Estado do Paraná.

Parecer favorável sob o nº 2.247, de 2005, da Comissão de Educação, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma.

Poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, gostaríamos de encaminhar, pela Liderança do Governo, favoravelmente à homenagem que se presta ao ex-Governador José Richa, cuja história política está ligada não só ao Paraná, mas ao País. Portanto, trata-se de uma justa homenagem à qual nos associamos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns e, em seguida, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, também quero associar-me à propositura de se dar o nome do ex-Governador do Paraná José Richa ao trecho da rodovia entre Adrianópolis e Curitiba.

José Richa foi uma grande liderança não só no Estado do Paraná, mas também no Brasil. Também no Senado Federal, como Senador da República, deu uma contribuição extraordinária para todos os aspectos da vida paranaense e da vida nacional.

A família de José Richa dedica-se muito às questões públicas, também no Estado do Paraná, e seu filho Beto Richa, inclusive, neste momento, é Prefeito da cidade de Curitiba.

É interessante que esteja sendo dado o nome do ex-Governador para essa conhecida rodovia do Vale da Ribeira, que é uma região empobrecida no Estado do Paraná. Pessoalmente, sempre afirmei que um dos fatores para o desenvolvimento econômico e social dessa região do Vale da Ribeira seria o asfaltamento

do trecho que liga Curitiba a Adrianópolis, de aproximadamente de 100 quilômetros. Isso representa muito para o Estado do Paraná, particularmente no sentido de se criarem mais oportunidades, mais condições àquela região, para que tenha mais chances na parte humana, social e econômica.

Então, nada mais justo do que fazermos esta homenagem e nos lembrarmos todos, neste momento, da grande figura que foi José Richa para a vida do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azevedo para encaminhar a votação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelo PSDB, quero trazer também o nosso entusiasmo com a justiça dessa homenagem. José Richa, além de Governador do Paraná e Senador, como bem lembrou o Senador Flávio Arns, foi um dos fundadores do nosso Partido, o PSDB.

Portanto, o PSDB rende as homenagens devidas a José Richa, aprovando, com muita honra, esse projeto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, orgulho-me muito em ser um dos subscritores desse projeto e da homenagem que, com justiça, o Congresso presta, nominando de Governador José Richa um trecho rodoviário no Estado do Paraná.

Fui colega de S. Ex^a aqui, no Senado. Convivi vários anos com José Richa, um político de respeitabilidade, de posição, e um amigo como poucos. Homem correto nas suas atitudes e nas suas posições políticas, deixou na Casa a melhor das impressões. Foi um político que soube deixar a vida pública no momento certo. Não se submeteu a nenhum veredito popular para ser derrotado ou ser novamente reconduzido e resolveu deixar a vida pública. Seu filho Beto Richa o prossegue e hoje é Prefeito de Curitiba.

Em muito boa hora, o Congresso, por meio de vários parlamentares, para homenagear a memória de um político sério, de um homem de bem, de um homem de posições, toma a iniciativa de apresentar o projeto de lei que, neste momento, votamos.

Com essa recomendação e com esse encaminhamento, falando em nome do meu Partido, o PFL, eu solicitaria a todos os meus companheiros o voto “sim” a essa meritória iniciativa de homenagem a um bom homem público chamado José Richa.

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – V. Ex^a está inscrito.

Tem a palavra o nobre Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela ordem.) – Sr. Presidente, já se encerrou o encaminhamento da votação do projeto que dá o nome de José Richa àquela rodovia?

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Não. Continua o encaminhamento da votação.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros para encaminhar.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Posso falar depois do Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Perfeitamente.

Tem a palavra o nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que hoje me faz bastante emocionado e contente é a minha designação para ser Relator da homenagem que se presta, hoje, nesta Casa, ao ex-Senador e ex-Governador do Paraná, um homem de bem, um homem correto, cujo filho segue os mesmos passos, sendo Prefeito de Curitiba.

Não me vou associar, porque fui o Relator. Então, agradeço àqueles que apóiam o relatório. Penso que dar o nome de José Richa à rodovia – a Mesa deve conhecer bem o comportamento dele durante a sua gestão nesta Casa – é uma justa e correta homenagem que se faz a um homem público.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros para encaminhar a votação do projeto.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero apenas associar-me à justezza das homenagens ao Senador José Richa.

Creio que este momento de homenagem é de reflexão para o nosso Partido, o PSDB. Como Senador constituinte, José Richa foi o grande ideólogo do PSDB na discussão do tema “parlamentarismo”. O PSDB é o único Partido brasileiro que defende em seu programa, em seu Estatuto, a adoção do sistema parlamentarista no Brasil. A contribuição de José Richa ao Brasil é imensa como Senador da República, como Governador do Paraná, como político, por onde passou.

Então, quero congratular-me com o Senado por essa justa homenagem a um dos grandes homens públicos brasileiros. Que essa homenagem sirva de reflexão ao nosso Partido, no sentido de que é importante pensar no programa, no conjunto de idéias, porque é assim que agem aqueles que defendem o parlamentarismo em nosso País!

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel para encaminhar a votação.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu serei breve. Desejo apenas juntar minha voz à dos Parlamentares que me antecederam no sentido do reconhecimento da justa homenagem que o Congresso Nacional ora presta à figura do Senador José Richa.

Eu diria que o Senador José Richa realizou algo que não é comum a muitos políticos: conseguiu ser um excelente executivo e um excelente legislador. Isso certamente já o credenciaria para merecer o reconhecimento da sociedade brasileira.

De mais a mais, foi um cidadão que teve plena consciência da importância dos partidos políticos e buscou fortalecer a instituição a que pertencera desde o seu início: o PSDB. Deu, portanto, um bom testemunho de vida pública. Penso que o Paraná também se sente homenageado com o tributo que ora se presta ao eminentíssimo Senador José Richa, que também foi um grande amigo.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Não mais havendo quem peça a palavra para encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as}s e os Srs Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 92, DE 2005

(Nº 3.096/2004, na Casa de origem)

Denomina “Rodovia Governador José Richa” o trecho da rodovia BR-476 entre as cidades de Adrianópolis e Curitiba, no Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O trecho da rodovia BR-476 entre as cidades paranaenses de Adrianópolis na divisa com o Estado de São Paulo, e Curitiba, capital do Estado, passa a ser denominado “Rodovia Governador José Richa”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final às emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004 (nº 3.220, de 2000, na Casa de origem), nos termos do art. 320 do Regimento Interno, que, se não houver objeção do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PARECER N° 178, DE 2006

(Da Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004 (nº 3.220, de 2000, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004 (nº 3.220, de 2000, na Casa de origem), que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (dispõe sobre licenciamento ambiental).

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de fevereiro de 2006.

titular de órgão diretamente subordinado à presidência da República, para esclarecimento de assunto que esteja incluído na área de competência dessa autoridade.

Tal requerimento, previsto constitucionalmente (art. 50, § 2º, da Lei Maior), não pode conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade à qual é dirigido, conforme disposto no art. 216, II, do Regimento Interno desta Casa.

A primeira indagação constante do requerimento em exame, na forma como redigida, pode conduzir à interpretação de que se trata de questionamento sobre propósito da autoridade, o que, conforme assinalado, é vedado pelo Regimento Interno. Assim, cremos ser necessária adaptação relacional para afastar tal possibilidade de interpretação. Outrossim, a retirada dos índios da região em disputa não é mais iminente, por quanto foi realizada em 15 de dezembro passado, após a denegação do pedido de concessão de medida liminar (Suspensão de Liminar nº 94) por parte do ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, deduzido contra decisão antecipatória de tutela na Ação Ordinária nº 2001.60.02.001924-8, ajuizada por proprietários de fazendas que questionavam a legalidade da demarcação das terras indígenas Nande Ru Marangatu.

Quanto à segunda indagação, não obstante se refira ela a um plano de contenção de vidência, temos que não perscruta eventuais propósitos da autoridade, antes aponta para plano já formalizado em atos oficiais.

As questões encontram-se dirigidas corretamente ao ministro da Justiça, uma vez que integram o rol de competências de sua pasta as matérias afetas a direitos dos índios (art. 27, XIV, **c**, da Lei nº 10.683, de 2003), sendo atribuições da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ente vinculado ao Ministério da Justiça (art. 1º do Estatuto da Funai, aprovado pelo Decreto nº 4.645, de 2003), a representação e assistência jurídica inerentes ao regime tutelar do índio, a garantia do cumprimento da política indigenista, inclusive no tocante à posse permanente das terras por eles habitadas, e a gestão do patrimônio indígena (art. 1º, I, **b**, II e parágrafo único, da Lei nº 5.371, de 1967).

Ademais, cabe ao Departamento de Polícia Federal, órgão da estrutura do Ministério da Justiça (arts. 27, § 7º, e 29, XIV, da Lei nº 10.683, de 2003), coibir a turbação e o esbulho possessório dos bens da União, entre os quais se encontram as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios (art. 20, XI, da Constituição Federal).

Desse modo, feitas as devidas adaptações, as quais mantêm intacto o conteúdo dos questionamentos, entendemos que o requerimento preenche os re-

quisitos constitucionais e regimentais para o envio do pedido de informações.

III – Voto

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.501, de 2005, de modo que se encaminhe ao Exmo Senhor Ministro de Estado da Justiça pedido para que informe:

1) quais as ações imediatas empreendidas pelo Ministério da Justiça e por seus entes vinculados, em face do despejo da citada comunidade indígena;

2) se existe algum plano de contenção de violência na região em face do contraditório em relação à homologação das terras indígenas;

3) se existe alguma medida judicial, por parte do Governo Federal, para que seja respeitado o ato administrativo de homologação das terras indígenas “Nande Ru Marangatu”.

REQUERIMENTO Nº 1.501, DE 2005

Assinam o parecer 21 de Fevereiro de 2006.

– **Renan Calheiros**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Tião Viana** – **João Alberto Souza** – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Moraes**.

PARECER Nº 180, DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 15, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, que requer informações ao Ministro dos Transportes sobre o programa de recuperação das estradas federais ora em andamento.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Senador Romeu Tuma, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno, encaminha a esta Mesa o Requerimento nº 15, de 2006, dirigido ao senhor Ministro dos Transportes.

O nobre Senador requerente deseja obter as seguintes informações, referentes às obras de recuperação das estradas federais ora em andamento:

- Nome das empresas cujos contratos foram aditados para a realização das obras;
- Valor e prazo dos respectivos contratos e aditamentos;
- Cópia dos contratos e aditamentos celebrados;
- Indicação do método empregado na elaboração dos projetos básicos dos contratos e aditamentos;

- Plano de conservação das rodovias, após a realização das referidas obras.

II – Análise

A proposição obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que rege a matéria.

III – Voto

A luz do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 15, de 2006.

Sala de Reuniões,

REQUERIMENTO Nº 15 DE 2006

Assinam o Parecer em 21 de fevereiro de 2006.
– **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator
– **João Alberto Souza** – **Álvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Morais**.

PARECER Nº 181, DE 2006

Da mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 16, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, que requer informações ao Ministro dos Transportes sobre o “Programa Emergência de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas”.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Senador Romeu Tuma, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno, encaminha a esta Mesa o Requerimento nº 16, de 2006, dirigido ao senhor Ministro dos Transportes.

O nobre Senador requerente deseja obter as seguintes informações, referentes às obras do ‘Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas’:

- Nome das empresas contratadas sem licitação para a realização das obras em regime de emergência;
- Valor, objeto e prazo dos respectivos contratos;
- Cópia dos contratos celebrados;
- Plano de conservação das rodovias, após a realização das referidas obras.

II – Análise

A proposição obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como ao

disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que rege a matéria.

III – Voto

À luz do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 16, de 2006.

Sala de Reuniões, 21 de fevereiro de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **João Alberto Souza** – **Álvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Morais**

PARECER Nº 182 , DE 2006

Pata instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 42, de 2006, que solicita seja encaminhado ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, pedido de informações sobre o Cronograma Físico-Financeiro das Obras da Vila Pan-americana na cidade do Rio de Janeiro.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Em conformidade com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Álvaro Dias solicita seja encaminhado ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego pedido de informações, com os documentos comprobatórios, sobre:

- a) Cronograma Físico-Financeiro das Obras da Vila Pan-americana na cidade do Rio de Janeiro;**
- b) Planilha demonstrativa dos valores desembolsados e previsão dos valores a serem desembolsados para as obras da Vila-Pan;**
- c) Planos de trabalho aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego para a construção das obras da Vila-Pan, bem como para a liberação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT);**
- d) Cópia do processo do Conselho Deliberativo do Fat (Codefat) que autorizou o financiamento das obras da Vila-Pan com recursos do FAT;**
- e) Cópia do processo do Convênio celebrado com a Caixa Econômica Federal (CEF) para repasse dos recursos do FAT para execução das obras da Vila-Pan.**

II – Análise

O presente requerimento foi despachado à Mesa, para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. Por outro lado, conforme disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal,

as Mesas de ambas as Casas do Congresso Nacional poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O requerimento, em nosso entendimento, está de acordo com as normas regimentais desta Casa, especialmente com o que dispõem a alínea **a** do inciso I do artigo 215, os incisos I e II do art. 216 e o art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal.

Por outro lado, as informações e documentos solicitados pelo requerente dizem respeito à competência fiscalizadora do Senado Federal sobre o planejamento e execução físico-financeira de obra federal relevante, qual seja, a construção da Vila Pan-americana na cidade do Rio de Janeiro, onde deverão ficar alojados os atletas que disputarão os jogos em 2007. Conforme justifica o autor do requerimento, as informações permitirão avaliar o andamento das obras e a compatibilidade do cronograma físico com o previsto repasse de recursos do FAT.

O requerimento é dirigido ao Ministro de Estado competente, em acordo com o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina.

Depreende-se que a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos, uma vez que o assunto tratado no requerimento é atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal, dirigido à autoridade competente e diz respeito a fato determinado. Por outro lado, não se lhe aplicam as normas da Seção II do citado Ato, porquanto o pedido, claramente, não envolve informações sigilosas relativas a operações ativas de instituição financeira.

III – Voto

Diante do exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 42, de 2006, e seu encaminhamento ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Sala das Reuniões, 21 de fevereiro de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tiao Viana**, Relator – **João Alberto Souza** – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Moraes**.

PARECER Nº 183, DE 2006

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 73, de 2006, que solicita seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda pedido de informações sobre operação de crédito contratada entre o Estado do Maranhão e a empresa Camargo Correa, a título de

acordo por cobrança judicial de crédito pela referida empresa.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

É submetido à apreciação da Mesa Diretora o Requerimento nº 73, de 2006, de autoria do Senador Gilvam Borges.

Pretende-se com o requerimento, dirigido ao Ministro de Estado da Fazenda, que sejam prestadas informações relativas ao acordo celebrado entre o Estado do Maranhão e a empresa Camargo Correa, visando o equacionamento de débito do estado com aquela empresa no montante de R\$148 milhões.

As informações solicitadas objetivam esclarecer a natureza do respectivo acordo, assim como as questões relativas à legalidade e regularidade do contrato, uma vez que a referida operação financeira, nitidamente com características de uma operação de crédito, teria sido efetuada sem a devida observância de preceitos definidos pelo Senado Federal – Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para tanto, requer-se sejam encaminhadas ao Senado Federal cópias de todos os documentos apresentados pelo Estado ao Ministério da Fazenda, com vistas à regularização da referida operação, assim como de todos os pareceres de órgãos do Ministério sobre a matéria.

Solicita, ademais, informações sobre as condições financeiras adotadas nesse acordo, em particular quanto ao montante contratado, forma de pagamento, as garantias oferecidas, seu prazo, os juros incidentes, etc.

Por fim, são solicitadas informações sobre os instrumentos financeiros previstos e utilizados no acordo para a liquidação do referido débito, com destaque para a descrição dos títulos da dívida estadual dados em pagamento de parte ou totalidade da dívida, bem como dos créditos contra a fazenda pública estadual, oferecidos em pagamento.

Como expresso na própria justificação do requerimento, a celebração de tal operação de crédito foi realizada sem que o Estado do Maranhão solicitasse autorização para contratá-la, conforme exige a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal. Somente quando se detectou a existência da operação, claramente definida como um empréstimo, tanto na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto na já citada Resolução, é que o Governo do Estado do Maranhão tomou a iniciativa de solicitar ao Ministério da Fazenda a regularização do empréstimo.

II – Análise

O Requerimento nº 73, de 2006, é dirigido ao Ministro de Estado da Fazenda, atendendo, assim, o que preceitua o § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

O requerimento em exame está, também, de acordo com as condições expressas no Regimento Interno do Senado Federal quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa, encontrando amparo, em particular, em seus arts. 215 e 216, inciso I, que exigem sejam observados, preliminarmente, os seguintes critérios para a sua admissibilidade, entre outras limitações:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

..... (Grifo nosso)

Sabemos que ao Senado Federal são competências privativas, notadamente as atinentes ao processo de endividamento público, dentre outras comuns ao Congresso Nacional, onde, certamente, inserem-se as solicitadas.

Mais ainda, a Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Logicamente, no desempenho dessa atribuição, é exigido amplo e atualizado universo de informações, para que ele possa, de forma plena, exercer suas competências legislativa e fiscalizadora.

Portanto, ao Poder Legislativo são necessários e admissíveis os repasses de informações, de natureza e alcance diversos. No presente requerimento, as informações restringem-se a elucidar a natureza do acordo celebrado entre o Estado do Maranhão e a empresa Camargo Correa.

Fica evidenciado, portanto, o cumprimento e o atendimento dessas formalidades preliminares, condições essas imprescindíveis à admissibilidade dos requerimentos de informações.

Por outro lado, para a pertinente e adequada obtenção de informações, devem ser observados os procedimentos legalmente determinados e diferenciados em função da natureza da informação requerida.

No presente requerimento, as informações solicitadas não são passíveis de serem caracterizadas como operações ativas de instituições financeiras, que exigiria e envolveria discussão acerca de sua natureza sigilosa.

Assim sendo, somos da opinião de que cabe à Mesa do Senado Federal decidir sobre o requerimento em exame, avaliando a oportunidade e pertinência de

seu envio ao Ministro de Estado da Fazenda, face os instrumentos normativos que tratam da matéria.

As informações solicitadas no requerimento em exame prestam-se à compreensão da natureza do acordo celebrado entre o Estado e a empresa Camargo Correa, e, dessa maneira, ao esclarecimento de aspectos relativos à sua legalidade e regularidade.

Em particular, o requerimento em exame mostra-se compatível com o próprio exercício da competência fiscalizadora do Senado Federal, particularmente quanto à observância e ao cumprimento pelos entes federados das condições e exigências por ele definidas para o controle do processo de endividamento do setor público, cuja atribuição lhe é privativamente assinalada pela Constituição Federal.

Dessa forma, no presente requerimento, as informações solicitadas não caracterizam natureza sigilosa, são condizentes com o exercício da função fiscalizadora desta Casa, tendo, portanto, seu rito de tramitação e apreciação estipulado nos termos da Seção I, arts. 1º a 6º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

De acordo com o referido ato, compete à Mesa Diretora a decisão sobre seu deferimento, a partir de relatório oferecido pelo respectivo relator da matéria.

Mais ainda, o art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, nada mais exige para o seu deferimento a não ser as já referidas hipóteses de cabimento de iniciativa previstas no inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, quais sejam: somente serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente as suas competências fiscalizadoras. Seus fundamentos para admissibilidade pressupõem, assim, matéria específica ou fato determinado, presente no Requerimento nº 73, de 2006, como enfatizado anteriormente.

Nesse contexto, o requerimento de informações solicitado, em nossa compreensão, encontra fundamentação, estando ainda de acordo com as condições expressas no Regimento Interno do Senado Federal quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa.

III – Voto

Opinamos, assim, pela aprovação do Requerimento nº 73, e seu encaminhamento ao Ministro de Estado da Fazenda.

Sala da Comissão, 21 de fevereiro de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **João Alberto Souza**, – **Álvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Morais**.

PARECER Nº 184, DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 82, de 2006, que requer,

com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, sobre o quantitativo de famílias assentadas pelo atual governo.

Relator: Senador **João Alberto Souza**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 82, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, sobre o quantitativo de famílias assentadas pelo atual governo.

O requerimento está dividido em três itens, que solicitam as seguintes informações, *in verbis*:

1. O que justifica essa Pasta ter colocado, no site do laca, duas listas diferentes de famílias assentadas pelo atual governo no ano passado?

2. Por que, na segunda versão, desapareceram todas as datas de criação dos assentamentos?

3. Fornecer relação com o quantitativo de famílias assentadas durante o governo Lula, até o presente momento, contendo a data de criação de cada assentamento.

Na justificação, o autor cita reportagem do Jornal **Folha de S. Paulo**, que informa que a lista contendo a relação dos assentamentos e respectivas datas de criação havia sido retirada do *site* do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e substituída por outra versão, sem as datas de criação dos assentamentos.

II – Análise

O art. 50, § 2º, da Constituição Federal, confere à Mesa Diretora do Senado Federal a competência para encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado. Dessa forma, a Mesa Diretora tem competência para apreciar a proposição em tela.

De acordo com o Ato da Mesa no I, de 2001, o tema do requerimento de informação deve ser atinente a assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou à sua competência fiscalizadora.

Assim, constata-se que o Requerimento nº 82, de 2006, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo. Com relação aos

requisitos regimentais de admissibilidade de requerimentos de informação, constata-se que os itens 1 e 2 do requerimento não atendem às exigências do art. 216, Inciso II, do Regimento Interno, que não admite requerimentos de informações que contenham interrogação sobre o propósito da autoridade a quem se dirige. Por esse motivo, apresentamos substitutivo ao Requerimento nº 82, de 2005, com vistas a adequar o requerimento às normas regimentais, além de aperfeiçoar-lhe a técnica legislativa.

Ainda no tocante às normas internas da Casa, verifica-se que o Requerimento atende aos demais requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que encontra-se dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora, e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 82, de 2003, na forma do seguinte substitutivo:

REQUERIMENTO Nº 82 (SUBSTITUTIVO), DE 2006

Solicita informações ao senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre o quantitativo de famílias assentadas pelo atual governo.

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, requer do Ministro do Desenvolvimento Agrário as seguintes informações:

1. Quais as diferenças nas bases de dados utilizadas para compor as duas diferentes listas de assentamentos de 2005, publicadas no *site* Incra?

2. Qual foi a mudança no critério de seleção e divulgação de informações que resultou na omissão das datas de criação dos assentamentos na segunda lista publicada no *site* do Incra?

3. Relação dos assentamentos criados durante o Governo Lula, contendo o número de famílias assentadas e a data de criação de cada assentamento.

Sala de Reuniões, 21 de fevereiro de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **João Alberto Souza**, Relator – **Tião Viana** – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Moraes**.

PARECER Nº 185, DE 2006

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 104, de 2006, que solicita seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, pedido de informações a respeito do pagamento antecipado de parcelas dos empréstimos feitos pelo Fundo Monetário Internacional ao Governo brasileiro.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Mediante o Requerimento nº 104, de 2006, e em conformidade com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, o Senador José Jorge requer ao Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações a respeito do pagamento antecipado de parcelas dos empréstimos feitos pelo Fundo Monetário Internacional ao Governo Brasileiro:

- a)** Que parcelas foram antecipadas, qual seu valor de face, qual a data de vencimento e o desconto conseguido em cada parcela?
- b)** Qual a justificativa técnica que embasou a opção pela antecipação das parcelas devidas ao fundo?
- c)** Solicita um estudo técnico que defina a quitação da dívida com o FMI como opção financeiramente mais interessante do que as demais dívidas do Tesouro Nacional.
- d)** Solicita a relação das dívidas de maior monta, valor de cada uma, data de vencimento e juros que estão sendo praticados em cada parcela.
- e)** Pergunta se há algum estudo comparativo entre a quitação da dívida e o retorno para investimentos em obra de infra-estrutura no País.

II – Análise

O presente requerimento foi despachado à Mesa, para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. Por outro lado, conforme disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, as Mesas de ambas as Casas do Congresso Nacional poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O requerimento, em nosso entendimento, está de acordo com as normas regimentais desta Casa, especialmente com o que dispõem a alínea **a** do inciso I do artigo 215, os incisos I e II do art. 216 e o art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, porquanto

depende de decisão da Mesa; trata de matéria atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina. Ademais, a proposição é dirigida ao Ministro de Estado competente, em consonância com o § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

As informações e estudos técnicos solicitados pelo requerente dizem respeito à competência fiscalizadora do Senado Federal sobre a administração da dívida pública. No caso, o pagamento antecipado de parcelas dos empréstimos feitos pelo FMI ao Governo brasileiro, com custos e benefícios que necessitam ser compreendidos e avaliados pelo Congresso Nacional.

A propósito, cabe ressaltar, que a Constituição Federal, em seu art. 52, V, atribui competência privativa ao Senado Federal para autorizar operações financeiras externas de interesse dos entes federados. Desse modo, cumpre a esta Casa requerer as informações decorrentes da execução de tais operações e, assim, tempestivamente, fiscalizar e avaliar os atos do Poder Executivo sobre a matéria.

Do exposto, conclui-se que a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos, uma vez que o assunto tratado no requerimento é atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal, dirigido à autoridade competente e diz respeito a fato determinado. Por outro lado, não se lhe aplicam as normas da Seção II do citado Ato, porquanto o pedido, claramente, não envolve informações sigilosas relativas a operações ativas de instituições financeiras elencadas no art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

III – Voto

Diante do exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 104, de 2006, e seu encaminhamento ao Ministro de Estado da Fazenda.

Sala das Reuniões, 21 de fevereiro de 2006.

– **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator
– **João Alberto Souza** – **Álvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Moraes**.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal aprovou, na presente data, os seguintes **Requerimentos de Informações**, nos termos de seus relatórios: **nºs 1.501, de 2005; e 15, 16, 42, 73, 82 e 104, de 2006**.

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 207, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à jornalista e escritora Ana Vasco, pela publicação do livro Aécio Neves – De facto et de jure.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à jornalista e escritora Ana Vasco, autora do livro Aécio Neves – De facto a jure, obra que, segundo o prefácio, escrito pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, relata o Surgimento e a carreira de um líder político, a partir da vivência histórica de gerações.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja inscrito nos Anais do Senado e levado ao conhecimento da homenageada e do Governador do Estado de Minas.

Justificação

Ana Vasco, nascida em Zimbábue, na África e que vive em Minas desde os quatro anos de idade, é a autora do livro Aécio Neves de facto et de jure, um ensaio bibliográfico sobre a vida e a obra do atual Governador de Minas. O livro é uma excelente contribuição para a História política contemporânea do Brasil, pelo que o voto de aplauso ora requerido se justifica.

Sala das Sessões 21 de fevereiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 208, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao escritor, jornalista e político Acir dos Santos Filó, pela publicação do livro Geraldo Alckmin, o menino, o homem, o político Iançado hoje, dia 21-2-06, em Brasília.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a Acir dos Santos Filó, autor do livro **Geraldo Alckmin, o menino, o homem, o político**, um ensaio bibliográfico sobre a vida e a obra de Geraldo Alckmin, (atua) Governador do Estado de S.Paulo, Iançado hoje, dia 21-2-2006, em Brasília.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja inscrito nos Anais do Senado, levado ao conhecimento do homenageado e do Governador do Estado de São Paulo.

Justificação

O paranaense Acir dos Santos Filó é um jovem político no interior de São Paulo, eleito pela maior vo-

tação jamais vista em Ferraz de Vasconcelos, foi eleito Vereador, par duas vezes. Atualmente, é Presidente da Câmara Municipal do Município e estuda Direito. E ele o autor do livro a ser lançado hoje, dia 21 de fevereiro de 2006, em Brasília, cujo conteúdo enfoca a vida e a obra do atual Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. O voto ora requerido justifica-se pela contribuição do escritor, ao reunir, num ensaio biobibliográfico as atividades de um político de êxito, Geraldo Alckmin.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2006.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 209, DE 2006

Requer voto de lembrança Saudoso escritor brasileiro João Guimarães, ao ensejo da passagem do cinqüentenário lançamento de Grande Sertão: Veredas, uma das mais importantes obras da literatura do Brasil.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança ao saudoso escritor, ao ensejo das comemorações do cinqüentenário do lançamento de Grande Sertão: Veredas, uma das mais significativas obras literárias do Brasil.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja inscrito nos Anais do Senado e levado ao conhecimento da Academia Brasileira de Letras e, por seu intermédio, aos descendentes de Guimarães Rosa.

Justificação

João Guimarães Rosa foi um grande e renomado escrito brasileiro. Intelectual que foi, ocupou postos diplomáticos Consulado Brasileiro de Hamburgo, na Alemanha, e secretário Embaixada do Brasil em Bogotá. Na Alemanha, mesmo sabendo riscos que corria, ajudou e facilitou a fuga de judeus perseguidos regime nazista. Seu livro Grande Sertão Veredas é marco expressivo na literatura pátria pela inovação formal de conteúdo. Na Revista Veja desta semana, o jornalista Roberto Pompeu de Toledo, em seu Ensaio transcreve diversas frases do Grande Sertão, entre elas a seguinte, da grande atualidade. (...) existe uma receita, a norma dum caminho certo, estreito de cada uma pessoa viver – e essa pauta cada um tem – mas a gente mesmo, no comum uma pessoa viver – e essa pauta cada um tem – mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar, como é que, sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber? Mas, esse norteado, tem. Tem que ter. Se não, a vida de todos ficava sendo sempre o confuso dessa doideira que é. E que: para cada dia, e a cada hora, só uma ação possível da gente é que consegue ser a certa.”

É, pois, merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Pois não.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Primeiro, eu gostaria de saber se está encerrada a Ordem do Dia, retornando à lista de oradores.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Está encerrada a Ordem do Dia e voltamos à lista de oradores. O primeiro inscrito é o Senador Marco Maciel.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Além disso, quero dizer que foi feito um requerimento, ainda em dezembro de 2005, em relação a um recurso para que seja votado no plenário o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2005, que prorroga, até o exercício fiscal de 2016, inclusive, o prazo de que trata o disposto no art. 1º da Lei nº 8.685, de 1993, que cria mecanismo de fomento à atividade áudio-visual e dá outras providências.

Sr. Presidente, mesmo que esse recurso já tenha sido colocado em pauta, vou votar contrariamente; estou querendo retirar minha assinatura. Quero dizer que só apus minha assinatura, juntamente com outros cinco Senadores, inclusive o Líder da Bancada, a pedido do Governo, a pedido do Ministério da Fazenda...

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Nobre Senadora, quando a matéria entrar em votação, discutiremos isso.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim, mas já quero retirar minha assinatura...

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Não há retirada neste momento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Mas quero deixar isso claro. Não quero deixar nenhuma dúvida de que sou favorável a essa prorrogação. E, se o Governo quiser fazer outro tipo de negociação, que o faça quando for à Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Será registrado, nobre Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, por cessão do Senador Marco Maciel.

Em seguida, falará, por delegação, o nobre Senador César Borges, pela Liderança do PFL.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meus agradecimentos, Senador Marco Maciel, pela cessão.

Quero rapidamente, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, fazer uma referência especial ao livro lançado pelo Hospital Sarah Kubitschek, pelo Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior e por Lúcia Willadino Braga.

Senador Marco Maciel, V. Ex^a me dá a oportunidade de prestar homenagem ao Diretor e à Assistente do Sarah Kubitschek, que lançam um livro pela Taylor & Francis, uma das melhores editoras na área médica. Trata-se de um livro que ensina a pais e médicos o tratamento efetivo e humanizado de crianças com problemas cerebrais.

Deixo pequena sinopse do livro, para que a Mesa a faça constar dos Anais, além de mostrar folhetos que o Sarah está distribuindo de prevenção no que diz respeito à violência do trânsito, a acidentes no mergulho e ao uso de cinto de segurança.

Sr. Presidente, eu queria falar o mais rápido possível, mas não poderia deixar de prestar uma homenagem ao Exército brasileiro no dia em que se comemora o 61º aniversário da tomada do Monte Castelo pela FEB (Força Expedicionária Brasileira), ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial.

O País comemora hoje o 61º aniversário da tomada do Monte Castelo, um dos maiores feitos da Força Expedicionária Brasileira – FEB, em solo europeu, durante a Segunda Guerra Mundial.

Reverenciamos os heróis febianos que arrostaram a fúria inimiga sem vacilar, até conseguir expulsar as tropas alemãs de seu ponto de observação mais privilegiado e guarnecido no teatro de operações italiano.

Havia meses que o Brasil se tornara alvo do Eixo, formado por Alemanha, Itália, e Japão, por se solidarizar com os Estados Unidos da América, alvos da agressão estrangeira em Pearl Harbor. Traíçoeiramente, sem declaração de guerra, a agressão foi estendida aos brasileiros. No total, tiveram a vida ceifada 742 homens, mulheres e crianças, passageiros ou tripulantes de navios mercantes nacionais, torpedeados à vista de nossa costa. Daí a participação forçada do País na luta dos países aliados contra o Eixo.

Em apenas dois dias (18 e 19 de agosto de 1942), tinham sido afundados cinco de nossas embarcações mercantes – Araraquara, Aníbal Benévolo, Baependi, Itagiba e Arara – defronte às praias de Sergipe e Alagoas.

De janeiro a agosto, mais 14 vapores indefesos foram postos a pique covardemente. Além dos já mencionados, eram eles o Bagé, Cabedelo, Buarque, Olinda, Arabuta, Cairu, Parnaíba, Comandante Lira, Gonçalves Dias, Alegrete, Pedrinhas, Tamandaré, Piave e Jacira. Ao clamor popular, seguiu-se a declaração de guerra, em 22 de agosto de 1942. Outros países sul-americanos também tiveram navios afundados e declararam guerra ao Eixo nazi-fascista. Mas, dentre eles, somente o Brasil esteve presente no conflito com suas três Forças Armadas e contribuiu, de fato, para a vitória final.

Graças ao seu destemor, nossos expedicionários cercaram e capturaram, ainda em 1945, a 148^a (centésima quadragésima oitava) Divisão de Infantaria alemã inteira, de uma só vez. Renderam-se à FEB 14.779 (quatorze mil, setecentos e setenta e nove) soldados e oficiais dessa unidade. Entregou-se, em seguida, o General Joseph Von Pimsel com o seu 75º Corpo do Exército Alemão. Assim, foram feitos mais de 20 mil prisioneiros, quase um para cada combatente brasileiro.

Entretanto, a tomada do Monte Castelo – local aparentemente inexpugnável – transformou-se no símbolo máximo da bravura e do desprendimento daqueles febianos. Em 24 de novembro de 1944, tentaram o primeiro assalto. Bem municiadas e abastecidas, as tropas inimigas rechaçaram o ataque. As duas investidas seguintes – uma, cinco dias depois; outra, no dia 12 do mês posterior – também fracassaram, em meio ao frio e à mata cerrada. Tomar aquele monte transformou-se em uma questão de honra.

A FEB atuou sob o comando dos marechais Euclides Zenóbio da Costa e João Batista Mascarenhas de Moraes. Este escreveu no seu livro de memórias:

Defendendo um setor de cerca de 15 quilômetros de extensão, os brasileiros, durante o inverno de 1944/45, observaram diuturnamente as alturas em frente, nas quais se abrigava o implacável inimigo. (...)

Uma das elevações, mais que as outras, atraía a atenção dos homens e do comando brasileiro: Monte Castelo. Sua conquista pela tropa brasileira era indeclinável ponto de honra.

A organização defensiva, nesse monte de encostas traiçoeiramente menos escarpadas, apresentava-se primorosa: com excelente comandamento sobre as possíveis bases de partida de um ataque, dificultava a montagem de uma ação ofensiva frontal. Dispunha de extensos campos minados; e suas numerosas e bem localizadas casamatas eram admiravelmente camufladas. (...)

Impedir a movimentação germânica no vale aos pés do monte era fundamental para os aliados, pois através dele o inimigo se reabastecia. Dizia-se no Brasil, à época, que conquistar o Monte Castelo seria mais difícil do que fazer uma cobra fumar, tanta era a fama dos soldados alemães. “E a cobra fumou” transformou-se na expressão popular moldada pela vitória de 21 de fevereiro de 1945.

A simples chegada ao sopé do Monte Castelo já bastaria para demonstrar heroísmo e competência. Somar-se-ia a sucessivas vitórias dos pracinhas, como a ocupação dos montes Belvedere, Della Castellana e Castelnuovo, que permitiu o controle pelos aliados do tráfego através da estrada Porreta Terme-Morano. Nossos heróis conquistaram, ainda, Montese, Montello e Zocca.

O dia 21 de fevereiro de 1945 amanhece com a batalha decisiva em plena marcha. A vitória sorri à FEB ao anotecer, doze horas depois. Mas, do primeiro ao último ataque, entre oficiais e praças, custara a vida de mais de quatrocentos jovens brasileiros.

Ao todo, em solo italiano, o Brasil perdeu 443 dos seus 25.334 valorosos expedicionários. Mais 1.145 sofreram ferimentos, 35 foram capturados pelo inimigo e 23 desapareceram em combate.

São também do Marechal Mascarenhas de Moraes as seguintes observações:

“Sumidouro de centenas de vidas patrícias, a captura de Monte Castelo, pelos brasileiros, constituiu dever de consciência e imperativo de dignidade militar. A nossa divisão escrevera o capítulo mais emocionante e sensacional de sua vida. Foi uma vitória militar e um triunfo moral. (...)

“Monte Castelo representa a preliminar gloriosa das nossas vitórias no vale do Reno, exaltando a honra e a dignidade das armas brasileiras para a conquista de outros triunfos”.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda que outras homenagens não sejam prestadas nesta data, fica aqui registrada a reverência do Senado da República aos heróis brasileiros que contribuíram, com a sua coragem e o seu sangue, para a vitória aliada na II Guerra Mundial.

Os heróis da Pátria homenagearam e respeitaram a bandeira nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

O livro foi publicado pela Taylor & Francis, a mais importante editora médica mundial e representa a experiência acumulada no SARAH ao longo de trinta anos. Ele transmite através de textos simples e desenhos, que estão também em um CD, que acompanha todas as informações que os médicos, terapeutas, psicólogos e pais devem ter para ajudar no desenvolvimento de suas crianças com lesões no cérebro. Ele contém a contribuição que foi editada por Lúcia Willadino Braga e Aloysio Campos da Paz Júnior, de profissionais do SARAH e do exterior, como Universidade de Edimburgo, Londres, Toulane, Departamento de Escolas Públicas de Nova Iorque, Universidade de Albane e de profissionais que acompanham o trabalho dos editores no SARAH.

crianças com lesões, transtornos e traumas no cérebro.

Esse livro deve ser lido não somente por suas lições práticas, mas por sua profunda lição sobre as possibilidades de institucionalizar um tratamento médico efetivo e humanizado, que deveria servir de padrão para ao mundo. Quem ousaria dizer que está fazendo o bastante quando não estiver alcançando o nível de ciência e cuidado que é a experiência diária da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação e da comunidade por ela servida.

Michael L. Cole – Professor Emérito em Comunicação, Psicologia, Pensamento Comunicação e Desenvolvimento Humano na Universidade de Stanford Professor em Cognição em Inteligência da Universidade da Califórnia (Reconhecidamente é a maior autoridade mundial em Neuropsicologia e Desenvolvimento Humano)

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao Senador César Borges, pela Liderança do PFL.

Em seguida, usará da palavra, como orador inscrito, o nobre Senador Antero Paes de Barros e, logo em seguida, o nobre Senador Leonel Pavan.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs Senadoras, Srs. Senadores, decorridos mais de três anos de governo, podemos dizer, com toda certeza, que o espetáculo do crescimento que foi anunciado pelo Presidente Lula, lamentavelmente, para o Brasil, não aconteceu.

Era muito difícil que acontecesse, pela fraqueza desse Governo, pela falta de compromisso desse Governo com o País e o seu povo no que é essencial, porque, sem crescimento, não teremos diminuição das desigualdades sociais, dos índices de miséria, dos índices socioeconômicos que tanta tristeza causam à figura do nosso País no cenário internacional, colocando a população em tão lamentável situação.

Sr. Presidente, enquanto a economia internacional experimenta um dos melhores momentos já vividos no desenvolvimento mundial e nas últimas décadas, as projeções estão indicando que o Brasil não decola. Ele está com um crescimento pífio, medíocre. Cresceu pouco mais do que 2%, cerca de 2,3% – os números definitivos de 2005 ainda sairão.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, vamos ter um crescimento pior do que o de todo o continente americano, com exceção do Haiti. O Brasil só vai crescer mais do que o Haiti, que vive uma desestruturação política e econômica total.

Por incrível que pareça – e aí está o paradoxo –, há pessoas no Governo satisfeitas com esse baixo crescimento do Brasil. Há pessoas comemorando o fato de o Brasil não ter crescido à taxa de 5 a 6%. Sabem quem são eles, Srs. Senadores? Aqueles do setor elétrico, do Ministério de Minas e Energia, a Chefe da Casa Civil, Ministra Dilma Rousseff. Por que isso, Senador Marco Maciel? Porque, se tivéssemos crescido a 5%, estaríamos vivendo um apagão, uma falta de energia para suprir as necessidades do nosso País.

É incrível esse paradoxo! Todos queremos que o Brasil cresça. Mas, se isso tivesse acontecido, devido a uma política econômica traçada no início deste Governo, não teríamos sustentado esse crescimento, pois a política energética que esse Governo dizia estar reinventando para o País não aconteceu.

Então, os especialistas do setor de energia torcem para que o Brasil não cresça, porque não haveria oferta suficiente de energia. Esse “novo modelo energético”, entre aspas, que foi implementado, há mais de dois

anos, pelo atual Governo, pelo Governo do Presidente Lula, que o fez através da Medida Provisória nº 144, de 2003, que foi transformada na Lei nº 10.848, mostra-se, até agora, um grande fracasso. Haja vista, Sr. Presidente, o fato de não conseguirmos gerar energia nova para o País. Haja vista o que mostram os últimos leilões de energia. Hoje, temos energia velha, energia nova, energia “botox” velha, energia “botox” nova, tudo isso decorrente de uma medida provisória do Governo. Denunciamos aqui, à época, que isso não iria resolver o problema energético.

Hoje o País sabe que, se voltarmos a crescer nos índices que desejamos, teremos sérios problemas de oferta de energia, porque, lamentavelmente, não geramos nova energia para que o País enfrente um surto de crescimento, como todos nós desejamos.

Hoje, estima-se que a energia gerada pela eletricidade das usinas, concedidas em leilão, no dia 16 de dezembro de 2005, com certeza, será uma energia mais cara, pois poderá ter um custo adicional, que será pago pelo consumidor brasileiro, de mais de um bilhão de dólares, Sr. Presidente.

Hoje, em artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, o Professor José Goldenberg, Secretário do Meio Ambiente de São Paulo, diz o seguinte: “O brilhante novo modelo do setor elétrico está levando o País a abandonar sua vocação natural, que é o uso do seu abundante potencial hídrico – que produz energia limpa e renovável –, em claro contraste com as alternativas que o modelo privilegiou”.

Diante do fracasso do novo modelo, restou ao Presidente da Eletrobrás e ao Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, EPE, criado lá atrás, na medida provisória do Governo, culpar os órgãos ambientais.

Então, hoje o grande culpado são os órgãos ambientais, que retardam as licenças necessárias à implantação. Ora, por que jogar a culpa nos órgãos ambientais quando há um equívoco de origem nesse chamado novo modelo energético?

Sr. Presidente, durante a votação da Medida Provisória nº 144, apesar de ter havido um acordo para sua aprovação, tive a oportunidade de, desta tribuna, alertar para esses graves problemas que aquela medida provisória iria acarretar no País.

Lamentavelmente, ela foi aprovada e hoje estamos sofrendo esses efeitos. Eu disse à época, Sr. Presidente, que a medida provisória era inconstitucional porque deveria ter sido enviada como projeto de lei para esta Casa. É uma exigência da própria Constituição para um tipo de matéria como aquela. Lamentavelmente, essa regulamentação do modelo do setor elétrico foi encaminhada por medida provisória. Não havia também, Sr. Presidente, a urgência que alegava a Medida

Provisória nº 144, porque o Governo Federal teve todo o ano de 2003 para remeter o projeto de modificação do setor, mas só o fez no final daquele ano, utilizando esse instrumento impróprio e antidemocrático, tão condenado por esta Casa que aprovamos a sua modificação por meio de um projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Se era tão urgente e relevante – questionávamos à época –, por que não foi encaminhada nos primeiros meses do Governo? Afinal, o novo modelo já estava pronto e fazia parte do próprio programa do novo Governo do PT. O documento intitulado *Diretrizes e Linhas de Ação para o Setor Energético Brasileiro*, elaborado por técnicos ligados ao Partido dos Trabalhadores, entre os quais a própria Ministra de Minas e Energia, Srª Dilma Rousseff, hoje Ministra-Chefe da Casa Civil, foi apresentado na campanha eleitoral e seria a solução para a questão energética brasileira.

Lamentavelmente, se olharmos o mérito daquela medida provisória, vamos verificar que os representantes do setor privado que tinham alertado por diversas vezes que a Medida Provisória nº 144 não era a saída para a questão energética brasileira não foram ouvidos. Eles diziam, em audiência pública de que participaram, que, quanto ao mérito, essa medida provisória aumentava o risco para o setor, onerava o custo de capital e inibia novos investimentos privados. Lamentavelmente, é isso que está ocorrendo hoje no setor de energia.

Mais um ponto, Sr. Presidente: o enfraquecimento da Aneel. O texto proposto retirava da Aneel uma série de competências e as transferia para o Ministério de Minas e Energia – novamente, o Estado crescendo em detrimento do consumidor brasileiro e da liberdade da iniciativa privada. Essa centralização das decisões no Ministério de Minas e Energia – dizíamos nós há dois anos, Sr. Presidente, – geraria uma tendência de politização e instabilidade das regras com alternância de poder.

Essa opinião era comungada com o Ipea, órgão do próprio Governo, sobre o modelo proposto naquele momento e em vigor hoje, sem resolver os problemas energéticos do nosso País. Consta do relatório do Ipea publicado no mês de setembro de 2003:

O novo modelo não amplia asseguranças regulatórias do mercado de energia. Contrariamente, o novo modelo de *pool* enfatiza o papel de um órgão central planejador, que compra do gerador os riscos de demanda hidrológicos, mas, contrariamente, pode tornar o sistema mais vulnerável a riscos regulatórios e, portanto, menos eficiente e mais caro.

Para reforçar ainda mais o fracasso do “novo modelo” do setor energético, matéria muito recente do

jornal **Valor Econômico** mostra, Sr. Presidente, que o pacote de projetos de hidroelétricas que será levado a leilão em maio pelo Governo Federal não está animando, de forma alguma, os investidores privados do setor elétrico.

Segundo a reportagem, o Presidente da Associação dos Produtores Independentes de Energia, Apine, Luiz Fernando Vianna*, declarou que os investidores privados estão sem apetite para investir na produção de energia no País.

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, já estou concluindo.

Ele lembrou que, no último leilão, 69% da energia comercializada veio das estatais. O setor privado não está investindo no setor, não tem confiança para continuar investindo em geração de energia nova para o País.

Portanto, Sr. Presidente, lamentavelmente os fatos mostram que é preciso que haja rapidamente uma correção de rumo no setor elétrico, sob pena de que esses efeitos perversos do chamado “novo modelo”, implementado pelo Governo do PT, pelo Governo dos trabalhadores, que falava do espetáculo do crescimento, sejam sentidos apenas na próxima administração.

Hoje, o setor ligado ao Governo que cuida da parte de geração de energia, para suprir as nossas necessidades, está comemorando que o Brasil não cresceu. Regozijam-se pelo fato de que o Brasil não cresceu, caso contrário o modelo estaria totalmente desmascarado e seria evidente o fracasso.

Sr. Presidente, se nada for feito, os efeitos danosos serão sentidos na próxima administração, quando lamentavelmente não teremos mais tempo hábil para reverter rapidamente esses equívocos e dar aquela base tão importante, que é a energia, para a retomada do crescimento econômico do País.

Fica o nosso protesto, Sr. Presidente. Há dois anos abordamos esse assunto desta Tribuna. A realidade está mostrando que, mais uma vez, este Governo fracassou, como em tantos outros programas que lançou, como Primeiro Emprego, Farmácia Popular, que verificamos que foram factóides, mas que não serviram à população brasileira.

Hoje, se o Brasil voltar a crescer como desejamos, lamentavelmente não teremos infra-estrutura portuária, ferroviária, rodoviária e energética.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Senador César Borges, o Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador César, V. Ex^a me permite um questionamento rápido?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muito prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sei que V. Ex^a e o Senador Rodolpho Tourinho têm se envolvido bastante com o problema de energia. Pergunto se essa isenção de impostos para o dinheiro que vem de fora vai servir só para a Bolsa ou se é para energia também.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, Sr. Presidente, essa isenção é apenas para aplicação em títulos do Governo Federal, é para rolar a dívida do Governo Federal. Não vem recurso algum para aplicar em infra-estrutura, até porque não há confiança nos padrões regulatórios do País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– É que eu estive em Portugal, numa reunião de empresários, e eles queriam investir em energia alternativa, em gás e tal. Eles disseram que não existia uma política estabelecida legal – isso ocorreu há três anos –, e não existe até hoje.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Essa é a triste realidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Achei que esse dinheiro ia ajudar nos investimentos em infra-estrutura. Era a minha esperança.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É só para compra de títulos, títulos do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado, Senador, e desculpe-me incomodá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra, o Senador Antero Paes de Barros e, em seguida, o Senador Leonel Pavan.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, pergunto se minha inscrição continua valendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a é o próximo orador inscrito, depois do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E quanto à alternância?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Falará o Senador Leonel Pavan e, em seguida, V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Desculpe-me, Senador Antero Paes de Barros. Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, celular 8111-7197, da Presidência da República, usado pelo Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e por seu secretário particular Ademirson Ariovaldo da Silva.

Matéria do **Correio Braziliense**: “Quebra de sigilo revela mais de trinta mil ligações do celular”. Os campões de ligação são integrantes da “República de Ribeirão Preto”: Rogério Buratti, Vladimir Poletto, Ralph Barquete. Outros do circuito de Ribeirão Preto: empresário Roberto Colnaghi, empresário Roberto Carlos Kurzweill, Marcelo Franzine. Outro lobista: Carlos Eduardo Valente, consultor do Banco Prosper, bastante conhecido no mercado financeiro.

“Alegação” – ainda matéria do **Correio Braziliense**:

“todos eles eram conhecidos ou amigos de Ademirson e ligavam para conversar amenidades no horário de trabalho, especialmente no período das negociações do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a GTech”.

Descobrem-se agora também ligações de empresários e entidades empresariais importantes. Há ligações da Fiesp, da Febraban – Federação Brasileira de Bancos –, da Construtora Constran, do Grupo Odebrecht, do Banco Bradesco e até ligações do ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga.

Esse Ademirson realmente tem muitos amigos, e amigos fortes. Ele fala com todos. Conversa amenidades até com o ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga. É essa a explicação oficial.

Os figurões do PT também são *habitués* da quebra do sigilo revelado pela matéria do **Correio Braziliense**. Os famosos Delúbio Soares e Sílvio Land Rover Pereira, D. Martha Suplicy, ex-Prefeita de São Paulo, e o Multinacional Luís Favre viviam ligando para o tal celular. Mais do que isso, o ex-Ministro José Dirceu e o primeiro amigo e grande assessor de Dirceu, o funcionário da Assembléia de São Paulo, Roberto Marques, aquele Bob Marques.

Mais do que isso, até o advogado Roberto Teixeira, compadre do Presidente Lula, sócio de Antonio Celso Cipriani na Transbrasil, ligou para o celular de Ademirson Ariovaldo da Silva. Sem contar as ligações da Petrobras, do Banco Central, do Banco do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional – vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores –, do gabinete do Comandante do Exército Brasileiro, Ministérios do Planejamento, de Minas e Energia, do Desenvolvimento, entre outros,

Deputados e Senadores, Superior Tribunal de Justiça, e vai por aí afora.

A matéria do **Correio Braziliense** diz que a quebra de sigilo é parcial, mas é reveladora.

Esse Ademirson é demais! Palocci disse que ele é humilde, que prepara sua agenda do dia-a-dia, carrega sua pasta e atende os telefonemas, passando as ligações – só as mais importantes. O Ministro esconde o grande talento de Ademirson, para não perder o fiel assessor que o acompanha há 17 anos.

Embora acreditando no Palocci, fica a suspeita de que o telefone é, de fato, usado pelo Ministro da Fazenda. Tudo leva a crer que é.

Com tantas ligações, é o Ademirson, aquele humilde secretário, que participa de todas as ligações? Essa é uma questão básica que precisa ser esclarecida. A CPI precisa, no mínimo, ter certeza se o número 8111 71 97 é do Ministro Palocci ou do humilde Secretário Ademirson. Nem que para isso tenha de, pela primeira vez, convocar o Palocci. Ou nem que para isso tenha de reconvocar o Ademirson.

Podemos, por escrito, pedir esclarecimentos a essas autoridades todas que aparecem no sigilo do humilde Ademirson para que elas expliquem por escrito. Por exemplo, encaminhar ao Presidente da Fiesp, ao Presidente da Febraban e a outras autoridades aqui detectadas na quebra do sigilo a fim de que esclareçam, por escrito, com quem falaram, o que falaram, quem atenderam ao telefone.

Sr. Presidente, esse humilde Ademirson é demais. Palocci falou a verdade, a absoluta verdade, na CPI dos Bingos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Antero Paes de Barros.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, pela Liderança do PSDB. Em seguida, ao Senador Sibá Machado, como orador inscrito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero aqui comunicar que o setor moveleiro da região do Planalto Norte de Santa Catarina encontra-se a ponto de bala. Os trabalhadores estão revoltados e querem fechar a BR-280, conforme notícia de ontem, e acabaram fazendo protesto para chamar a atenção do Governo Federal. É claro, um protesto sem a baderna que o PT fazia no passado, um protesto civilizado, a fim de que a sociedade pudesse entender por que estavam reclamando, já que no passado a bagunça petista era generalizada, protestava-se por tudo, e hoje não querem que ninguém proteste.

Pelo menos 500 trabalhadores das indústrias moveleiras do Planalto Norte catarinense ameaçaram e fecharam a rodovia BR-280. A manifestação serviu para chamar a atenção dos Governos Federal e Estadual para a crise que afeta o setor desde o ano passado.

A indústria moveleira sofre com a desvalorização do dólar e teve queda de 24,5% nas exportações em janeiro, segundo a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

“O mesmo móvel que se vendia a US\$100,00, agora precisaria ser vendido a US\$130,00, mas os clientes aceitam no máximo pagar US\$105,00.” Quem diz isso é o Presidente do Sindicato da Indústria da Construção e do Mobiliário de Rio Negrinho, Sr. Carlos Matos.

Uma das maiores exportadoras brasileiras do ramo, que funciona em São Bento do Sul, demitiu funcionários, reduziu os salários em 17% e parou a produção nas sextas-feiras por falta de pedidos. Como consequência, as empresas terceirizadas também passam por dificuldades. Uma delas, que funciona em Rio Negrinho e tinha 140 funcionários, agora mantém 80 funcionários e deu férias coletivas neste mês. As empresas estão definhando.

“Nossas empresas estão definhando. A situação é gravíssima. E, se continuar assim, todas vão fechar”, diz o Presidente, Sr. Matos.

Juntos, São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre respondem por 40% das exportações brasileiras de móveis, com US\$ 400 milhões faturados no ano passado.

Em agosto passado, o Deputado Fernando Coruja, o Deputado Paulo Bauer e eu conversamos com o Ministro Luiz Fernando Furlan, Sr. Presidente, mas até agora nada.

Isso é lamentável, porque empresários se deslocaram de seus Estados, de suas cidades, vieram a Brasília, conversaram com o Ministro do Planejamento, com o Ministro da Fazenda, com diversos setores do Governo, e até agora nada. E quando digo nada, é porque se trata de um Governo do nada. Que apenas leva as coisas com a barriga, empurrando, fazendo discursos fáceis, tentando comover justamente os mais simples, as pessoas menos informadas, com um discurso de que governa para os pobres.

Ora, aqui está o exemplo de que este Governo, que diz que gera empregos e que governa para os pobres, mente, porque, ao não atender essas empresas e milhares de outras, como as micro e as pequenas empresas e as empresas terceirizadas, o desemprego e a fome aumentam.

Aliás, esse Governo, que está à beira do abismo, anda desequilibrado. O próprio Presidente, lamentavel-

mente, usa os meios fáceis, os equipamentos do Governo, o aerolula ou outros para se beneficiar e até se promover politicamente; usa o discurso fácil, o discurso para aquelas pessoas que às vezes se comovem com apenas R\$60,00 por mês do Bolsa-Família. O Governo, desequilibrado, jogou a ética para o espaço. Pregava a ética no passado, mas hoje não dá bola. Aliás, ética é o que não existe. A falta de ética não é apenas roubar; é também não cumprir compromisso. A falta de ética é quando se mente da forma como esse Governo mente. Quando criou o Programa Fome Zero, o Presidente dizia que não teria coragem de retornar às praças públicas, às ruas se encontrasse alguém passando fome e que todos teriam o direito de, no mínimo, fazer três refeições diárias. Estamos encontrando, a cada dia que passa, pessoas mais desesperadas, pessoas com fome, sem a devida assistência.

O espetáculo do crescimento, prometido pelo Presidente, lamentavelmente também ficou no discurso. Aliás, o Brasil cresceu: cresceu mais do que o Haiti, pelo menos não está em último lugar. O Presidente Lula é capaz de se vangloriar, dizendo que o Haiti cresceu menos do que nós. Aliás, disseram que o Paraguai está dando um banho em nosso País em relação ao crescimento. É o que mais se comenta.

Sr. Presidente, hoje recebemos aqui em Brasília inúmeros Prefeitos da minha região, da região da Amfri: o Prefeito Clóvis, de Itapema; o Prefeito Júlio, de Bombinhas; o Prefeito Edinho, de Camboriú; o Prefeito Leonel, de Piçarras; o Prefeito Coelho, da Penha; o Vice-Prefeito Antônio, de Camboriú. Todos eles, Sr. Presidente, estão retornando a Brasília na esperança, na expectativa de que seus projetos sejam aceitos, de que seus recursos sejam liberados.

Por inúmeras vezes, discutimos aqui a questão da liberação do Orçamento, daquilo que aprovamos, das emendas individuais, dos recursos que seriam destinados aos Municípios para pavimentação de ruas, implantação do sistema pluvial, do sistema cloacal, aquisição de veículos para atendimento aos estudantes, investimentos em meio-ambiente, infraestrutura, na qualidade de vida dos seus Municípios. Muitos Prefeitos de pequenas cidades ficariam contentes porque estariam recebendo cem mil, duzentos mil, trezentos mil...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Leonel Pavan, permita-me um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu vou conceder um aparte ao Senador Mão Santa, com muita honra, porque S. Ex^a também foi Prefeito e sabe o quanto os Prefeitos sofrem quando se deslocam de seus Municípios em busca de recursos, mas chegam aqui e são maltratados ou enganados. Eles trazem uma

mensagem de esperança e, lamentavelmente, o seu sonho e esperança não se concretizam.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a representa a responsabilidade pela obediência à Constituição. V. Ex^a está aí, porque foi Prefeito de Camboriú.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por três vezes.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Por três vezes. Era possível Prefeito se tornar líder estadual, hoje nacional, como é V. Ex^a. Jamais isso vai ocorrer por causa da ignorância – que é audaciosa – da Presidência da República e do PT, que desobedecem à Constituição, a Constituição Cidadã, de 5 de outubro de 1988, beijada por Ulysses Guimarães, que disse: “Desobedecer à Constituição é rasgar a bandeira; é abrir uma cova e enterrar as liberdades”. Eu sei o que é isso. A Constituição Federal diz que o bolo de arrecadação – e nunca se arrecadou tanto – é assim dividido: 53% para a União, para o Presidente Lula; 22,5% para os Governos dos Estados; 21,5% para todos os Municípios; 2% para os fundos constitucionais. Aí são 100%. Atentai bem! O Presidente Lula, na sua irresponsabilidade e na sua ignorância para a obediência à Constituição, garfou dos Prefeitos, que só estão a receber 14%. Uma gravidade: o bolo dos Prefeitos foi ainda pior, porque aumentou-se o número de prefeituras. Então, eles estão em dificuldade. Jamais Prefeitos se tornarão como V. Ex^a, porque, no tempo de V. Ex^a, a Constituição era obedecida.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa, que foi Prefeito e tem a admiração e o carinho de todo o nosso País.

Sr. Presidente, permita-me mais um minuto para concluir.

Eu fiz um apelo ao Líder do Governo, fiz um apelo ao Tião Viana, ao Mercadante, a várias pessoas ligadas ao Governo, dizendo que não é possível que, só porque sou Oposição, só porque cumpro o papel incumbido pela população de fiscalizar, de exigir, de não ficar aqui apenas fazendo continência ao Governo, não é possível que eu não consiga liberar os recursos aprovados constitucionalmente. Não é possível, Presidente.

Os Prefeitos de Camboriú e Itapema estão aqui assistindo à nossa sessão. Um deles tenta recuperar uma emenda no Ministério do Turismo. E eu tenho defendido o Ministro Walfrido como um dos melhores desse Governo. O outro é o Prefeito Edinho, de Camboriú, que preparou um projeto, encaminhou a licitação, convocou a população e foi assinar o convênio, Senadora Heloísa Helena. Na hora de assinar, a Caixa Econômica comunicou que o recurso não tinha sido

empenhado no final do ano. Primeiro, a Caixa comunicou que em tal hora seria assinado o convênio; logo após, responsabilizou o Governo. Na verdade, quem empenha é a própria Caixa. E nada aconteceu.

Permita-me conceder um aparte à Senadora Heloísa Helena, Sr. Presidente, dando-me mais um tempo.

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Agradeço ao Senador Romeu Tuma pela delicadeza e a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan. Eu quero deixar a minha solidariedade aos Prefeitos que, certamente, por serem vinculados politicamente a V. Ex^a, estão sendo até perseguidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É do PFL, do PT, do PMDB, do PSDB. É porque eu pedi e apresentei.

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Eu sei. A minha solidariedade é até lógica. Não que eu esteja legislando em causa própria, mas porque falei várias vezes nesta Casa. Infelizmente, é quase uma sina, Senador Romeu Tuma. Quando eu era Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique, vivenciei isso. Hoje, por ser Oposição ao Governo Lula, vivencio do mesmo jeito. Infelizmente, está instituído que o que possibilita a liberação de emendas é um balcão de negócios sujos estabelecido na relação promíscua governante de plantão, Palácio do Planalto e Congresso Nacional. Infelizmente. Essa é a minha solidariedade. Imagine: eu, que não tenho e nunca tive nenhuma relação político-partidária com nenhum Prefeito, nem quando era do outro Partido. Hoje, pior ainda, porque o nosso Partido é novo. Mas eu me sinto na obrigação de identificar o diagnóstico das populações pobres do meu Estado, e, independentemente de quem seja o prefeito e em que partido ele esteja, eu coloco a emenda, e eles não liberam, porque não sou da base de bajulação. Eles não liberam porque, infelizmente, está instituído que tem que ser da base de bajulação, tem que deixar botar uma etiqueta na testa para dizer qual é o preço e, portanto, liberar ou não as emendas. Por isso, a minha solidariedade a V. Ex^a. Mais uma vez, o meu repúdio a esse tipo de promiscuidade, essa relação de compra e venda, que é uma relação apodrecida que desestimula quem é honesto, desestrutura a pequena e frágil democracia representativa brasileira. De uma coisa V. Ex^a tenha certeza: tem a solidariedade, mas não é o único porque, para se conseguir liberar emenda de bancada ou individual, tem que ser, infelizmente, parte do balcão de negócio sujo ou da promiscuidade da relação Palácio do Planalto/Congresso Nacional.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senadora Heloísa – para finalizar, Sr. Presidente –, quando fui Deputado Federal, eu era do PDT e não posso recla-

mar do governo passado porque, com uma emenda apenas, consegui liberar R\$8,4 milhões para fazermos uma rodovia que integrava comunidades e regiões pobres. Conseguí, mesmo sendo do PDT e fazendo oposição. O que não entendemos, Senador Romeu Tuma – e V. Ex^a certamente concorda – é por que municípios pequenos, municípios que precisam, não são atendidos como deveriam. Será que esses prefeitos poderiam processar o Presidente como ameaçam processar quando falam mal do governo? Será que os prefeitos acharam um mecanismo, uma forma de levar à Justiça para que sejam liberados os recursos? Não é possível que o PT dê mais um péssimo exemplo para a Nação brasileira.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para fazer um comunicado grave à Casa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá, pela importância da comunicação de S. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá permitiu que eu usasse a palavra pela ordem neste instante porque o comunicado dele é mais extenso, e nós precisamos ouvir o que ele tem para falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Magno Malta, há oradores inscritos. Estamos abrindo uma exceção pela gravidade da comunicação que ele vai fazer.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, é rápido, trinta segundos. Por favor, me inscreva pela Liderança do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estou com saudades de V. Ex^a. V. Ex^a está inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também estou com saudades de V. Ex^a.

Quero comunicar à Casa a presença do Pastor Marcos. Este homem tem um dos ministérios mais brilhantes do Brasil nos presídios do Rio de Janeiro, desde Bangu I, que é presídio de segurança máxima, a todas as favelas do Rio de Janeiro. Realiza uma obra de recuperação de pessoas dependentes e envolvidas com o tráfico das mais invejáveis. É um homem que chega ao baile funk, no sábado, em qualquer morro do Rio de Janeiro, toma o baile funk, pára a confusão, tira pessoas de cativeiro prontas para morrer, com a autoridade espiritual que tem e o respeito das comunidades.

Por essa razão, pedi ao Senador Romero Jucá que me concedesse a oportunidade de falar, para re-

gistrar a presença de alguém que presta um dos mais relevantes serviços ao País. Está acompanhado do Vaguinho, sambista conhecido no Brasil, dos Morenos, que hoje, convertido, abandonou as drogas. Era um sambista respeitado, mas drogado. Abandonou as drogas, num trabalho feito pelo Pastor Marcos, e hoje canta uma música bonita intitulada "O dono da boca". É o seu mais novo sucesso. Ele diz que é o dono da boca, mas a boca que ora, a boca que chora, a boca que adora. Ele é o dono da boca.

Portanto, estou muito honrado – porque recuperei drogados também – de ter aqui o Vaguinho, que é meu colega de música, e o Pastor Marcos, que faz esse trabalho simplesmente significativo para o Rio de Janeiro e para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa se incorpora à saudação que V. Ex^a faz. Eu sei o que representa a religião dentro dos presídios, pois afasta o jovem do consumo de droga. Eu sei, eu tenho experiência e sofri muito com tudo que vi durante cinqüenta anos da minha vida na Polícia.

V. Ex^a os saúda, e eu o apóio inteiramente, em nome da Mesa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, quero fazer um registro, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em seguida.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, vou fazer o registro da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Senadora quer fazer o requerimento enquanto o Senador Jucá assoma à tribuna?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esta Casa está de parabéns, pois aprovamos a alienação das terras de dois Municípios no Estado do Pará, Municípios de Aveiro e de Belterra, antigos projetos de Henry Ford e que hoje retornam ao Município.

Quero parabenizar não só o povo do Pará, especialmente desses dois Municípios, mas esta Casa, que aprovou como segundo item da pauta. Dentro de um ano, o Poder Executivo terá que regularizar para repassar aos Municípios de Aveiro e de Belterra – o Prefeito de Belterra, Geraldo Pastana, o Senador Sibá conhece bem; essa medida resolverá grandes problemas que eram criados porque praticamente toda a área do Município era da União.

Era esse o registro importante para o nosso Estado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, lamentavelmente, trago à tribuna um fato extremamente grave ocorrido no meu Estado e

que diz respeito não só à minha pessoa, mas ao Senado Federal.

Há poucos minutos, o meu gabinete, na rua Victor Hugo, nº 106, Bairro do Canarinho, em Boa Vista, Roraima, foi invadido por pessoas ligadas ao Governo do Estado. Pessoas da assessoria de comunicação do governador entraram no meu gabinete, filmando, tentando intimidar as pessoas, e nós reagimos e chamamos a Polícia.

Essa situação tem-se repetido. Há alguns dias, a minha residência, em Roraima, foi invadida pelo helicóptero que presta serviços ao Governo do Estado, para fazer filmagens dentro da minha residência.

Temos sido atacados diariamente pela rádio pública do Governo do Estado, que, aliás, ainda tem um sinal dado pelo Governo Federal. Portanto, a rádio Roraima AM é uma rádio cujo sinal ainda é do Governo Federal, mas é usada, todos os dias, para me atacar, achincalhar a minha honra, da minha esposa, dos meus filhos e dos deputados de Oposição.

Quero registrar que já comuniquei à Polícia Federal e estou comunicando à Presidência do Senado e ao Ministro da Justiça, porque é um absurdo o andamento das coisas no Estado de Roraima.

Eu responsabilizo o Governador Ottomar Pinto. Ele pensa que ainda está no tempo da ditadura; ele pensa que ainda está no tempo em que as pessoas vão abaixar a cabeça para ele no Estado. Não vamos. Ele está desesperado por conta da eleição. Mas nós estamos o tempo todo, mesmo recebendo essas agressões, Senador Romeu Tuma...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não é permitido apartes, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Quero registrar, Sr. Presidente, que mesmo com todas essas provocações, com todas essas agressões, nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – É claro que todo o Plenário está solidário com V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Claro, eu sei disso. Sei que a posição das Sr^{as}s e dos Srs. Senadores desta Casa é pela democracia, pelo respeito e pela responsabilidade. O governador está usando dinheiro público, pagando pessoas da área de comunicação para ficar atocando, fazendo emboscada e armação para as pessoas que lhe fazem oposição no Estado. É uma posição antidemocrática, irresponsável e bastante negativa.

Mas, apesar de tudo isso – tenho dito reiteradas vezes e quero reafirmar aqui –, nesta campanha, nós não vamos baixar o nível, Presidente Romeu Tuma. Vamos fazer uma campanha de propostas, apresentando o que

entendemos que está errado no Estado e a forma como queremos mudar o nosso Estado de Roraima.

O Estado de Roraima não merece esse tipo de agressão, que não é feita só a mim e à minha família, mas a toda a população do Estado. Se um governador é irresponsável a ponto de agredir, de fazer isso com um Senador da República, imaginem o que não faz esse bandido com a população comum do meu Estado. Quero dizer que estou indignado. Peço providências à Polícia Federal, peço providências ao Senado, porque foi invadida a minha residência, foi invadido o meu escritório, que é uma extensão do gabinete do Senador do Estado. Os invasores foram presos por nós e entregues à Polícia Civil. Espero que a Polícia Civil do meu Estado, que está sendo tão maltratada pelo Governador, não seja irresponsável de tentar distorcer os fatos que ocorreram no meu escritório.

Sr. Presidente, infelizmente, esse era o comunicado que eu tinha a obrigação de fazer à Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Romero Jucá, estou pedindo as notas taquigráficas para encaminhá-las, de imediato, à Presidência da Casa para as providências que se fazem necessárias.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Romeu Tuma, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Senador, como muitas pessoas vão se solidarizar, posso abrir meu pronunciamento tocando no assunto e abrir, em seguida, para os apartes que se fizerem necessários.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Romeu Tuma, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Acho que a solidariedade já está demonstrada. É claro que a Presidência vai tomar as providências. A aflição do Senador Romero Jucá já foi manifestada no Plenário e todos nós estamos solidários. Acho que o tempo para o qual os senhores se inscreveram seria para as comunicações que desejam fazer.

Senador Tião Viana e Senador Mão Santa estão inscritos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, estou no exercício da Presidência do Senado, devidamente delegado pelo Senador Renan Calheiros. Diante da situação descrita por um Senador da República cuja condição de Senador foi violada, porque sua casa foi

invadida, solicito à Corregedoria imediata providência no sentido de apurar exemplarmente o fato e assegurar a devida proteção à autoridade, ao Senador da República, porque o Senado Federal é atingido com ato de invasão à propriedade e à vida pessoal de um Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a. Não se poderia esperar outra providência com V. Ex^a na Presidência.

Convoco o Diretor da Polícia do Senado para que compareça imediatamente à Mesa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa. Senador Sibá Machado, V. Ex^a já pode se dirigir à tribuna.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Romero Jucá, prestamos nossa solidariedade a V. Ex^a e, sobretudo, à extraordinária Prefeita Teresa Jucá.

Senador Romeu Tuma, recentemente, li um livro de Márcio Moreira Alves, parlamentar extraordinário, que combateu a ditadura e que esteve ameaçado de perder seu mandato. Ele escreveu uma retrospectiva sobre o Brasil e buscou, na administração de Teresa Jucá, o melhor modelo administrativo.

Prestamos a nossa solidariedade e o respeito. A Prefeita e o Senador Romero Jucá são figuras extraordinárias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado e, em seguida, ao Senador Rodolpho Tourinho para uma comunicação urgente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Senador Romero Jucá, em primeiro lugar, presto também minha incontestável solidariedade a V. Ex^a. É a diferença de pensamentos que move a política. Se houvesse unanimidade, não haveria o instituto da política. É claro que é nas contradições que se aperfeiçoam o andamento e o bem-estar de uma sociedade. Não podemos admitir que métodos dessa natureza sejam a forma de expressão das contradições do pensamento.

Fica aqui a minha solidariedade e a de minha Bancada que, com certeza, também gostaria de manifestar-se. Podemos até expressar esse fato, por meio de uma nota que ainda vou solicitar à minha Bancada. Que possamos encontrar um termo, bastante agradável a todos, para resolver os nossos problemas.

Sr. Presidente, quero saudar – um pouco tardivamente, mas não tanto – a minha companheira, a guerreira Senadora Ideli Salvatti. Não estive presente ontem no plenário no horário em que S. Ex^a fez um

pronunciamento, como Líder da Bancada, retomando a brilhante atuação de 2004. É uma pessoa que respeito muito nesta Casa. Creio que não é por menos que S. Ex^a tem o respeito de todos da nossa Bancada. Portanto, foi por unanimidade reconduzida à função.

Não posso desejar boa sorte à Senadora Ideli Salvatti. Creio que aqui não dependemos de sorte, mas de muita concentração. Então, o que posso desejar à S. Ex^a é muita concentração. Portanto, a esta brava companheira e guerreira, desejo um ano de 2006 bem sucedido. Que o êxito de seu mandato continue honrando o povo de Santa Catarina, esta Casa e a Bancada do meu Partido. Que estejamos sempre imbuídos da alegria de tê-la conosco e que contemos com o seu brilhante trabalho.

Sr. Presidente, o que me trouxe à tribuna foi uma matéria do jornal **O Globo**, assinada pela jornalista Ediane Merola, que me provocou muito. É uma questão muito bem debatida e defendida pelo Senador Paulo Paim. Trata-se das quotas para as universidades.

No meio desse debate, ela traz aqui um apanhando do que já existe do exercício dessas quotas nas diversas universidades brasileiras. Ela cita que são 23 universidades que já praticam as quotas e que nessas quotas há reservas para negros, indígenas, estudantes do interior, mulheres e pessoas de baixa renda.

Senti-me motivado a tratar desse assunto e quero fazer um breve relato do que pude apanhar dessa matéria, Sr. Presidente.

Primeiro, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Estadual da Bahia já praticam essa quota e destinam uma reserva de 45% de vagas para estudantes originários de escolas públicas, vagas que são divididas entre negros, pardos e índios. A medida lá está tão bem sucedida que o reitor da federal acredita que, daqui dez anos, esse procedimento será natural. Não haverá mais necessidade das quotas.

Desde 2003, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul oferece 20% das vagas para negros e 10% para indígenas.

A Universidade Federal do Tocantins destina 5% das vagas do vestibular para indígenas.

A Universidade Estadual de Goiás destina também uma parcela para negros, índios, estudantes de escolas públicas e portadores de necessidades especiais.

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul destina 50% de vagas para alunos carentes e 10% dessas vagas são destinadas a portadores de deficiências.

A Universidade do Estado do Amazonas reserva 50% das vagas dos cursos de saúde, como Medicina, Enfermagem e Odontologia, para quem estudou pelo

menos oito anos num dos 61 Municípios do interior do Estado. A população indígena tem prioridade no vestibular.

A Universidade Federal de São Paulo aumentou em 10% a oferta de vagas no vestibular para que os alunos que ingressam pelo sistema universal não se sintam prejudicados. Cotas foram instituídas para afrodescendentes e indígenas.

“Subcota para mulheres”: a Universidade Federal de Alagoas, além de destinar cotas para negros e carentes, abre agora uma possibilidade para mulheres negras e carentes.

Na Universidade Estadual de Mato Grosso, há cotas na contratação de professores: 5% das vagas para o novo concurso serão destinados a docentes negros.

Na Universidade Federal do Pará, 50% das vagas serão destinadas a alunos que cursaram três anos do Ensino Médio em escolas públicas.

Em Minas Gerais, três universidades, a de Montes Claros, a do Estado de Minas e a Federal de Juiz de Fora, todas elas destinam cotas a estudantes que estudaram por pelo menos sete anos na rede pública, 25% das quais preenchidas por estudantes negros.

A UnB, Universidade de Brasília, também reserva 20% das vagas para afrodescendentes. E mais, a Universidade Estadual de Londrina, no Estado do Paraná, destina 40% das vagas para alunos da rede pública e para negros. A Universidade Estadual de Pernambuco, por sua vez, destina até 20% das vagas a alunos egressos das escolas públicas.

Sr. Presidente, diante deste fato, chegou em boa hora o processo de votação na Câmara atinente à criação das cotas nas universidades. Antes de debatermos se isso vai ou não funcionar, se isso vai ou não dar certo, é importante que, se ainda houver alguma dúvida, a Comissão de Educação do Senado convide reitores dessas universidades a relatar essas ricas e bem-sucedidas experiências.

Sr. Presidente, apresentei um projeto ao Senado no sentido de que possamos debater o fim do instituto do vestibular. Gostaria muito que pudéssemos abolir o vestibular, que considero um espectro de maldade, porque se torna uma tortura psicológica e não um critério de conhecimento ou prévio saber.

Nesse sentido, eu, particularmente, confesso a V. Ex^a que, das provas que fiz no vestibular, para o curso de Geografia, na Universidade Federal, apenas em quatro disciplinas tinha plena consciência do que respondi. Nas demais fiz com muita dúvida e fui mais no afã do conjunto das leituras que fiz do que da consciência prática. Desafio o aluno ou aluna que chegue a uma nota máxima de vestibular com total conhecimento

daquilo que lhe está sendo perguntado. E mais: como funil da ultrapassagem do segundo grau para o ensino superior é tão pequeno, é tão apertado que acredito que aqueles que fazem, que constroem as provas de vestibular perdem um tempão mais se preocupando em fazer charadas do que de fato perguntas. Então as perguntas são elaboradas para matar charadas, Sr. Presidente, e não para demonstrar conhecimento profundo sobre a matéria.

Agora fiz uma seleção para um mestrado, no meu Estado, na Universidade Federal do Acre. Fui provocado pela minha esposa, que disse: "Você está fazendo esse mestrado porque quer mesmo seguir carreira acadêmica, ou porque você quer aparecer na carreira política? Eu passei no mestrado. Sr. Presidente, sinto-me duplamente desafiado. Acho que nós, aqui do Senado Federal, temos que contribuir urgentemente para que o ensino no Brasil seja de fato uma prática da ciência, e não uma espécie de instituto do diploma para **status quo, status** social, que as pessoas vendam essa imagem, Sr. Presidente.

Ouço com atenção o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL-ES) – Senador Sibá, meu pronunciamento é no sentido de parabenizá-lo. Acho que V. Ex^a vai encontrar muitos outros soldados para engrossar esse cordão dos que acreditam também na morte do vestibular. Sou daqueles que também entendem como V. Ex^a que essa tortura nem sempre reflete a verdade e, na verdade, hoje, as universidades federais estão à disposição dos filhos dos ricos, porque eles é que fazem bons cursinhos porque o pai tem condições e a maioria chega no cursinho com carro importado. O filho do pobre que sai da escola pública para concorrer a uma vaga na universidade pública não entra, porque o outro que estudou um ano num cursinho mais laureado, mais famoso do seu Estado – e temos bons no meu Estado, como o Darwin, como o Nacional – estão preparados para entrar na universidade federal e as vagas são tomadas por eles. Aqueles que de fato precisavam da escola pública federal vão para o sacrifício, sacrificando ainda mais as suas famílias para fazer uma universidade particular, que custa de R\$500 a R\$700, por quatro ou cinco anos e a instituição que está ali para ganhar dinheiro, porque um inadimplente que paga em média R\$500 durante cinco anos vai acabar arranjando um emprego que paga R\$500, o que não justifica esse investimento. Essa é uma discussão que deve ser feita, V. Ex^a suscita e traz à luz um assunto extremamente palpitante e necessário. Faço coro com V. Ex^a parabenizando-o.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Agradeço profundamente ao Senador Magno Malta e peço que

incorpore ao meu pronunciamento as palavras do nobre Senador. Realmente considero hoje o vestibular uma tortura psicológica. Vestibular não é critério de prévio saber. Não pode ser. É errôneo dizerem que somos todos iguais e que, portanto, o instituto do vestibular é uma forma de igualdade. Até mesmo a Universidade de Londrina – não quis ler toda a matéria – já tem diversos processos contra a quota que já está sendo praticada por lá. Isso foi agora, recentemente! Eu considero muito mais um rigor de preconceito contra pessoas oriundas dessas classes mais desassistidas do que um critério de igualdade que debate. Portanto, sugiro o fim do instituto do vestibular por intermédio deste projeto.

Os critérios, eu voltarei a discuti-los em outro momento para tratar desta matéria em si, porque, hoje, o que quero mesmo é saudar e parabenizar o Senador Paulo Paim, por ter levantado essa bandeira nesta Casa, insistido neste tema, trazido o tema com toda a clareza e por ter sentido e recebido o apoio que recebeu.

Consta na matéria do jornal **O Globo** "que a Câmara dos Deputados acata o instituto das quotas nas universidades públicas do País". E, com isso, nós estaremos...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só mais um minuto, Sr. Presidente.

Estaremos cumprindo o bom precedente, de justiça, de igualdade. Nós não vamos sempre acreditar que ricos e pobres se encontram no mesmo plano porque isso não existe.

Como bem mencionou o Senador Magno Malta, quem procura as universidades particulares hoje, com chances de passar, é oriundo de classes mais abastadas financeiramente. São indiscutíveis os índices e as estatísticas que se fazem.

Assim sendo, Senador Paulo Paim, eu me irmano mais uma vez com V. Ex^a. Considero que temas como este constituem uma dívida do Congresso Nacional com os mais carentes da juventude brasileira, principalmente da juventude brasileira.

Encerro dizendo, Sr. Presidente, que, no meu Estado, hoje, o Governador do Estado, juntamente com toda a classe política, Assembléia Legislativa e bancada federal, colocamos recursos financeiros dentro da Universidade Federal do Acre para que ela esteja nos vinte e dois Municípios, atendendo os indígenas, os negros, os mais desassistidos, os mais pobres, as mulheres e, principalmente, a formação daqueles que têm origem no setor agrário brasileiro, que, hoje estão em pior condição do que aqueles que estão na pior situação nas cidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Muito obrigado a V. Ex^a e parabéns.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

Pela ordem, o Senador aniversariante de depois de amanhã.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria justamente era corrigir algo que aconteceu. Saiu impresso que o meu aniversário é hoje, mas é sexta-feira. Mas os meus amigos já me desejaram feliz aniversário e eu queria dizer que o meu gabinete está à disposição na sexta para receber também os amigos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Mas, quando o Senador é rico comemora, a semana inteira. Acho que foi por isso...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Eu sou rico em felicidade, em alegria, em amigos, que já me cumprimentaram hoje às 7 horas me ligando. Essa é a minha grande riqueza, Senador. Eu queria apenas dizer que é sexta-feira, Presidente Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Perfeito.

Senador Rodolpho Tourinho, por favor, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, enquanto o orador chega à tribuna, queria só dizer ao aniversariante que, já que é sexta-feira e que porventura muita gente pode não estar aqui para abraçá-lo, vamos comemorar hoje mesmo e, se ele quiser pagar o “espetinho de gato”, nós todos vamos aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
Fazendo soar a campainha. – Há orador na tribuna. Eu pediria, por favor, que tivéssemos a paciência para ouvir o interessante pronunciamento do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje tratar de uma questão, no meu entendimento, importante: o microcrédito e o lamentável balanço, mais uma vez, do Banco Popular do Brasil.

Os jornais hoje noticiam que o prejuízo do Banco subiu mais de 100%. É verdade. Em 2004, o prejuízo do Banco foi de R\$25 milhões, passando, em 2005, para R\$ 62 milhões. Isso equivale a dizer que, nesses dois anos – ou nesse ano e meio, porque o balanço de 2004 pega o segundo semestre –, o Banco conseguiu jogar fora todo o recurso que recebeu do Ban-

co do Brasil para a sua instalação. Essa é a primeira constatação.

A segunda constatação é de que foi feita uma carteira de cerca de R\$ 80 milhões, perdendo 65. Dificilmente se pode entender essa matemática, essa aritmética ou o que for. Além disso, o Banco reconhece que 20% da carteira é de recebimento difícil. Pela minha experiência de Banco, quando este diz que 20% da sua carteira, Senadora Heloísa Helena, é de recebimento difícil, isso significa que está perdido. Então, desses R\$ 80 milhões, pode-se levar R\$ 16 milhões de prejuízo.

Esse 20% de difícil recebimento, no setor privado, são de mais ou menos 3%. Então, esse é outro problema do Banco. A tendência é de que essa carteira acabe indo embora praticamente toda. Aliás, foi o que aconteceu no ano passado.

Quero lembrar que, quando discutimos a questão do microcrédito orientado do Banco Popular do Brasil, naquele primeiro ano, o Banco havia gasto R\$24 milhões em publicidade e já anuncava, quando começamos a discutir aqui, que gastaria em 2005 mais R\$20 milhões. Se efetivamente tivesse gasto aqueles R\$20 milhões previstos no orçamento, estaríamos chegando hoje a um prejuízo de R\$82 milhões neste ano, que, junto com os R\$25 milhões do ano passado, atingiria a marca histórica de R\$100 milhões. Felizmente, isso não foi feito. Mas não foi feito porque, aqui no Senado, houve uma grita muito grande. Lembro-me bem da posição de todos os Senadores, em particular do Senador Tasso Jereissati, que comandou efetivamente uma análise muito detalhada desse aspecto do Banco.

Preocupam-me também as explicações dadas pelo seu Presidente, de que o alto custo que a empresa teve para desenvolver seus produtos é que efetivamente contribuiu para esse prejuízo.

Senador Romeu Tuma, Sr. Presidente, isso não pode ser verdade. São produtos que efetivamente o Banco do Brasil já deveria ter a sua disposição, porque é microfinanças. Não há nenhum tipo de desenvolvimento de produto que justifique tamanho prejuízo, sobretudo porque se trata de empréstimo o mais simples possível, de conta corrente o mais simples possível. Não há nenhum produto sofisticado que devesse ter sido desenvolvido.

Além disso, parece-me ainda mais grave que a explicação do Sr. Presidente tenha dado início, enfim, a um processo de reestruturação. Pergunta-se: reestruturação de quê? De um Banco que iniciou em 2004 e apresenta um prejuízo já nesse ano, no ano seguinte. Em um ano e meio, é preciso haver reestruturação? Então, ele foi extremamente mal montado, o que é verdade, para justificar nesse um ano e meio depois – aliás, menos de um ano e meio, pois seria em torno

de um ano – um processo de reestruturação. Processos de reestruturações bancárias são feitos depois de muito tempo, não depois somente de um ano que o banco esteja em funcionamento.

Lembro um outro aspecto. Quando da discussão dessa medida provisória que se transformou em lei, a do microcrédito orientado, aqui no Senado, fizemos um acordo – e uma vez mais não foi cumprido – de que não se faria nada de novo em relação a microcrédito orientado sem que houvesse por parte do Senado uma participação. Falou-se até em uma Comissão que viesse a cuidar desse assunto. Incluíram-me, naquela época, entre os que tratariam desse assunto. E acreditei que isso era para valer. Tive vários contatos com o Banco Mundial, inclusive com o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com as consultoras que montaram esses programas de microcrédito orientado no mundo inteiro, e para nada.

Então, foi mais um acordo. E não deu em nada pelo seguinte. Na semana passada, o Presidente do BNDES, que tem uma verba grande para aplicar em microcrédito orientado, anunciou algo que me deixou também estarrecido. Além de não ter sido cumprido aqui aquele acordo em que deveríamos discutir microcrédito orientado antes de qualquer ação nova, o diretor da área social do BNDES, Maurício Borges, disse o seguinte: “Estamos com pressa”. Eu já disse isso aqui da tribuna, mas repito hoje pela gravidade. “O Presidente quer terminar o ano com resultados.” Então, a expectativa era encerrar o ano com pelo menos R\$ 100 milhões de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados por Bancos públicos às instituições do microcrédito produtivo. Agora complica mais a coisa. Além de terem sido utilizados todos os recursos colocados pelo Banco do Brasil no Banco Popular do Brasil, agora são recursos do FAT, do trabalhador, que serão então empregados até o final do ano por uma razão simples: porque o Presidente tem pressa, quer resultados este ano.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tourinho, quero participar deste debate. Lembro-me do Senador Suplicy, que está ali ao telefone, anunciando isso aqui, como um profeta. E eu, num debate qualificado, disse que seria um desastre. Senador Romeu Tuma, o nosso Tourinho aqui é um dos homens mais competentes deste Senado. S. Ex^a possui a competência do técnico e a sensibilidade do político. Permita-me, Tourinho, eu que o admiro muito, mencionar Jack Welch, considera-

do o empresário do século, da GE. Ele disse que era muito simples, porque tinha espiões, olheiros no mundo todo. Quando havia uma coisa boa, ele copiava, porque inventar era para Einstein. E já existe a coisa boa no microcrédito. Eu dizia ao Suplicy: esse PT está sem rumo. Existe, em Bangladesh, o Professor Yunus, que fez o Grameen Bank. O Presidente Bill Clinton também era aberto à questão da pobreza nos Estados Unidos. Sua esposa, Hillary Clinton, levou o Professor Yunus para conversar ele. E ele dizia que não podia colocar no programa, mas orientou que aceitassem as ações do Grameen Bank e do professor Yunus. Quando governei o Piauí, fiz um banco do povo que não teve falência e funcionou. Quer dizer, faltou humildade do PT em buscar, como o Sr. Jack Welch, experiências de êxito para a pobreza. Existem! A de Bangladesh, do Professor Yunus e do Grameen Bank. Também V. Ex^a e o então Governador Tasso Jereissati foram muito importantes para frear aquela corrupção na qual os investimentos do banco da vida foram desviados para propaganda. Aliás, aquilo começou a detonar o esquema de publicidade e corrupção do PT.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Parte daquela propaganda foi via “valerioduto”. A do ano de 2004. Não tenho a menor dúvida disso. Aliás, comprovado pelas agências de publicidade que receberam.

Afirmo aqui novamente que sou inteiramente favorável ao microcrédito orientado, para não parecer que essa crítica que faço neste momento ao Banco Popular do Brasil seja uma crítica ao microcrédito orientado.

A experiência do Grameen Bank a que V. Ex^a se referiu, Senador Mão Santa, é de mais de 30 anos e deu certo. Existem outras experiências muito boas, como na Indonésia, com mais de vinte anos de experiência. Há experiências também aqui no Brasil: no Paraná, temos uma boa experiência do Banco do Povo, em Londrina, se não me engano; e temos uma experiência até pequena, mas boa, na Bahia.

Então, sou a favor do microcrédito orientado. Está comprovado hoje, por todos os estudos feitos, sobretudo pelo Banco Mundial, que esse é, efetivamente, um dos fatores principais para se combater a pobreza, porque o microcrédito orientado não empresta para o consumo, mas para uma atividade específica.

Nesse aspecto, permito-me também fazer uma comparação com os recursos que são enviados pelo Governo Federal e distribuídos entre as pessoas mais carentes, mas que não cumprem essa finalidade de ter a sua parte produtiva.

Entendo que, na medida em que fizermos um grande esforço para instituir com seriedade o microcré-

dito orientado, aí sim, estaremos usando aquela figura já tão batida, mas que ainda é a melhor: em vez de dar o peixe, estaremos dando a vara de pescar.

Tenho absoluta convicção disso, quero deixar claro, porque inclusive estou trabalhando em um projeto para facilitar essa questão do microcrédito orientado, que é fundamental, por todas as experiências internacionais, para reduzir a pobreza no Brasil, como já ocorreu em outras partes do mundo.

Agradeço a atenção, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Somos nós que agradecemos, pela importância do pronunciamento de V. Ex^a.

Senadora Heloísa Helena, como V. Ex^a está inscrita como Líder há muito tempo, tem prioridade para usar da palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nem se preocupe, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a pode seguir a lista dos oradores inscritos. Estou aqui em uma reunião com o Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– O Senador Magno Malta é o próximo a falar, pelo PL. Mas, se for o caso, há ainda outro Senador inscrito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senador Romeu Tuma, quero agradecer a eficácia de V. Ex^a, o respeito ao cumprimento do Regimento Interno e a delicadeza que sempre teve comigo. Mas não há problema, posso esperar. Eu estava na CPMI dos Correios, estava na Comissão do Salário Mínimo, e há outros Senadores esperando há mais tempo, a quem a Presidência pode conceder a palavra.

Muitíssimo obrigada pela delicadeza de sempre de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Senador Magno Malta, V. Ex^a dispõe de dez minutos, porque vamos prorrogar a sessão para conceder a palavra aos outros e temos somente 12 minutos de tempo.

Sei que V. Ex^a é objetivo, conciso e tem um assunto bastante importante a dar conhecimento a esta Casa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, esta é uma capacidade que não tenho, a capacidade de ser sucinto, mas sou obediente e obedecerei a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Cristo está ao seu lado e saberá orientá-lo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Com certeza.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora Heloísa Helena, candidata a Presidente da República... V. Ex^a é candidata a Presidente da República, não é?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com as bênçãos de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– S. Ex^a é o sol que ilumina esta terra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesse final de semana, tive oportunidade de visitar Mato Grosso e fui a uma cidade muito próspera, Senador Mão Santa, chamada Rondonópolis. Em seguida, fui para outra cidade, a umas seis horas de distância, chamada Lucas do Rio Verde, fazer uma palestra no jantar da Adhonep, para lideranças, empresários. Lugar muito próspero, de terra fértil, que me parece não se identificar muito com o tipo de cidade que temos no Brasil; cidade bem tratada, bem cuidada, onde, com cerca de trinta mil habitantes, o Prefeito dispõe de R\$1 milhão por mês para investimento. Isso é muito difícil, em uma cidade desse porte, no País que temos, Senador Paim.

Lá existem escolas muito bonitas – em uma escola daquelas, creio que o aluno disputa para entrar na escola, não para fugir dela –, com piscinas olímpicas, toda modalidade de esportes, com quadras, alimentação para os alunos. Aliás, o Prefeito de Lucas do Rio Verde recebeu o prêmio, dois anos seguidos, de melhor gestor de merenda escolar. O sujeito conhece gestão mesmo, é um empresário bem-sucedido. Ele estava no jantar. Quero parabenizá-lo, bem como a cidade, que me recebeu com muito carinho, e também a cidade de Rondonópolis.

Essa realidade já não me assusta mais, Senadora Heloísa Helena, mas a cada dia me convenço mais das teses que tenho discutido de que vivemos, na segurança pública brasileira, um momento de exceção. Já há alguns anos não temos presídios decentes; o que temos são depósitos de seres humanos. E, por mais que tenham cometido crimes hediondos e grosseiros – até porque crime é crime – contra a sociedade, não se justifica o tipo desumano de presídio que temos.

Dizia o Senador Mão Santa, há pouco, quando fazia um aparte – e falo mais popularmente, porque não sou tão intelectual quanto S. Ex^a –, que a roda já foi inventada. Ninguém precisa inventá-la mais. Ela já foi inventada, é só copiar.

A Itália tem um sistema prisional em que, pela legislação chamada 41 bis, criada após a morte do Giovanni Falcone, para punir a máfia, o sujeito entra no presídio para cumprir pena, e a sua ficha registra o dia da entrada e também o dia de saída, 17, 20, 15 anos à frente. Naquele dia, ele vai sair. E aquilo é cumprido, Senador Mão Santa.

Além disso, Senadora Heloísa Helena, os presídios são construídos de maneira que a luz do sol entre

na cela, sem a necessidade dos aglomerados criminosos que se fazem nos pátios. Todo presidiário que entra – isso me assustou – recebe um espelho e um fogareiro, sendo que a bomba do fogareiro é de querosene. A cela tem um espaço para seis camas – não são beliches –, uma mesa e um banheiro separado, embora dentro da cela. O sujeito não é obrigado a comer em cima do vaso sanitário. E cumpre sua pena.

Aqueles que cumprem prisão perpétua – que é a pena instituída para a máfia e com a qual tanto sonho para o crime organizado e para os financiadores do narcotráfico no Brasil – têm advogado cedido pela União. Porque aqui o cara é financiador do tráfico e ele mesmo se financia; o sujeito tem vinte, trinta advogados. Nem o sujeito justifica a origem do seu dinheiro, nem o advogado justifica o que recebeu do cliente. São pessoas especiais da sociedade, porque qualquer mortal que ganhe acima de R\$1,5 mil, R\$2 mil, Senador Motta, paga 27,5% de Imposto de Renda na fonte, mas o sujeito recebe R\$1 milhão de honorários do crime organizado e não justifica nada.

Aquele que foi preso por máfia na Itália não tem visita íntima; fala com o filho, até dez anos, fora do vidro; acima de dez anos, é no vidro mesmo. Mas, dentro desses presídios, ainda que de prisão perpétua, há segundo grau, faculdade; o juiz vai lá, não é preciso fazer transporte de preso, pois há uma sala de segurança onde o preso é ouvido; existe trabalho; há presídios terceirizados. Lá, se o sujeito queimar um colchão, ele só deita em colchão de novo na hora em que ele comprar outro. Aqui, nós temos uma balbúrdia.

Hoje dei uma entrevista e disse que, do ponto de vista da segurança pública, é preciso entender três coisas: primeiro, que isso é um bolo; ao cortar esse bolo, Senador Paim, a maior fatia pertence à família, a fatia menor pertence à polícia, e uma menor ainda pertence à classe política.

O cigarro mata dez pessoas por hora no Brasil. A sociedade hipócrita de bêbados e fumantes quer que a polícia mate, que acabe na pancada e jogue na vala o menino que está fumando maconha. Bando de hipócritas! Aniversário de criança e festa de 15 anos se comemoram com bebida alcoólica, que é droga. Até em festas religiosas há bebida alcoólica. Hipocrisia!

A classe política não existe para educar ou formar caráter de filho de ninguém, não. A polícia não foi criada para educar filho de ninguém. Os filhos, que são dádivas de Deus para nós, não nos foram dados para serem educados pela polícia. Quem tem de educar filho é pai. Quem tem de educar filho é mãe. Os filhos crescem vendo o pai festeiro e a geladeira cheia de bebida. Não tenho nada a ver com isso, mas a verdade é esta: pai bêbado, mãe fumante.

Aliás, tenho uma casa de recuperação de drogados – o Pastor Marcos, que também milita nessa área, está aqui presente – e na minha instituição, mais de 93% dos drogados de droga ilegal são filhos de línguas perfumadas com nicotina e alcatrão e de bocas perfumadas com álcool. Pai, com bigode até amarelo de nicotina, chega lá chorando: “Meu filho está fumando maconha. O que eu faço?” “O senhor também tem de ficar aqui”. Ele fala como se o filho fosse a última desgraça do mundo. Com duas carteiras de cigarro no bolso e bigode amarelo, ele diz: “Eu botei ele na escola”. “Você tem de mudar, rapaz, e tomar juízo. Seu filho é produto seu, do que viu e do que leu”.

Como nunca fui aprovado em vestibular e nunca cursei uma faculdade, não sei direito essas coisas. Um sujeito me falou que o caráter do indivíduo, Senador Garibaldi, é formado de acordo com o que vê, não com o que ouve. Recordo-me agora, Senador Paulo Paim, de que, quando eu era menino, minha mãe falava assim: “Não sente no chão para não sujar a roupa”. Eu me sentava, com aquelas calças curtas. Ela voltava, me dava um tapa, uma chinelada, e dizia: “Ô menino maluvido!” No interior da Bahia, se fala “maluvido”, mas é mal-ouvido. Dizem que do que se ouve desaparecem 99%, ficando só 1%. Mas do que se vê ficam 99% e só se perde 1%.

O sujeito cresce vendo artistas que fazem apologia às drogas, que vão a programas de televisão e recebem as palmas do auditório. Cresce vendo apresentadores hipócritas que sonegam impostos e que aproveitam a televisão para chamar os políticos de bandidos, de ladrões. Batem palmas e fica parecendo que aquela é a maior verdade do mundo.

Senador Paulo Paim, é responsabilidade dos pais a criação dos filhos. A Bíblia diz que filho é uma dádiva de Deus. Quero perguntar à sociedade brasileira, ao cidadão que me vê pela TV Senado: que tipo de filho você está criando? Que tipo de comportamento você tem? Sua vida, na verdade, é um bom livro? É um livro que seu filho pode ler? É um bom aprendizado? Que tipo de cidadão você está formando para oferecer à sociedade? Na hora em que começamos a refletir sobre esta questão, paramos de cobrar de quem não nos deve.

É verdade que o Poder Público e que nós, no Poder Legislativo, temos que criar instrumentos para oferecer à sociedade, para que o Judiciário possa se valer deles.

Senadora Heloísa Helena, o sujeito que “caí” com uma tonelada de cocaína não é um traficante qualquer. O dono disso, o cara que financiou isso... Havia uma traficante em Mato Grosso chamada Branca, poderosíssima...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Já encerro, Sr. Presidente.

A CPI do Narcotráfico esteve lá, e tivemos encontros com algumas autoridades. Eu era Deputado Federal.

A vantagem desse povo é que eles contratam bons advogados. Mas nessa questão não há bons advogados, há advogados bem relacionados, porque existe filigrana na lei para soltar uma traficante daquele porte, que sai em coluna social, e traficantes de outros portes, que vivem de gravata por aí, lavando dinheiro com grandes empreendimentos, mas não existe filigrana para soltar um menino que está preso há cinco ou sete anos porque caiu com três ou quatro papelotes ou com uma bagana de maconha na mão. Não existe filigrana para soltar, para ressocializar.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador, eu gostaria de fazer um pequeno aparte a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Pois não, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Peço desculpas a V. Ex^a, que está com o coração apertado, o que se percebe pelo seu tom de voz – não é, Senadora Heloísa Helena? –, tentando resolver assunto tão grave.

Eu queria, por meio de V. Ex^a, fazer um apelo à Presidência desta Casa. V. Ex^a tem conhecimento que nós redigimos – eu fui Relator – o novo regulamento para o tráfico e uso de drogas, em que se incluem alguns dados, que V. Ex^a está colocando como desesperador para encontrar a solução.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Só para ajudar V. Ex^a, esse projeto, de que sou autor, nasceu naquela Comissão Mista de Segurança Pública, foi para a Câmara e veio...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não, não é de minha autoria...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Estou corroborando com V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Fui Relator, falei com o Governo, com a Secretaria Especial, ajustamos alguns cargos que foram criados dentro da Secretaria, para adequar aquele projeto, que era mais antigo, e não vi mais nenhuma crítica que pudesse impedir o andamento do projeto. Então, quero cumprimentar V. Ex^a e, ao mesmo tempo, pedir que Deus me ajude para que, antes que nos aconteça alguma coisa, possamos colocar em vigência o novo projeto, que trata o usuário de forma diferente do traficante.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – E o usuário do dependente. É a chamada “justiça terapêutica”.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Então, temos vários fatores que vão ajudar V. Ex^a – com a devoção

que V. Ex^a tem – a salvar vários jovens que se envolvem no processo tão amargo do uso de drogas. Obrigado pela oportunidade, Senador Magno Malta.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente, eu gostaria que fosse incorporado ao meu pronunciamento o aparte do laureado Senador Romeu Tuma, xerife do Brasil.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Magno Malta, quero contestar as palavras iniciais de V. Ex^a, quando disse que não tinha o dom sintético da oratória. V. Ex^a é um dos melhores oradores que conheço, porque fala de coração. V. Ex^a, baiano como Rui Barbosa, foi para o Espírito Santo para ser iluminado. O que eu queria dizer é que o País deve muito a V. Ex^a. Quando eu governei o Estado do Piauí, enfrentamos o crime organizado. O Parlamento mandou V. Ex^a como representante. Foi um feliz momento do Parlamento, que contribuiu para que se afastasse o narcotráfico do Piauí e de outros Estados. Comparei V. Ex^a com Rui Barbosa, mas talvez V. Ex^a o supere, porque ele tinha o dom da palavra, e V. Ex^a tem o dom da música, que comunica mais do que as palavras. Aí está Davi dedilhando a harpa nos salmos que chegam até nós. Então, V. Ex^a tem esse dom e disse tudo o que se tem que aprender. A história está aí para ensinar. Lá onde nasceu a democracia houve momentos difíceis. Como aqui houve interrupção com Getúlio, lá houve Napoleão depois do “liberdade, igualdade e fraternidade”. Napoleão, muito inteligente, não foi um militar, não, mas um educador e um estadista que elaborou o primeiro Código Civil, o Código de Napoleão. Por isso a França é o que é. Certo dia, ele, triste, estava com sua primeira professora, que lhe perguntou por que se encontrava assim. Ele respondeu que estava investindo muito na educação, nos professores e nas escolas, e a educação não estava melhorando. A professora replicou: “Napoleão, faça uma escola de mães, de pais. A mãe e o pai são os responsáveis pela educação dos filhos”.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado, Senador Mão Santa, pelo seu aparte.

Senador Garibaldi, quero encerrar sublinhando três pontos. O primeiro deles, Senador Cristovam Buarque, diz respeito à Lei nº 6.368, que mandou instituir estudos sobre drogas nas escolas há 35 anos. V. Ex^a é educador e não lhe deram a chance. Aliás, na minha primeira reunião com o Ministro Cristovam Buarque, foi desse assunto que falamos.

Senadora Heloísa Helena – olhe para mim, V. Ex^a que é candidata à Presidência da República –, se há

35 anos a Lei nº 6.368 tivesse instituído estudos sobre droga nas escolas, sobre a historicidade das drogas, sobre seus malefícios morais, físicos, psicológicos, sociológicos, familiares, certamente crianças de 10 anos hoje estariam com 45; de quinze, com 50.

O que forma o caráter do indivíduo? A formação. Se você informa, você forma; se você não informa, você deforma. Você deforma.

O que temos hoje é a deformidade na sociedade por falta de informação. Hoje é mais fácil botar um *outdoor* para que o Poder Público pague, um *outdoor* palhaçada, cheio de gracinha – “use camisinha” – que pregar o fortalecimento da família.

É mais fácil hoje: “Redução de danos da seringa”.

Você acha que um cara drogado, já doidão vai pegar água limpa em algum lugar? Vai atrás de seringa limpa? Ao contrário, contribui para que tudo isso aumente.

Ora, quero sublinhar isso, porque, se a Lei nº 6.368 estivesse em vigor, havia homens com netos sólidos, informados, porque o avô aprendeu quando tinha 15 anos de idade.

Por que isso não entra em vigor se a lei manda, Senador Motta? Por que não entra?

Você vai numa estrada e há ali “A ponte desabou. Perigo”. Um sujeito analfabeto tem 100% de chance de cair no abismo. Não sabe ler a placa. Mas o sujeito que sabe ler a placa tem 100% de chance de não cair. Isso é informação? Isso é informação.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Magno Malta, além de saudar V. Ex^a pelo pronunciamento, quero fazer duas humildes colaborações. O Governo Fernando Henrique fazia e o Governo Lula faz o uso abusivo, infame, demagógico e corrupto da publicidade, com uma publicidade que se apropria da dor e da miséria de um pai e de uma mãe de família pobre, que depende das políticas compensatórias das bolsas. Todos os dias, a cada 10 minutos, nos programas de rádio e de televisão, está lá a propaganda demagógica, tal qual a política das cestas básicas dos velhos coronéis do Nordeste, que se apropriam da dor e do sofrimento de um pai e de uma mãe de família para fazer demagogia política, para usurpar o voto. Mas não se vê, Senador Magno Malta, uma única propaganda que seja de orientação para a sociedade. Nenhuma. Todas as propagandas relacionadas às doenças sexualmente transmissíveis só ocorrem no período do Carnaval. Nunca vemos publicidade orientando uma pobre menina adolescente sobre o que ela vai perder da sua juventude e da sua vida com a questão da gravidez precoce. Quanto aos agravos à

situação pessoal, nunca vemos uma propaganda estimulando e dizendo à população mais pobre quais os seus direitos, falando sobre o direito ao conhecimento das drogas, ao acesso à saúde, à educação. Sobre o direito que as pessoas têm, não há uma propaganda. Qual é a propaganda que existe? Além da demagógica, da publicidade enganosa, da patifaria política, há uma outra, que é a propaganda contra a qual eu luto há séculos aqui. Existe a publicidade de uma droga, psicotrópica, socialmente aceita e irresponsavelmente estimulada, porque o Governo e o Congresso o permitem: o uso de bebidas alcoólicas. Todos os dias, essa propaganda está no programa mais simples de televisão, no desenho animado. Eu já disse várias vezes que não tenho falso moralismo algum, moralismo farisaico algum contra essas coisas. Não se trata disso! Não é porque eu não bebo e eu não fumo. Eu tenho amigos que bebem, amigos que fumam; pessoas que são boas e responsáveis do mesmo jeito que há pessoas... Mas nenhum deles quer que os filhos façam isso. Nenhum dos amigos que eu tenho quer que os filhos façam isso. Não querem! Há projeto meu, há projeto do Requião, há projeto da Marina, há projeto do Suplicy, há projeto do Maguito, há projeto para todos os gostos. Eu vi aqui o quanto aquele barulhinho “tsiii” das tampinhas das cervejarias é capaz de comprar Senador e Deputado, porque eu vi o quanto lutei no Governo passado e no atual Governo. No atual Governo, chegou-se ao descalabro de mandar uma medida provisória para esta Casa para liberar a propaganda do fumo, porque havia pressão da indústria automobilística numa corrida. Briguei aqui para incluir a proibição da publicidade das bebidas alcoólicas. O Governo Lula mentiu: disse que, no outro dia, abriria uma Comissão e que, em 60 dias, encaminharia uma proposta concreta com relação a isso. O Senador Tião Viana não está aqui, mas sei que ele fica constrangido com esse debate porque ele, inclusive, é contra a publicidade e assumiu isso. Há projeto de tudo que é gosto, de todos os tipos há projeto aqui. Eu brigava muito aqui. Houve um tempo em que eu ficava aqui todos os dias escutando isso, porque é algo realmente muito grave. É uma droga.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pode falar, Senadora.

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Desculpe-me por estender-me no aparte, Senador Magno, mas existem várias pesquisas no mundo e no Brasil que mostram o impacto disso, o impacto do uso de bebidas alcoólicas no estupro de crianças, na violência contra mulheres. Muitas vezes o autor é o pai e a mãe de família. Claro que pode ser o “cabra” safado, mas,

às vezes, é um coitado, drogado, que, no outro dia, já está lá na cadeia diante de uma tragédia de que vai se arrepender pelo resto da vida.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – De cada 50 viciados em cocaína que recuperamos, só conseguimos recuperar um bêbado. A proporção é de 50 para um.

A SRA Heloísa Helena (P-SOL – AL) – É gravíssimo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Porque a lesão que o álcool faz no sistema nervoso central é infinitamente maior.

A SRA Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Pois é. Então, não é possível que o Estado brasileiro fique simplesmente responsabilizando – é verdade – o belo trabalho que faz os Alcoólicos Anônimos e várias outras entidades evangélicas, católicas, espíritas da sociedade civil. É inadmissível que o Governo Lula e o Congresso Nacional deixem que, todos os dias, haja propaganda enganosa de uma droga psicotrópica, socialmente aceita e irresponsavelmente estimulada, vinculando uma droga psicotrópica à juventude, à beleza...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – À felicidade...

A SRA Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Ao acesso ao sucesso e à felicidade, como bem disse V. Ex^a. Desculpe-me ter-me prolongado no aparte a V. Ex^a, mas é inadmissível o silêncio. São pouquíssimos os que falam sobre isso: ou a Rádio Senado ou a Jovem Pan, que tem um programinha só sobre esse assunto, falando sobre o problema das bebidas alcoólicas e dos seus agravos à saúde. Vejam as propagandas agora no período do Carnaval em relação às questões sexuais. Elas não falam de outra coisa. Depois que a pessoa está embriagada ou drogada, ela vai lembrar de alguma coisa? Então, quero compartilhar do pronunciamento de V. Ex^a, quero me solidarizar e, mais uma vez, fazer um apelo ao Governo e ao Congresso para que ponham para votar um projeto importante como esse. Que você tenha autonomia para escolher, tudo bem. Mas, desde de criança, você ser estimulado? V. Ex^a sabe e as estatísticas mostram como transformar um cidadão pacato num assassino em potencial. Sabe-se o número de latas de cerveja, do número de doses de cachaça com que se faz isso. Crianças com cada vez menos idade, com oito ou nove anos, estão sendo introduzidas na bebida alcoólica, às vezes pela própria família.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Postos de gasolina estão vendendo bebida alcoólica.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Quero, portanto, me solidarizar e me desculpar com V. Ex^a e agradecer ao Senador Garibaldi Alves a tolerância.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Agradeço e incorpo o aparte significativo de V. Ex^a, que enriquece o meu pronunciamento. Agora indago se V. Ex^a me concede um aparte.

Sr. Presidente, eu já encerro sublinhando o último ponto. O Presidente Fernando Henrique Cardoso criou a Senad, Secretaria Nacional Antidrogas. Proferiu um discurso na ONU – penso que foi de boa fé – dizendo que, em 10 anos, erradicaria as drogas no Brasil. “Viajou na maionese”, falou do que não sabia, devia estar desinformado, ou era boa a intenção dele ao dizer isso, até porque o mal, o pecado, vai existir sempre. Erradicar ninguém vai, porque o homem só muda se mudar por dentro. Não é cadeia, não é nada. Se não mudar por dentro, não tem jeito. É por isso que as pessoas perguntam: “Como vocês recuperam 85% dos drogados que entram na instituição de vocês?”. É porque o remédio lá é infalível: Deus de manhã, Jesus ao meio-dia e Espírito Santo à noite. Além de ser um problema de intoxicação, é um problema de caráter; além de ser um problema de dependência, é um problema maior: é o problema espiritual. E ninguém resolve isso com injeção nem com camisa de força. Ninguém resolve isso com lei nem com artigo...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Nem com doze, nem com dezesseis. Ninguém resolve nada disso.

A Senad foi criada. O Presidente Fernando Henrique foi embora, Senador Romeu Tuma, e deixou um orçamento maravilhoso para a Senad: R\$68,00. A Senad realizou um congresso em Brasília. Daqui, viajei com o Presidente Lula para o meu Estado, e perguntei a ele: “Por que o senhor não fez discurso naquele Congresso?”. Ao que ele respondeu: “Intuição”. E eu disse: “Vou narrar e o Presidente me diga se foi por isso”. Porque, naquele Congresso, quem víamos falando e discursando eram apenas os técnicos, que nunca levaram uma criança para casa. É possível que tenham cachorro de luxo em casa, mas criança não. Nunca colocaram a mão em ninguém na rua, Senador Flávio Arns; nunca colocaram um drogado em casa; nunca tiveram coragem de dar emprego a alguém que saiu da cadeia.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – E aí, eles começaram a ler relatórios de ONGs e de institutos contratados pela Senad. Começaram a exibir, Senador João Batista Motta, pesquisas de onde se cheira mais, onde se cheira menos, onde menino cheira mais cola, etc. Enfim, o dinheiro todo gasto ali. E não há um centavo aplicado na ponta, com os samaritanos, os

sacerdotes da vida humana, que vão às ruas, tiram os drogados da rua e colocam dentro de casa. Muito ao contrário. Durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a Anvisa criou uma resolução, na época em que José Serra era Ministro da Saúde, estabelecendo, Senadora Heloísa Helena, que, a partir daquela data, o SUS seria o responsável pela recuperação de drogados no Brasil. Mamãe, acuda! Engana, que eu gosto! O SUS não cumpre seu papel!

Temos um Ministro boçal, Senador João Batista Motta. É um Ministro boçal o Ministro da Saúde.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – S. Ex^a se sente um Presidente, e pensa que é eterno aquele cargo. Mas alguém tem que avisá-lo de que, se for para a reeleição, só tem mais um mês. E, se não for, tem menos de um ano. Ninguém é eterno. E em uma questão vigente como esta, ninguém tem de fazer pose, subir em cima de sapato alto, brincando, debochando da vida humana.

Com relação ao SUS, Senador Flávio Arns, os técnicos escreveram o seguinte: pelo tamanho do espaço, só pode haver quatro beliches, não pode haver seis; só pode haver duas mesas, não pode haver três. Do contrário, não tenho condições de recuperar drogados. Quem falou que não tenho condição? Quem falou que aquela irmã de caridade, lá em São Paulo – e são muitas, Senador Eduardo Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Magno Malta, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Já encerro, Sr. Presidente. Muito obrigado. O Senador Romeu Tuma pediu que eu fosse sucinto. Mas S. Ex^a saiu e eu pensei que com V. Ex^a eu poderia falar mais. Eu já encerro. É porque o assunto me empolga muito.

Em São Paulo existem muitas irmãs de caridade, Senadora Heloísa Helena, que retiram drogadas e prostitutas das ruas. Sacrificam sua geladeirazinha, colocam cinco, seis, dez pessoas dentro de casa; é uma em um beliche na sala, é outra no sofá, todas apertadinhas, mas recebendo amor, que é o primordial, é o antídoto. A primeira injeção é o amor. Cama limpa, carinho, ensinamento, um investimento de vida, que é o principal. Quem pretende ganhar dinheiro e montar consultório não quer saber de dispensar 24 horas de sua vida para uma prostituta que só fala palavrão, para um drogado que passa três, quatro, cinco meses para assimilar a primeira coisa que se quer ensinar a ele. Ninguém quer saber de gastar tempo, não rende nada. É investimento de vida. A nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária diz que a irmã não tem condições

não, que tem que fechar isso. E coloca todas na rua. Para vocês que ganham milhões com as suas consultorias, esse negócio de consultoria,...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Que me perdoem, mas esse negócio de consultoria, vocês sabem de tudo, mas nunca colocaram a mão em ninguém. Que história é essa? Contei ao Presidente Lula, que me perguntou: “Mas é assim que funciona?”. O General Felix me ligou ontem, e com muita felicidade, Pastor Marcos, eu marquei com ele amanhã. Eu disse ao Presidente: “Ninguém recebe, muito ao contrário”. Está ali o Pastor Marcos, que, com 150 em uma casa e 200 em outra, ouve piadas e ilações: que dá cobertura a bandido, que acoberta vagabundo e não sei mais o quê. Uma alma que sai da rua, um drogado fora da rua, o benefício não é para ele, em um primeiro momento, mas à sociedade, ao bairro. Ele é beneficiado, na condição de drogado, em um segundo momento. É um estupro a menos, Senador Flávio Arns, é a proposta de um seqüestro relâmpago a menos, de um carro roubado a menos, de uma casa assaltada a menos, quando se retira alguém da rua e se coloca dentro de casa. Mas quem está disposto a isso?

As pessoas, neste País, estão dispostas a criar cachorro...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Cachorro de luxo, que tem fita na orelha, que fica em spa quando o dono viaja, que come comida importada, que tem nome de gente e recebe beijo na boca.

Sabe o que Jesus disse, Senador Garibaldi Alves Filho? Que o reino dos céus pertence às crianças. Sabe de que eu tenho medo? De que este País um dia se torne um grande canil, mas nunca uma grande nação, porque não tem responsabilidade com suas crianças.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu conversava com o Senador Wellington Salgado de Oliveira a respeito de um ato muito importante que será realizado dentro de poucos minutos no Tribunal Superior

Eleitoral. Trata-se da posse do Ministro Gilmar Ferreira Mendes e do Ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello nos cargos respectivos de Presidente e vice-Presidente daquela Corte.

Nós sabemos da importância do Tribunal Eleitoral neste ano de eleições, principalmente quanto aos aspectos que estão em discussão para eliminar abusos e aumentar a fiscalização eleitoral. Por intermédio desta Casa e do Senador Wellington Salgado de Oliveira, cumprimento os dois ilustres Ministros.

Muito obrigado, e peço desculpas por ter tomado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romeu Tuma, eu me congratulo com V. Ex^a por essa lembrança muito feliz. O Tribunal Superior Eleitoral exercerá um papel fundamental na realização das eleições de 2006. E eu me congratulo com aquela Corte por empossar hoje um ministro da envergadura do Ministro Gilmar Ferreira Mendes, tendo como vice-Presidente o Ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello.

Desejo também me congratular com o Senador Wellington Salgado de Oliveira, não pelo aniversário, mas pela lembrança. Pelo aniversário, já cumprimentei V. Ex^a.

Antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, prorrogo a sessão por cinco minutos, que é o tempo de que V. Ex^a disporá.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves Filho, cumprimento a decisão tão importante do Supremo Tribunal Federal, que, por nove votos contra um, na semana passada, concedeu a liminar pedida pela Associação dos Magistrados Brasileiros, obrigando todas as Cortes do País a exonerarem imediatamente familiares de juízes e desembargadores nomeados sem concurso para cargos de confiança no Judiciário.

Trata-se de uma decisão que confirma a proibição de contratação de empresas de prestação de serviços que empregam parentes de juízes e que foi imposta pela resolução antinepotismo baixada pelo Conselho Nacional de Justiça, no dia 14 de novembro do ano passado.

Ainda que a decisão não tenha sido julgada no mérito, essa concessão de liminar sinalizou qual será a decisão final do Supremo. Trata-se de um importante passo para moralizar o Poder Judiciário. E, sobretudo, que essa decisão também confirma e reconhece as prerrogativas do Conselho Nacional de Justiça, órgão criado por decisão do Congresso Nacional, a Emenda Constitucional nº 45, que por nós foi chamada de

Reforma do Judiciário, justamente com o intuito de fiscalizar as instâncias e setores da Justiça e julgar as condutas dos juízes.

É muito importante que venhamos a confirmar o desejo e o anúncio do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, de colocar em votação, nesta semana ou no início de março, a Proposta de Emenda à Constituição que acaba com o nepotismo nos três Poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo.

É igualmente relevante que avancemos na direção de sempre cumprir os princípios do art. 37 da Constituição brasileira que diz que a Administração Pública deve sempre se pautar pela obediência aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da transparência de maneira tal que não tenhamos mais os abusos que, muitas vezes, têm caracterizado os procedimentos nos diversos Poderes, inclusive no Poder Judiciário, em extraordinária proporção, causando espécie e estranheza junto à opinião pública brasileira.

Cumprimento o Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Rodrigo Collaço, por seu empenho em mobilizar os juízes de todo o Brasil para que essa decisão tivesse o apoio da própria categoria de magistrados. Rodrigo Collaço conseguiu também fazer com que essa decisão tivesse o respaldo de toda a opinião pública brasileira em grande maioria.

Assim, Sr. Presidente, avalio que essa decisão foi muito importante para avançarmos na direção da defesa dos princípios de moralidade, impessoalidade e transparência na Administração Pública brasileira.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex^a por respeitar o tempo.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, por cinco minutos. Peço encarecidamente que sejam respeitados os cinco minutos, para darmos a palavra ao Senador Flávio Arns.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, tenho certeza absoluta de que não vou conseguir falar em cinco minutos o que havia preparado para hoje. Três vezes estive no plenário, mas não consegui me pronunciar, devido às confusões do dia de hoje que não foram simples nas diversas atividades das CPIs. Entretanto não poderia deixar de fazer o registro de um assunto que vire-e-mexe vem a plenário e quero dar o enfoque que entendo necessário.

Algumas instituições bancárias como BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal têm apresentado lucros significativos, vultosos, que muitas vezes têm sido criticados. As razões para essas críticas são reais. Sabemos da verdadeira armadilha montada e que beneficia de forma significativa o sistema financeiro brasileiro decorrente infelizmente do auto-endividamento, principalmente do endividamento interno do nosso País. Estamos absolutamente amarrados a isso. Infelizmente, não conseguimos nos desvincilar de forma adequada ainda, mas eu não poderia deixar de fazer o registro de que, nessa situação de lucros dos bancos, nós temos um fortalecimento. Essa é a diferença fundamental de projeto, de visão de País entre o Governo atual e os que nos antecederam, porque, num projeto de País, de desenvolvimento, de crescimento, de distribuição de renda, o papel das instituições públicas de crédito é fundamental. Dentro dessa visão, eu não poderia deixar de fazer aqui o registro do lucro, com as mudanças significativas no papel que o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal desempenham no atual Governo, no Governo Lula.

O BNDES teve, em 2005, um lucro de R\$3,2 bilhões, 113% superior ao de 2004. É o maior lucro da história do Banco. É importante também registrar que o BNDES, que financia os setores produtivos, os setores de convênio, repasse, habitação, saneamento, micro e pequenas empresas, tem, na TJLP, uma taxa de juros diferenciada para financiar e alavancar crescimento, investimento e relação de parceria entre os entes federados.

Não poderia deixar de registrar também que a TJLP praticada pelo BNDES no nosso Governo, é exatamente a menor TJLP dos últimos 11 anos. Quando assumimos o Governo, em janeiro de 2003, a TJLP era de 11%. Em dezembro do ano passado, estava em 9,75%. Desde janeiro de 2006, está em apenas 9%. Portanto, isso demonstra uma medida de absoluta diferença no papel porque, com a TJLP, se dá um tratamento diferenciado para investimento e alavancagem em habitação, saneamento, projetos e crédito para setores produtivos fundamentais. Estamos comemorando o lucro recorde da história do BNDES.

De acordo com os dados do BNDES, os desembolsos totais alcançaram R\$47,1 bilhões no exercício, com um crescimento de 17,7% em relação a 2004, que foi de R\$40 bilhões. Se fizermos a comparação com os dados aplicados no Governo anterior, o volume é mais do que o dobro de recursos disponibilizados para alavancar o crédito e o financiamento da produção e nos investimentos em áreas sociais do nosso País.

O Banco do Brasil teve lucro líquido de R\$4,2 bilhões em 2005. Esse lucro supera, no seu resulta-

do, 37,4% o registrado em 2004. No Banco do Brasil, queremos destacar que a marca atingida pela carteira de crédito...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço um pouco de complacência porque os dados são importantíssimos para avaliarmos adequadamente o papel que esses Bancos estão desempenhando na retomada do crescimento, na inclusão e na diminuição da pobreza em nosso País. Destaco que a marca atingida pela carteira de crédito superou R\$100 bilhões e representa um crescimento de 15% em relação ao ano anterior. O Banco do Brasil tem 23 milhões de clientes; são 23 milhões de brasileiros dependentes do crédito oferecido pelo Banco do Brasil. É a maior rede de atendimento da América Latina. O Banco manteve a liderança na captação de recursos no País, encerrando 2005 com R\$168 bilhões captados, o que equivale a um crescimento de mais de 5% em relação a 2004. O Banco do Brasil foi responsável por uma das maiores revoluções em termos de inclusão bancária e democratização do crédito. O volume aplicado em microcrédito totalizou R\$852 milhões em 2005, sendo que, no ano anterior, havia sido apenas de R\$383 milhões. Portanto, houve um crescimento significativo – praticamente o dobro – nessa modalidade.

O Banco do Brasil, no final de 2005, registrou 941 mil contas correntes simplificadas, contas isentas de tarifas e de CPMF. Portanto, quase um milhão de brasileiros pôde acessar, pela primeira vez, uma conta bancária, sem pagar tarifa nem CPMF. Esse trabalho, essa ação do Banco do Brasil complementa-se com os resultados da Caixa, que também teve lucros recordes. Começou este ano, em janeiro, batendo o recorde em financiamento habitacional. Foi o melhor janeiro da história da Caixa Econômica, que ofereceu R\$740 milhões de empréstimos para a compra da casa própria, o que significa quase o dobro do volume emprestado no mesmo período do ano passado.

Eu não poderia deixar de parabenizar quem está dirigindo o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal com essa visão de banco público a serviço da democratização do crédito, para ampliar e incluir cada vez mais brasileiros no acesso ao crédito, ao banco. Essa é uma visão absolutamente diferenciada daqueles que nos antecederam, que, se tivessem tido oportunidade, teriam privatizado a Caixa, o Banco do Brasil, teriam praticamente acabado com esse papel desenvolvimentista que tem o BNDES.

Por último, deixo aqui o meu registro de que, em Santa Catarina, como compromisso de campanha, nós não demos seqüência à privatização do Banco do

Estado de Santa Catarina, que federalizado está, federalizado deverá continuar e teve, exatamente no ano de 2005, também recorde de lucro e se transformou numa das principais fontes de captação de poupança no Estado de Santa Catarina. Enquanto que a média nacional de captação de poupança não chega a 6,5%, a captação de poupança do BESC, que atende muito bem todos os municípios catarinenses, ultrapassou a casa dos 11%.

Por isso, eu não poderia deixar de fazer o registro do papel fundamental, importante, numa visão diferenciada de papel de Estado, para que serve o Estado brasileiro, para que serve banco público num Estado destinado a promover o desenvolvimento, a distribuição de renda e a inclusão social. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES e também, com muito orgulho, o BESC estão prestando um serviço inestimável ao nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Heloísa Helena, permanece o pedido de V. Ex^a para falar como Líder?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Permanece.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, Senador Flávio Arns, V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, em primeiro lugar, cumprimento a Senadora Heloísa Helena, que, neste final de semana, esteve no Paraná, paraninfando todas as turmas da UEM – Universidade Estadual de Maringá, que, aliás, é uma universidade pública da mais alta qualidade, despontando, num conjunto de cursos e de pesquisas, com um trabalho de extensão muito bom. A presença de V. Ex^a no Paraná foi, sem dúvida alguma, também bastante festejada.

Sr. Presidente, quero lembrar a todos que, na próxima semana, na quarta-feira, depois do carnaval, inicia-se no Brasil a Campanha da Fraternidade, que tem como tema, neste ano, a fraternidade e pessoas com deficiência. O lema é “Levanta-te e vem para o meio”, que significa a acolhida que todos nós, como sociedade, desejamos para todas as pessoas com deficiências e suas famílias. Praticamente 25 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência e, se pensarmos que cada uma dessas pessoas está numa família de quatro pessoas – pai, mãe, irmã, irmão e a própria pessoa –, observaremos que cem milhões de pessoas no Brasil têm interesse na discussão desse tema. Não é uma iniciativa só da CNBB – Conferência Nacional

dos Bispos do Brasil, mas das igrejas de maneira geral. É algo ecumênico hoje em dia.

Aqui, no Senado Federal, temos algumas iniciativas importantes acontecendo em função da Campanha da Fraternidade. A Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais, durante esse período, vai debater no detalhe o projeto de lei do Senador Paulo Paim, já no seu substitutivo, que aborda o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Então, trata-se de uma discussão importante. Espera-se chegar a conclusões na ocasião e contar com a participação de toda a sociedade. O texto do substitutivo estará disponível, para quem se interessar por este assunto, já a partir da próxima semana.

Lembro que o Senado Federal possui um grupo de trabalho que se dedica à acessibilidade na Casa, tendo em vista fazer com que, no aspecto físico, as pessoas com deficiência tenham acesso a todos os lugares do Senado Federal e, ao mesmo tempo, a empregos, a trabalhos na parte terceirizada, levando-se em conta o cumprimento da lei em termos de cotas. Servidores da Casa estão fazendo cursos para adquirir o conhecimento necessário ao atendimento a pessoas cegas, surdas, com deficiência física, paralisia cerebral, que vêm aqui. O sistema de comunicação do Senado Federal está sendo adaptado para o deficiente.

Este mesmo debate pode ser feito nas Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e Prefeituras. Todos nós devemos nos perguntar se os nossos ambientes estão acessíveis ao deficiente.

A Campanha da Fraternidade se estende até a Páscoa, por ocasião da Quaresma, e todas as comunidades do Brasil devem não só refletir sobre este assunto, mas agir em função dele.

Todos os Senadores estão recebendo também um documento para aderirem à União Parlamentar Escoteira do Brasil. Queremos fortalecer o escotismo. Existem sete milhões de escoteiros nas Américas, e só setenta mil no Brasil. Precisamos dobrar, triplicar gradativamente o número de escoteiros, que é uma modalidade também de educação, de interação social, de apoio ao jovem. Os grupos escoteiros no Brasil, em relação à Campanha da Fraternidade, estão abrindo as portas para atender pessoas que têm algum tipo de deficiência também nos grupos escoteiros.

Este debate, além de estimular que nos engajemos nesse esforço, também servirá como apoio à Campanha da Fraternidade. Então, é algo importante no qual todos nós podemos nos envolver, e que vai valorizar a cidadania, a participação, a valorização do jovem. Além disso, é uma forma, sem dúvida, muito

efetiva, histórica, tendo sucesso no mundo inteiro, a favor da educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Arns, V. Ex^a me desculpe, mas sinto aqui até um pouco de emoção de ouvir V. Ex^a. Tenho muito orgulho de, como 1º Secretário e com o apoio do Presidente Sarney, ter dado início à sensibilidade pela causa dos deficientes físicos no Senado, inclusive na busca de elevadores, de rampas, de tudo aquilo que facilitasse a presença deles em qualquer setor desta Casa. O Presidente Renan deu continuidade ao projeto. E hoje, na TV Senado, há um setor especializado no trabalho de apoio aos deficientes físicos. É uma diretoria especial dentro da TV Senado.

Peço desculpas por aproveitar a fala de V. Ex^a, mas para mim é uma alegria. A Senadora Heloísa Helena colaborou muito, inclusive nas distribuições e publicações em braile. S. Ex^a dedicou toda sua quota a serviço dos que têm deficiência visual. Não podemos nunca esquecer esse trabalho que é feito pelo Senado, pela dedicação de alguns Senadores como V. Ex^a e demais colaboradores.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero complementar dizendo que V. Ex^a tem participado ativamente das iniciativas, das discussões e dos projetos de lei a favor das pessoas portadoras de deficiência. Ressalto o trabalho do atual Presidente, Renan Calheiros, e do Presidente José Sarney, que, como Presidente do Brasil, foi essencial para que a área se desenvolvesse, particularmente com a aprovação da Lei nº 7.853, conhecida como Lei da Corde, que, segundo muitas pessoas, permitiu a alforria das pessoas com deficiência, tal foi o impacto que a lei produziu para a cidadania dessas pessoas.

Quero novamente agradecer, esperando que continuemos firmes nessa caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O Presidente Renan Calheiros e o 1º Secretário Efraim Morais têm dado continuidade ao programa. O Presidente José Sarney, durante a sua gestão, assinou vários convênios, inclusive havia uma pessoa, que trabalhou com S. Ex^a na Presidência, dedicada única e exclusivamente à assistência às pessoas deficientes.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra a Senadora Heloísa, por cinco minutos, para encerrarmos a sessão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e

Srs. Senadores, primeiro quero agradecer a delicadeza das palavras do Senador Flávio Arns. Realmente estive lá na nossa querida Maringá. Fui muito bem recebida e com muito carinho. Encontrei muitos amigos de V. Ex^a também. Então, foi um momento muito especial, onde eu fui acolhida com muito carinho pelos mais simples serviços da Prefeitura...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Onde V. Ex^a não é bem acolhida? Conta para mim!

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senador Tuma, como existem alguns que gostariam de me ver liquidada, aniquilada, destruída, têm de haver alguns que manifestem gestos maravilhosos de delicadeza e de solidariedade, como V. Ex^a sempre o faz.

Senador Flávio Arns, agradeço de coração. V. Ex^a, quando soube que eu estava indo e como não poderia estar lá, de forma muito delicada, comunicou que eu seria muito bem-vinda lá na nossa querida Maringá. Então, quero agradecer o carinho dos estudantes, dos formandos, dos familiares, dos funcionários da Prefeitura, da comunidade universitária e de todos os que fazem a Universidade Estadual de Maringá. Foi realmente muito especial para mim estar lá na sexta-feira e no sábado.

Eu gostaria, Senador, de compartilhar das preocupações relevantes do Senador Flávio Arns em relação à incorporação da casa à Campanha da Fraternidade e a todo o movimento de escoteiros que existe no Brasil – sem dúvida, um movimento muito importante – para que possamos juntos dar o apoio necessário.

Mas eu não poderia, Senador Romeu Tuma, Senador Motta, Senador Flávio Arns, deixar de trazer um pouco, neste pouquinho de tempo que resta, das preocupações sobre o debate em torno do salário mínimo.

Claro que não é a primeira vez que se faz o debate nesta Casa. Esse é o meu oitavo ano como Senadora, estou no fim do mandato, e já ouvi todos os argumentos nesta Casa. E parece que existe uma reprodução, uma imitação medíocre de um governo para outro quando se trata – não apenas do salário mínimo, eu sei disso – especialmente do salário mínimo. É impressionante como as mesmas pessoas, Senador Motta... Eu passei aqui quatro anos do meu mandato, ora como Líder do PT, ora como Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique. E agora – é quase que um destino, uma sinal – eu estou aqui na Oposição de novo, depois que me expulsaram do PT. Parece que é uma tragédia na minha vida ter que sempre da Oposição...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não é grande.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Não, não! Mas é impressionante como os argumentos são

sempre os mesmos! Eu fico impressionada, porque se eu estivesse sendo parte de alguma farsa técnica, de alguma fraude política, se eu estivesse defendendo alguma coisa simplesmente para ser agraciada como base de bajulação do dirigente de plantão, seja Fernando Henrique, seja Lula, tudo bem que eu mudaria de opinião com facilidade. O problema é que, quando eu defendia, no Congresso Nacional, sendo da Bancada do PT, o aumento real do poder de compra do salário mínimo; quando eu defendia que tínhamos de ter uma meta estabelecida com alternativas concretas, com propostas ágeis e eficazes para assegurar o cumprimento da Constituição do País em relação ao salário mínimo do Dieese, eu não fazia por demagogia, por vigarice política, por banditismo eleitoral. Eu fazia porque acreditava nisso.

Do mesmo jeito, quando, na campanha, o Presidente Lula dizia que ia dobrar o poder de compra do salário mínimo – portanto, o salário mínimo agora tinha de ir para R\$570,00 para ter o poder de compra dobrado –, eu compartilhava com a proposta dele, porque eu achava que era verdadeira, eu não achava que era parte de uma farsa técnica e de uma fraude política e que agora eu ia ver o Governo Lula repetindo os mesmos argumentos que eu condenava como medíocres – e medíocres eram no Governo Fernando Henrique e são no Governo Lula – quando se trata da velha cantilena enfadonha e mentirosa de que quebra a economia, de que quebra a prefeitura e quebra a Previdência.

Não tem quem agüente essa reprodução. A mesma cantilena enfadonha e mentirosa passa a ser reproduzida como se verdade absoluta fosse e tais quais aprendizes de Goebbels, o publicitário de estimação de Hitler que dizia que mentira repetida várias vezes vira verdade, eles saem por aí a reproduzir essas mentiras como se verdades absolutas fossem.

De repente, introduzem o problema das prefeituras. As pequenas prefeituras não poderão pagar. Apenas 2% das prefeituras brasileiras, 2% de mais de 5.000 municípios brasileiros poderiam sofrer um impacto nas contas públicas, o que poderia ser resolvido com o aumento de 0,4% do Fundo de Participação dos Municípios.

Reduziu o superávit, o superávit que Fernando Henrique criou por quatro anos e que nós combatemos aqui e votamos contra. O Governo Lula, imitador medíocre do Governo Fernando Henrique, criou a Desvinculação de Receita da União por mais quatro anos, para saquear oficialmente, até dezembro do ano passado, mais de 32% do dinheiro da saúde, da previdência pública e da assistência social. Estamos propondo que o saque seja menor. Para viabilizar os

R\$570,00 do salário mínimo, pelo menos, já que não conseguimos dizer “tire as patas da educação, da saúde, da segurança pública, da assistência social para deixar de encher a pança dos banqueiros”, porque é isso que eles fazem, fazem de conta – e já disse quinhentas vezes e repetirei enquanto Deus me der corda vocal, por mais combalida que esteja para repetir –, o Congresso faz pose que mexe no orçamento: 1 trilhão, 670 bilhões...

Sabe V. Ex^a, Senador João Batista Motta, 840 bilhões para financiar a agiotagem nacional e internacional, dos bancos públicos aos bancos privados. É só isso que efetivamente eles fazem e dizem que não podem aumentar o salário mínimo. Como a gente não pode dizer “tire as patas da seguridade social”, porque se estivéssemos num país e num Congresso Nacional sérios tínhamos que dizer, então, estamos dizendo que, pelo menos, diminua o impacto do superávit na seguridade social, porque, se diminuir 10% disso, já potencializa que alcancemos o salário mínimo de R\$570,00, para dinamizar a economia, para gerar emprego e renda, para diminuir a carga tributária, para aumentar a demanda sem gerar inflação, porque, quando existe produção econômica, dinamização da economia significa mais mercadoria que é colocada e, portanto, independentemente do aumento da demanda, a mercadoria não influenciará o preço e a inflação, enfim essas coisas que são óbvias.

Sempre fico constrangida, porque foram quatro anos dizendo isso aqui. Antes, quatro anos, porque eu não estava aqui como Deputada Federal, eu estava apenas como Senadora. Passamos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso batendo de manhã, de tarde, de noite. Se voltasse atrás, eu batia de manhã, de tarde, de noite, porque não estava batendo por problema pessoal, pois não tenho nenhum contra Lula, Fernando Henrique. Não tenho problema pessoal com ninguém.

Agora, disputa política, ideológica, programática, de visão de mundo eu faço. E me sinto na obrigação de não ser base vendida de bajulação do atual Governo e passar a defender qualquer coisa que o atual Governo faça, porque eu condenava quando o Fernando Henrique fazia. Agora, é claro que quem já defendia determinadas coisas da política econômica do Governo Fernando Henrique e passa a defendê-las hoje, creio que é absolutamente legítimo e normal que faça, porque é o programa deles. Estou aqui para combater, mas acho legítimo que o faça.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador João Batista Motta. E, depois, a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senadora Heloísa Helena, eu queria parabenizá-la pelo

pronunciamento e dizer a V. Ex^a que o salário mínimo é tudo aquilo que causa a violência, o sofrimento do povo brasileiro. Só não podemos aumentar o nosso salário extremamente, por falta de competência e de inteligência de analfabetos que ocupam e sempre ocuparam o Palácio da Alvorada, ora de gravata, ora sem gravata. Veja: só não podemos aumentar o salário mínimo neste País, Senadora Heloísa Helena, porque não temos a competência de tirar a receita da segurança, da folha de pagamento, e colocar em cima do faturamento das empresas. Quando Getúlio criou a previdência, colocou a receita em cima da folha de pagamento porque não tinha outro lugar para colocar. Não produzímos nada. Quando veio a ciência e a tecnologia, passamos a tirar os homens de seus postos de trabalho. Hoje a mão-de-obra humana para a produção de lajotas e telhas é de 80%. Quando se vai para a construção civil, apenas 50% é trabalho humano, mas, quando se entra no eletroeletrônico, onde quem trabalha é o computador, são as máquinas automotivas, a situação muda. Por exemplo, neste momento, neste telefone só há 2% de trabalho humano. Visitei uma fábrica outro dia que faz cinco milhões de rolamentos por mês com três funcionários trabalhando. Então, temos que cobrar segurança social em cima da produção, indexar o faturamento da receita em cima do faturamento das empresas, e não em cima da folha de pagamento dos empregados. É uma questão de burrice. Não temos coragem de ouvir e fazer uma reforma dessa profundidade. Vamos ficar sempre batendo na mesma tecla. Agora mesmo, vi o Senador Suplicy falando e comemorando o fim do nepotismo. Coisíssima nenhuma! Essa lei não vai resolver nada, não! Aqueles que faziam nepotismo, nomeando cargos comissionados, agora vão passar os parentes nos concursos públicos, porque os mais espertos já estão com todos os seus parentes porque passaram nos concursos públicos porque eram os mais inteligentes. Estão dentro e não serão colocados na rua. Vi o Senador Magno Malta falando aqui sobre segurança, violência, os garotos pobres. Senadora Heloísa Helena, não adianta ficarmos a doença. Temos que evitá-la. Precisamos trabalhar prevenindo. Por que temos a violência gerada por intermédio da droga? Porque o cidadão está desempregado ou ganha um salário mínimo de R\$300 e passa fome igual ao que está empregado. Quem vive com dois filhos ganhando R\$300? Somente na cabeça de um louco pode caber uma coisa dessas! Porque não se faz a reforma o salário mínimo fica em R\$300,00. O cidadão está desempregado e feliz porque tem a esperança de arranjar um emprego. O dia em que se emprega e ganha R\$300,00 vai ao desespero e parte para a porta das escolas vendendo papelote de maconha e de

cocaína. Depois, começa a disputar o ponto e termina embaixo da terra, assassinado ou na cadeia. Esse é o problema deste País. Então, não podemos mais tentar colocar remendo. Temos de fazer a reforma estrutural para colocar fim a essa situação; do contrário, não adianta ficarmos aqui falando e perdendo tempo. Vi a Líder do Governo, agora, exaltando os lucros do Banco do Brasil, os lucros do BNDES. Senadora, esses lucros são uma maneira de tirar o pão da boca do pobre. Os que hoje procuram financiamento, seja para o que for, no Banco do Brasil ou em um banco privado, juros para empréstimo – V. Ex^a tem o seu cheque especial – chega a 200%, Senadora. Se V. Ex^a quiser comprar um caminhão, um trator, financiado, para trabalhar, os juros chegam a 50%. E fica essa balela: que caiu de 18% para 17%, 16%. Mas o meu cheque especial são 200% ao ano, Senadora. É mentira o que está na praça! Os bancos cada vez enriquecem mais, arrancando, por meio dessas operações comemoradas pelo Governo, tirando do bolso do pobre do trabalhador e jogando para os banqueiros, que cada vez enriquece mais. Quando não enriquecem com o próprio trabalho bancário, enriquecem porque hoje são donos também de todas as empresas grandes que funcionam neste País. Muito obrigado, Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a. e concedo ao Senador Leonel Pavan, para que, pela generosidade da Mesa, eu possa encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Leonel Pavan, pediria a V. Ex^a que reduzisse, senão ultrapassa o tempo do término.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Não vou usar o tempo tão bem usado pelo Motta, que usou sete minutos, mas bem usado, porque foi bem explicativo. A Senadora Heloísa Helena quase que fez um aparte no seu pronunciamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas hoje quase que fiz isso com o nosso querido Senador Magno Malta também. Fui fazer um aparte a S. Ex^a e tomei o tempo todo. Então, entendo. Está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas há tolerância.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senadora, na questão do salário mínimo, quero fazer uma complementação. Muitos pensam que o salário mínimo é para pobre colocar na poupança. Salário mínimo é para comer, pagar luz, água, comprar o feijão, o arroz. Para esses R\$350,00 sustentar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Para vestuário também. É previsto pela Constituição.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – A Constituição diz que tem que ter moradia, mas jamais será possível mantê-la. Não é possível mantê-la com esse

salário. O que me estranha é ouvir o Lula e o Partido dos Trabalhadores, dos assalariados, se vangloriarem: "R\$350,00! Nunca foi concedido isso!" O problema não é se foi ou não concedido; o fato é que esse salário é insignificante. As empresas não reclamam do aumento do salário porque quem ganha um salário melhor gasta com mercado, com vestuário, com imóveis. Há consumo. Numa semana, o dinheiro acaba. Há uma rotatividade grande desse recurso no setor industrial e comercial. As micro e pequenas empresas começam a gerar empregos. Ouvi há pouco a líder do PT dizer que em Santa Catarina a poupança foi 11%, 12%, sei lá quanto. Ouvi por cima. Disse que cresceu muito a poupança em nosso Estado. Para terminar, analise o seguinte: há, realmente, uma aplicação na poupança, só que o retorno é quase zero. Se há uma aplicação na poupança, tem que haver um retorno em investimento em habitação para pobre. O que acontece na poupança hoje? Financia prédios para ricos. A Caixa Econômica Federal financia investimentos em prédios, em imóveis grandes. Tem que investir é na habitação para o pobre. Essa é a lei. Quanto ao salário mínimo, vangloriar-se com R\$350,00? O passado tudo bem, mas o Lula, que se elegeu em cima disso, é uma vergonha! Ele vai sofrer na carne nas próximas eleições. Cadê os R\$600,00 de salário? Vamos cobrar dele.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a Como tenho dito sempre, Senador Leonel Pavan, penso que o povo brasileiro tem todo o direito de eleger quem quiser. Pode até reeleger o Presidente Lula se quiser. O povo brasileiro tem todo o direito de fazê-lo, só não será com o meu voto. O povo brasileiro pode até, como já disse aqui, solicitar que seja convocado um plebiscito para que volte a Monarquia e ele seja transformado em imperador. Pode fazer tudo. Não será com o meu voto, mas objetivamente pode fazer.

Agora, o debate do salário mínimo é algo impressionante, assim como a última pesquisa feita pelo IBGE relativa ao Programa do Orçamento Familiar, que analisa como as pessoas pobres gastam o dinheiro na sua casa. Se a família ganha R\$400,00 – e esse valor nem significa a proposta do Governo –, 94,6% são gastos com despesas de consumo. Para V. Ex^a ter uma idéia, Senador Tuma, se ela ganha R\$400,00, 78% são gastos só com alimentação, transporte e habitação. Então, não entra educação, não entra lazer, não entra vestuário, não entra água, luz ou telefone, não entra saúde, não entra absolutamente nada. Só com isso ele já vai gastar mais de 77,98%, segundo os dados do próprio IBGE.

Então, essa proposta de salário mínimo só dá para quatro cafezinhos ao dia, aquele copinho peque-

no de café, com três pãezinhos franceses, daquele pequenininho.

Eu não quero dar isso a meu filho. Há essa história de se falar que passou fome no passado. Eu vivia numa família pobre, era terrível, mas e daí? Mas tive uma mãe honesta, maravilhosa, uma sobrevivente, que colocou os filhos numa universidade e se esforçou feito uma condenada, que estudou. Nem por isso eu vou ficar reivindicando a minha história. Não é porque eu passei uma situação de pobreza que vou querer que todos passem. Então, eu vou fazer isso porque sofri? Uma ova!

Esse salário mínimo proposto pelo Governo, que espero que o Congresso Nacional tenha vergonha e não aprove, pode comprar quatro copinhos pequeninhos, daqueles brancos de cafezinho, por dia. Na hora do café da manhã, se há quatro pessoas na casa, são quatro copinhos pequeninhos de café e três pãezinhos franceses. Ao meio-dia não se come, faz-se a mesma coisa. É para isso que dá esse salário mínimo.

Eu sempre aprendi na minha vida a me pôr no lugar do outro para ver se eu agüento. Como eu penso que não conseguiria viver desse jeito, nem gostaria que meus filhos tomassem apenas três copinhos pequeninhos de café e comessem três pãezinhos franceses por dia, objetivamente, também não quero isso para os filhos da humanidade, que são meus filhos também, indiretamente, que são os filhos da pobreza.

Assim, eu espero que possamos, no trabalho que está sendo feito na Comissão do Salário Mínimo, ter uma alternativa concreta, a curto prazo, porque não adianta dizer que tem de haver uma alternativa a médio e a longo prazo e esperar a revolução socialista ou a revolução democrática coisa nenhuma. As pessoas precisam viver agora. E, para viver a vida em plenitude agora, como nos ensinou o Pai do céu, é preciso alternativas a médio e a longo prazo, mas é preciso uma alternativa concreta agora, a curto prazo.

Espero que o Congresso Nacional não continue funcionando como medíocre anexo arquitetônico dos interesses do Palácio do Planalto e faça uma proposição melhor do que a ridícula proposição feita pelo Presidente Lula, imitando as ridículas proposições que eram feitas pelo Presidente Fernando Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Senadora.

Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Romero Jucá, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Alvaro Dias e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nos meses que antecederam a entrada de nosso País na Segunda Grande Guerra ao lado dos países aliados, dizia-se que seria mais fácil a cobra fumar cachimbo do que o Brasil enviar combatentes ao **front** de batalha.

Como todos sabemos, a cobra fumou! E o Brasil enviou os expedicionários, nossos queridos pracinhas, à Itália, para combater as forças do Eixo.

O dia 21 de fevereiro é um marco histórico de tudo o que a participação brasileira na Segunda Guerra representou, tanto para aqueles valentes que ali combateram, quanto para os que aqui ficaram desejosos de verem-nos regressar triunfantes.

Vinte e um de fevereiro foi o dia em que Monte Castelo, uma formação geográfica estratégica para o avanço das tropas aliadas, finalmente, foi tomado pelas tropas brasileiras.

Sr. Presidente, essa é uma história que não deveria nunca cessar de ser contada e recontada às nossas crianças, aos nossos jovens e a todo cidadão brasileiro. É a história de nossa gente, povo cordato e pacato, mas que demonstrou saber ser também bravo e ousado, do que o episódio da tomada do Monte Castelo é a prova mais eloquente.

Mas foi bem antes disso, em novembro de 1943, que o Brasil anunciou a formação da Força Expedicionária Brasileira, constituída de 3 divisões de infantaria, uma de aviação e um órgão de comando e serviços. A FEB desembarcou em Nápoles, Itália, em 16 de julho de 1944, após uma viagem marítima que transcorreu sem problemas, graças à escolta dos nossos vasos de guerra, em colaboração com unidades norte-americanas e inglesas. No total, enviamos mais de 25 mil homens para lutar contra os alemães na Itália.

Três dias depois do desembarque, em solenidade presidida pelo General Mascarenhas de Moraes, Comandante da FEB, foi hasteada, com indizível patriotismo, a Bandeira do Brasil em território europeu, pela primeira vez em toda a nossa História.

Foi então que se definiu ser necessário que os brasileiros usassem um símbolo distintivo, a fim de melhor identificá-los, pois vestiam o mesmo uniforme do exército norte-americano. Não foi surpresa alguma para a tropa quando se escolheu a figura de uma cobra fumando um cachimbo, em alusão aos céticos que julgavam impossível o envio de combatentes brasileiros à Europa.

As unidades alemãs estavam muito bem estabelecidas nos pontos mais estratégicos, em particular, no cume do Monte Castelo, uma formação geográfica com características de verdadeira fortaleza natural praticamen-

te inatacável, ainda mais porque era também guarnevida pelas tropas estabelecidas nos montes vizinhos, cuja tomada estava a cargo de tropas norte-americanas.

No topo de todos esses montes, aguardava-nos o exército reputado como o melhor do mundo, composto por tropas experientes, profundas conhecedoras do terreno, muito bem assentadas numa posição defensiva dominante e bem preparada, e que já tinham causado considerável número de baixas às tropas aliadas. Um inimigo com moral alto e assentado numa elevação quase inexpugnável.

Foram três as tentativas fracassadas de tomar Monte Castelo. A primeira, em 24 e 25 de novembro de 1944, pela Task Force 45, norte-americana, com reforços de tropas da FEB; a segunda, poucos dias depois; e a terceira, em 12 de dezembro, realizada por grupamentos constituídos dos batalhões brasileiros.

Durante as semanas seguintes, debaixo de um inverno rigoroso –aliás, o mais rigoroso dos 50 anos precedentes –, o grupo de brasileiros, mal acostumados ao frio, sofreu excessivamente.

Nas casamatas bem aquecidas do alto do Monte Castelo estavam os alemães, muito mais preparados para enfrentar o inverno. O frio era tanto que os brasileiros faziam alusão a ele como mais um inimigo, e chamavam-no General Inverno, tamanha era a oposição que este lhes fazia. Mesmo assim, debaixo de nevases intensas e de um frio jamais imaginado, os nossos soldados se conduziram com o ardor que sempre caracterizou nossos militares.

Foi somente em fevereiro do ano seguinte, quando a pior fase do inverno já declinara, que se preparou nova investida. Dessa vez, a batalha tinha gosto de vingança, temperado pelas derrotas sucessivamente sofridas.

Era a manhã de 21 de fevereiro de 1945. A tensão e a ansiedade dominavam as tropas brasileiras na Itália. Mais uma vez, haviam recebido a missão de desalojar os inimigos de Monte Castelo. Às cinco e meia da manhã iniciou-se o ataque.

Apoiadas por grande concentração de artilharia aliada, as tropas brasileiras, determinadas, partiram para cumprir sua missão. Ao final da tarde, mais precisamente, às 17 horas e 30 minutos, após renhida e sangrenta luta, o baluarte do Monte Castelo era brasileiro.

Sr. Presidente, sessenta e um anos após a tomada do Monte Castelo pelas tropas brasileiras, quero deixar meu mais profundo reconhecimento e louvor aos nossos combatentes que ali lutaram, nossos queridos pracinhas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs.

Senadores, o Programa de Promoção da Igualdade no Meio Rural, iniciativa das mais importantes levada a cabo pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, contabiliza os números positivos já alcançados e demonstra que, quando há efetiva vontade política, muito pode ser feito para melhorar a vida dos brasileiros mais sofridos e segregados.

Dentre as minorias historicamente reprimidas e suprimidas em seus direitos, houve destaque para as ações promovidas, no âmbito do Programa, para a inclusão e proteção dos direitos sociais das mulheres camponesas, dos índios e dos descendentes de escravos remanescentes de quilombos.

Objetivando, essencialmente, levar cidadania para grupos tradicionalmente deixados de lado pelos poderes públicos, as medidas implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário alcançaram irmãs e irmãos brasileiros que, vivendo afastados dos centros urbanos, careciam de documentação básica e identificação oficial, titulação de propriedade e crédito para atividades produtivas.

Se os números, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda são alarmantes cerca de 40% da população rural não possuem qualquer documento, e 60% desse total são mulheres, é forçoso reconhecer que o trabalho do Ministério na implementação do Programa de Promoção da Igualdade no Meio Rural vem amortecendo tal dívida social.

Somente em 2004, o programa nacional de documentação das trabalhadoras rurais emitiu 68.482 documentos como CPFs, carteiras de identidade e de trabalho, certidões de nascimento e registros no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

A entrega dos documentos, meus caros colegas, além de resgatar a dignidade daquelas brasileiras “esquecidas” pelas estatísticas oficiais, representa uma porta de entrada para as trabalhadoras rurais credenciarem-se aos programas de crédito agrícola e de proteção da colheita.

Outra importante medida foi a criação do Pronaf Mulher, estabelecendo não só linhas de crédito especiais para as trabalhadoras rurais, mas também oferecendo uma assistência técnica diferenciada para as necessidades da mulher no manejo agrícola.

No caso dos descendentes de quilombolas, Sr. Presidente, foi deflagrado, no âmbito do Ministério, um amplo processo de regularização fundiária para oficializar a posse dessas pessoas da terra na qual sempre viveram e encerrar, assim, os antigos conflitos com posseiros e fazendeiros.

Desde 2004, foram iniciados os procedimentos necessários de identificação, reconhecimento e titulação de 278 comunidades remanescentes de quilombos,

em 16 Estados. Duas comunidades já foram devidamente tituladas: Paca/Aningal e Bela Aurora, ambas no Pará. Ainda neste ano, está prevista a conclusão dos processos de titulação de territórios de mais 10 comunidades espalhadas pelo Brasil.

Em relação aos povos indígenas, o apoio prestado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário se mostrou fundamental à sobrevivência e preservação de suas tradições e cultura.

Entre 2003 e 2004, foram homologados 47 territórios indígenas pelo Incra, correspondendo a cerca de 7,2 milhões de hectares. E, indo além da mera regularização fundiária, foram realizados, por meio das ações empreendidas pelos programas do Ministério, levantamento e cadastramento de ocupantes das terras, avaliação de benfeitorias e reassentamento de não-índios que habitassem os locais reservados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o valioso trabalho desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio de seu Programa de Promoção da Igualdade no Meio Rural, nos faz crer, cada vez mais, que este País, a despeito dos graves e inúmeros problemas que ainda amargamos, está no caminho certo.

Que ações dessa magnitude frutifiquem e sejam a tônica deste e dos futuros governos, é o que esperamos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Prefeita relata uso eleitoral de programa social”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** do dia 14 de fevereiro do corrente.

O artigo destaca que a prefeita de Teófilo Ottoni, Maria José Haueisen Freire, em reunião fechada com outros prefeitos e governadores petistas e a diretoria do partido, descreveu o uso de programas do governo federal para angariar apoio eleitoral entre a população de mais baixa renda na cidade. Segundo a prefeita, cada beneficiário do programa Bolsa-Família e do Programa Luz Para Todos recebe uma carta da prefeitura, dizendo que as iniciativas são de responsabilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Prefeita relata uso eleitoral de programa social

FELIPE RECONDO

DA FOLHA ONLINE, EM BRASÍLIA

A prefeita de Teófilo Ottoni, Maria José Haueisen Freire, descreveu ontem, em reunião fechada com outros prefeitos e governadores petistas e a diretoria do partido, o uso de programas do governo federal para angariar apoio eleitoral entre a população de mais baixa renda na cidade.

A prefeita disse que cada beneficiário do programa Bolsa-Família e do programa Luz Para Todos recebe uma carta da prefeitura, dizendo que as iniciativas são de responsabilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Disse ainda que a prefeitura encaminha a carta juntamente com o cartão do programa, que permi-

tirá à família sacar os recursos do governo.

O resultado, relatou a prefeita aos demais petistas presentes à reunião, é o aumento do apoio das famílias beneficiadas à reeleição do presidente.

As declarações foram ouvidas pela reportagem, que não conseguiu falar com a prefeita após a reunião.

O programa Bolsa-Família visa atender famílias com renda per capita de até R\$ 100 mensais. Cada família cadastrada recebe benefícios em torno de R\$ 50 por mês, acrescidos de uma parcela variável de R\$ 15 a R\$ 45 por criança ou adolescente até 15 anos.

Criado em novembro de 2003, o programa Luz para Todos tem por objetivo estender o acesso a energia elétrica no país, com foco na zona rural. De acordo com informações do governo federal, mais de 2 milhões já foram beneficiadas, principalmente assentamentos rurais, comunidades indígenas e remanescentes de quilombos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT.
Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “É tudo festa no PT”, publicada pela revista **IstoÉ** em sua edição de 22 de fevereiro deste ano.

A festa contou com a presença de vários deputados petistas que estão passando pelo processo de cassação na Câmara dos Deputados. Segundo a matéria, todos estariam abrigados pelas palavras de conforto do próprio presidente Lula, que disse que “Não devemos execrar quem errou. Quando cometemos erros, pedir desculpas é grandeza”.

A matéria conclui: “Os brasileiros que assistiram ao desfilar de corrupção dos últimos meses podem não pensar assim”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

É TUDO FESTA NO

m famiglia, o PT comemorou na noite da segunda-feira 13 seus 26 anos de vida. Nas mais de seis horas de festa à meia-luz, som alto e bebida farta no salão da Associação Atlética do Banco do Brasil, em Brasília, lá estava o que o partido tem de melhor. O ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, cuja mulher foi flagrada na boca do caixa do Banco Rural fazendo um saque de R\$ 50 mil do valerioduto, flanava entre as mesas. Numa delas, o professor Luizinho, deputado que teve um

assessor apanhado com R\$ 20 mil da mesma fonte, parecia eufórico pela data. Foi ele quem puxou o coro de saudação à entrada do presidente Lula no recinto. “Um, dois, três, é Lula outra vez”, bradava, uisque Red Label ao alcance da mão. Também era só sorrisos o ex-relator da CPI do Banestado José Mentor, dono do escritório de advocacia que recebeu R\$ 220 mil do esquema de corrupção do publicitário Marcos Valério.

O trío Joãozinho, Luizinho e Zezinho pode ser cassado pela Câmara, mas aquela não era hora de ligar para essas coisas. Afinal, junto a eles igualmente desfrutava da festa o mineiro Paulo Rocha, que renunciou ao mandato de deputado pelo partido depois que seus assessores foram descobertos com R\$ 920 mil do valerioduto. E, acima de tudo, todos estavam abrigados pelas palavras de conforto do próprio Lula. “Errar é humano”, discursou o presidente, o mais aplaudido da noita-

da. “Não devemos execrar quem errou. Quando cometemos erros, pedir desculpas é grandeza.” Não à toa, o encontro festivo ganhou a alcunha de “A Volta Por Cima”. Para quem não é da *famiglia*, mereceu outro nome. “Foi a festa da impunidade”, definiu o senador Arthur Virgílio Neto, do PSDB. “O PT sempre nos surpreende para o pior.”

O regabofe petista envolveu, como se tornou praxe no partido, bastante dinheiro. Os convites para o jantar, que teve como pratos fortes medalhão de filet e risoto de camarão, custaram entre R\$ 200 e R\$ 5 mil. Tudo para ajudar a cobrir o rombo de R\$ 50 milhões na contabilidade partidária. Com 1,2 mil pessoas presentes, o tesoureiro Paulo Ferreira afirmou que a meta de arrecadar R\$ 1 milhão foi atingida. Nove ministros compareceram. A maioria deles, solidários, pagou acima de R\$ 1 mil por suas entradas. Lula não gastou nada, e ainda foi saudado pelo vice-presidente José Alencar, do PMR, que subiu ao palanque para mostrar que está de volta

às boas com a legenda. “O PT é o próprio partido do Brasil”, disse Alencar, em alta para concorrer à reeleição ao lado de Lula.

Rasgadas as sedas, os petistas caíram na dança. As senadoras Ideli Salvatti (ES) e Ana Júlia (PA), abraçadas à ex-senadora Emilia Fernandes (RS), formaram uma das rodas mais animadas. À uma da manhã, depois da saída de Lula e dona Marisa, os petistas voltaram aos lares. No dia seguinte, o senador Pedro Simon, do PMDB, mostrou que a ressaca ameaça ser forte. **“Se o País manter as impunidades, poderemos ter uma crise institucional de consequências imprevisíveis”**, alertou. Inebriados, os petistas fazem outra conta. “O que importa é a reeleição do presidente Lula”, adiantara, na festança, o presidente petista Ricardo Berzoini, para quem a crise está superada. Os brasileiros que assistiram ao desfilar de corrupção dos últimos meses podem não pensar assim. ■

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Caso Waldomiro ‘racha’ ofuscaram duas últimas festas”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 14 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que as duas últimas festas do PT foram ofuscadas pelo escândalo Waldomiro Diniz e

MEMÓRIAS

Caso Waldomiro e ‘racha’ ofuscaram duas últimas festas

DA RÉDAÇÃO

A duas últimas festas de aniversário do PT foram ofuscadas pelo escândalo Waldomiro Diniz e por uma pancadaria, em 2004; e por um racha interno na legenda, em março de 2005.

O vídeo que motivou o primeiro escândalo do governo Lula foi divulgado em 13 de fevereiro de 2004, uma sexta-feira, data do 24º aniversário e véspera da festa da sagra, no Rio de Janeiro.

Waldomiro, então assessor de José Dirceu, filigrado pedindo propina para um empresário de jogos, foi detido na sexta. No sábado, a polícia reprimiu com gases e bombas de gás

por uma pancadaria, em 2004, e por um racha interno na legenda, em março de 2005.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

moral, uma briga entre militantes e manifestantes que che

maravilhosa de traidor.

No ano passado, a festa do 25º aniversário do Partido foi transferida de fevereiro para março, para não coincidir com o “aniversário” do escândalo.

Naquele ano, Lula não par

ticipou da festa oficial, em

Ribeirão, dizendo estar prepa

rando a reforma ministerial

que ampliaria o espaço do

PMDB. A esquerda do parti

do fez uma comemoração

paralela, em São Paulo, para

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Aos 26, PT esconde crise e evita mea-culpa”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 13 de fevereiro do corrente.

A matéria mostra que o Partido dos Trabalhadores, que está completando 26 anos de fundação, irá promover um “jantar de aniversário”, hoje, na Associação Atlética Banco do Brasil. No entanto, não parece que há muito o que comemorar, afinal, o Partido

FOLHA DE S.PAULO

B R A S I L

continua mergulhado em escândalos e denúncias de corrupção.

Assim, Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

segunda-feira, 13 de fevereiro de 2006 **A 5**

PT NO DIVA Partido deixa de lado proposta de refundação e aposta em pacto com correntes internas para levar Lula à reeleição

Aos 26, PT esconde crise e evita mea-culpa

CONRADO CORSALETTE

DA REPORTAGEM LOCAL

Deixando de lado a proposta de “refundação” e tentando colocar em segundo plano o escândalo do “mensalão”, o PT comemora hoje seus 26 anos apostando o futuro no projeto de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A nova direção do partido, eleita no fim do ano passado, conseguiu costurar com as correntes internas da legenda um pacto anticrise, que prevê congelar no momento o debate público sobre política de alianças – tema polêmico na sigla – e barrar iniciativas que envolvam críticas ou punição de petistas ligados ao escândalo.

Após oito meses da primeira entrevista do deputado cassado Roberto Jefferson (PTB-RJ) à Folha, na qual ele acusou o PT de operar o “mensalão”, só o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares recebeu punição: foi expulso da sigla.

“Para a proposição nova, o mais educativo para a militância é encararmos o que ocorreu [denúncias] como parte da história, mas em posição secundária em relação ao significado do PT para o país e para a esquerda”, diz o atual tesoureiro petista, Paulo Ferreira.

“Ano eleitoral leva à reflexão de que a disputa tem de ser mais para fora [do partido] do que para dentro”, diz o presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP). “Não se trata de assumir um discurso para a torcida, mas sim de uma inteligência política de não forçar desgaste onde não precisa.”

Integrantes do grupo conhecido como Campo Majoritário, que perdeu a hegemonia após as eleições internas e do qual fazem parte os ex-dirigentes envolvidos com o “mensalão”, voltaram a se articular, unindo-se a outras correntes que também vêm como prioridade a reeleição de Lula.

Berzoini nega a formação de um novo grupo hegemônico, mas vê

1979
O PT nasce sob a égide da estatização: das empresas que prestam serviços básicos (educação, saúde etc.), das empresas estrangeiras e de energia, e de bancos

1982
Lula é candidato ao Governo de São Paulo. O slogan é “Vote no 3, o resto é burguês”. Fica em 4º lugar. PT elege dois prefeitos: Diadema (SP) e Santa Quitéria (MA)

O PT ONTEM E HOJE
1970-1980: A ERA RADICAL

1992
Direção expulsa o grupo trotskista
1994
Convergência Socialista, que fundaria depois o PSTU. PT faz campanha pelo impeachment de Collor

1995
O programa de reforma agrária é aprovado na Assembleia de 800 mil famílias. PT faz campanha pelo plano Real, perde a Presidência para FHC (PSDB)

1992-2003: A ERA PRAGMÁTICA

1995
José Dirceu é eleito para a presidência do PT, cargo para o qual foi reeleito 3 vezes. Ele monta o Campo Majoritário, que suporta as tensões de esquerda do partido, e monta a coligação para 2002. É eleito presidente, que quebra a resistência à contratação de Duda Mendonça

2002
Após lançar a “Carta ao Povo Brasileiro”, em que se compromete a pagar dívidas com o FMI, Lula é eleito presidente, vencendo José Serra (PSDB). PT elege 91 deputados

MILITÂNCIA

Crise no PT e no governo Lula resulta em baixas de nomes históricos da militância: José Dirceu deixa a Casa Civil e volta para a Câmara, onde é cassado; José Genoino deixa a presidência do PT; Delúbio Soares deixa a tesouraria e depois é expulso do PT; Silvio Pereira e Marcelo Sereno deixam seus cargos na Executiva

CAIXA DOIS

Acusado de formar caixa dois e pagar apoio de deputados da base aliada, o PT é alvo de investigações das CPIs dos Correios e do Mensalão, da Polícia Federal e da Procuradoria; e tem 6 deputados processados no Conselho de Ética da Câmara por envolvimento no “mensalão”

2005: A ERA DA INCERTEZA

unidade em torno de Lula. “A maioria agora se constrói em cima de temas.” A melhora do desempenho do presidente nas pesquisas é vista por dirigentes como um trampolim para a unificação. “A ‘vota por cima’ [slogan petista para o aniversário de 26 anos] significa reeleger Lula. O capítulo da crise não está encerrado, mas tem de ser posto no seu devido lugar, pois a prioridade agora é

a reeleição do presidente”, afirma a deputada Maria do Rosário (RS), 2º vice-presidente do partido e integrante do Movimento PT, da esquerda moderada. Pelo acordo fechado com as tendências, só nesse encontro é que serão discutidos publicamente temas como política de alianças.

Dirigentes ligados ao Campo Majoritário afirmam que, pelo projeto de mais quatro anos no

poder, as correntes de esquerda não devem criar duros obstáculos no Encontro Nacional do partido, marcado para o final de março.

Pelo acordo fechado com as tendências, só nesse encontro é que serão discutidos publicamente temas como política de alianças.

Outras correntes da esquerda petista, como a Democracia Socialista, tentarão forçar mudanças de rumos no programa para a su-

cessão. Querem ainda a realização de um seminário sobre política de alianças para o final de março.

“O PT é um partido saído da crise, que mostrou força para suportar pressão. E é um partido que consolidou sua experiência no governo federal e tem um bom portfólio de realizações que não precisam ser vistas de forma ufanista, mas também não podem ser satanizadas”, afirma Berzoini.

PT quer superar 1 milhão de filiados com campanha

DA REPORTAGEM LOCAL

1989
Lula chega ao 2º turno das eleições presidenciais, com discurso que prega a suspensão do pagamento da dívida externa. É derrotado por Fernando Collor (PRN)

2003
PT expulsa parlamentares radicais que se opõem ao governo federal, como Heloisa Helena, que fundou o PSOL. Intelectuais de esquerda deixam o partido

O pacote otimista do PT inclui, ao lado das comemorações dos 26 anos de sua fundação, o lançamento de uma campanha de filiação em massa, que terá como objetivo aumentar o número de integrantes da legenda dos atuais 864 mil para mais de 1 milhão.

O projeto será apresentado à Executiva Nacional petista ainda esta semana. Na sexta-feira, o partido divulgou balanço que aponta 24.165 novas filiações desde o início do ano passado.

Na parte financeira, a tesouraria planeja resolver, até maio, as questões de financiamento da campanha presidencial e do pagamento dos cerca de R\$ 50 milhões em dívidas reconhecidas pelo partido. Até agora, dinheiro de empresas não entram nos cofres petistas. A direção diz que doações de pessoas jurídicas não são prioridade no momento.

Mas as tentativas não param e o partido só encontrou portas fechadas ao pedir contribuição financeira de empresários.

A ajuda tem vindo de militantes, de diretórios estaduais e de parte dos parlamentares petistas. Os mais de 90 deputados e senadores do partido foram orientados a fazer doações, cada um, de R\$ 10 mil, mas apenas 35 colocaram a mão no bolso até o momento. (CC)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, em breve o presidente Lula terá mais uma oportunidade de fazer uso de sua indefectível expressão “pela primeira vez neste país”. Isso porquê a primeira missão científica espacial tripulada brasileira, que estava inicialmente prevista para outubro, foi antecipada para o final do mês de março. Como diz o doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, Marcelo Leite, em seu artigo intitulado “Brincando de astronauta”, “A pressa é inimiga da perfeição – e, neste caso, amiga da eleição”.

Ainda segundo o doutor Marcelo Leite, é preciso prestar atenção para vermos se o presidente Lula não concluirá, “com sua lógica peculiar, que foi preciso o

Brasil ter um ex-torneiro mecânico na Presidência para que um brasileiro chegasse ao espaço”.

Sr. Presidente, é nesse contexto que requeiro que o artigo intitulado “Brincando de astronauta”, de autoria do doutor em Ciências Sociais, Marcelo Leite, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 12 de fevereiro do corrente, passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ciência em Dia

Brincando de astronauta

MARCELO LEITE
COLUNISTA DA FOLHA

Pelo visto, a única idéia sensata surgida nessa história de astronauta brasileiro teria partido do próprio tenente-coronel aviador Marcos César Pontes: levar ao espaço o chapéu panamá disforme que se tornou marca registrada de Alberto Santos Dumont (1873-1932). Mesmo inspirada num nacionalismo pedestre, é uma bela homenagem a um dos poucos brasileiros merecedores da fama que têm. Que seja prestada no ano do centenário do histórico voo do 14-Bis só torna o gesto ainda mais elegante.

Não parece razoável, porém, que o panamá original — um objeto de valor histórico — vá para o espaço a bordo da nave Soyuz. Por outro lado, seria uma pena se ao menos uma réplica não fosse levada. A imagem do rapaz de Bauru na Estação Espacial Internacional com o chapéu-ícone do primeiro aviador poderia ter impacto positivo sobre mentes jovens, sugerindo-lhes que tudo é possível e está por realizar (não nascer numa favela ajuda, mas isso é outra história).

Algum pedagogo poderá argumentar que um suicida não é lá um bom exemplo a ser imitado. Jornalistas que seguem o registro histórico como cães lembrarão que o primeiro voo foi realizado pelos irmãos Wright. Os cabeças-de-planilha, como diz Luís Nassif, vão ponderar que cerca de US\$ 10 milhões (a Agência Espacial Brasileira não divulga o preço exato) é dinheiro demais para mandar um chapéu ao espaço.

Só os cabeças-de-planilha estarão com a razão, por difícil que seja admitir. A quantia a ser pulverizada numa túnica aventura provinciana é comparável ao custo de alguns dos mais festejados programas científicos

A quantia é comparável ao custo de alguns dos mais festejados programas científicos brasileiros

brasileiros, como o Genoma Xylella (que pelo menos treinou uma legião de biólogos moleculares). O benefício científico da missão é no mínimo duvidoso. Nem é certeza que os experimentos se realizem, em razão da falta de tempo para prepará-los.

A pressa é inimiga da perfeição — e, neste caso, amiga da eleição. Pontes disse ao repórter Salvador Nogueira que iria voar só em outubro e que não sabe por que o voo foi antecipado. Parece que está levando um camisa da seleção brasileira, ou fitinhas do Bonfim (credo). Vai bater papo, em órbita, com o presidente-candidato. Um papo do além, sem dúvida.

Lula terá nova oportunidade para sacar da frase “pela primeira vez neste país”. Concluirá talvez, com sua lógica peculiar, que foi preciso o Brasil ter um ex-torneiro mecânico na Presidência para que um brasileiro chegasse ao espaço. Talvez se lembre de que Santos Dumont voou em Paris e que seu pai era cafeicultor quando ainda havia escravos no Brasil.

Melhor faria o país se dirigisse esse balão de ensaio para a busca de auto-suficiência em satélites de sensoriamento remoto. Se há um campo de pesquisa em que o Brasil tem os pés (e os olhos) no chão, é esse.

Fique bem claro que não se trata de atacar a pessoa de Pontes, que parece um bom sujeito. Ele é digno de toda a admiração, como qualquer um disposto a sentar numa geringonça como a Soyuz e fazê-la subir aos céus. Como se diz “godspeed” em português?

Marcelo Leite é doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, autor dos livros *paradidáticos “Amazônia, Terra com Futuro” e “Meio Ambiente, Sociedade”* (Editora Ática) e responsável pelo blog *Ciência em Dia* (*cienciaemdia.zip.net*). E-mail: *cienciaemdia@uol.com.br*

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Tapa-buraco já precisa de novo tapa-buraco”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, criticou ontem a execução de algumas obras da operação tapa-buraco, feita pelo governo nas estradas federais. Em vistoria realizada a semana passada em alguns trechos da BR-010, em Mato Grosso, o ministro – responsável

pelo setor de rodovias no Tribunal – constatou que em alguns locais a pista recém-recapeadada já precisava de novos reparos. Segundo o ministro, “apenas 15 dias depois de colocado, esse asfalto já estava se soltando.”

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tapa-buraco já precisa de novo tapa-buraco

Ministro do TCU constata que operação nas estradas não resistiu às chuvas, como alertaram especialistas e vinha denunciando a oposição

Leonardo Goy
BRASÍLIA

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes criticou ontem a execução de algumas obras da operação tapa-buraco, feita pelo governo nas estradas federais. Em vistoria realizada na semana passada em alguns trechos da BR-070, em Mato Grosso, o ministro – responsável pelo setor de rodovias no tribunal – constatou que em alguns locais a pista recém-recapeadada já precisava de novos reparos. “Após 15 dias depois de colocado, esse asfalto já estava se soltando”, destacou Nardes.

Ele criticou, particularmente, o modo como a operação foi conduzida. “Não houve um planejamento. As obras deveriam ter começado antes do período de chuvas. Mas foi tudo feito a toque de caixa.”

A ponderação coincide com alertas de especialistas e críticas da oposição. Desde que a operação foi lançada, em janeiro, a qualidade dos trabalhos é questionada e o governo vem sendo acusado de fazer uma “maquiagem” nas rodovias.

Nardes reiterou que já foram constatados outros proble-

mas nas obras, como a falta de fiscalização. Ele afirmou que em alguns canteiros que visitou não havia fiscais do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

RELATÓRIOS

Os primeiros relatórios das equipes de auditoria do TCU que estão acompanhando a operação devem chegar às mãos de Nardes no próximo fim de semana. De acordo com o ministro, até o fim de fevereiro, 75% dos relatórios deverão estar prontos. O restante deverá ser entregue no mês que vem.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o Ministério dos

Transportes reiterou que o governo só vai pagar pelas obras que forem feitas com qualidade e depois que todas as auditorias forem concluídas.

Hoje, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, vai a uma sessão conjunta das Comissões de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para prestar esclarecimentos sobre a operação. Também falarão aos senadores o diretor-geral do DNIT, Mauro Barbosa da Silva, e o secretário-executivo do ministério, Paulo Sérgio de Oliveira Passos. •

Ministro Alfredo Nascimento vai ao Senado prestar esclarecimentos

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, O calçado brasileiro toma rumos jamais previstos. O povo gaúcho está preocupado com a decisão da implantação de uma indústria do grupo gaúcho Paquetá na Argentina, com a meta de produzir naquele país 1,5 milhões de pares de sapato por ano, podendo chegar a criação de 2 mil vagas de trabalho.

Os encargos sociais, a alta tributação, a taxa de juros mais alta do mundo, a invasão do calçado chinês são algumas das razões que estão fazendo com que indústrias brasileiras desempreguem no sul do País e criem vagas em outros países!

O setor calçadista brasileiro tem sido reconhecido no âmbito nacional e internacional pela qualidade dos nossos produtos; pela alta tecnologia utilizada; pelo profissionalismo daqueles que atuam no setor; pela mão-de-obra especializada e altamente qualificada.

A indústria calçadista é competente e viável. Porem necessita de condições justas de concorrência, visto que têm enfrentado dificuldades de competir com a invasão de produtos chineses em razão da desigualdade de condições, principalmente, quanto aos tributos e aos encargos sociais que estão muito além dos aplicados na china.

No ano passado, segundo dados da Abicalçados, o setor embarcou 11% a menos nas exportações de calçados em relação a 2004, deixando de exportar 23 milhões de pares de calçados e desempregando 20 mil trabalhadores.

Acredito que o setor foi muito prejudicado em 2005 com a atual política econômica. Perdemos milhares de postos de trabalhos. Vimos a economia da região do Vale do Sinos ameaçada e os nossos trabalhadores desempregados, diante de uma família inteira para sustentar.

Assistimos na televisão nosso povo chorando o desemprego e amargando um natal de fome. O fechamento de 60 empresas no “Vale dos Sinos”, sem perspectivas para o próximo ano! Além do declínio das exportações de calçados e o vertiginoso aumento das importações. E, ainda, a possibilidade de cancelamento do repasse devido pela Lei Kandir.

Não dá para calar diante desses fatos!

A reunião do setor calçadista com o Presidente Lula e a equipe econômica, ocorrida no final do ano passado, sinalizou com a possibilidade do Governo Federal buscar medidas para que as empresas possam voltar a investir nas exportações e detenham o desemprego.

O governador do estado sancionou este mês um decreto que isenta do pagamento de ICMS máquinas e equipamentos destinados às indústrias do setor coureiro-calçadista e moveleiro. A medida possibilitará uma

melhor estruturação de dois setores que mais geram emprego e renda no Rio Grande do Sul.

Defendo uma mudança na política econômica do Governo Federal, com a redução dos juros, o aumento das alíquotas de importação, a diminuição da carga tributária, linhas de financiamento para o setor, a desvalorização do real perante o dólar e o imediato resarcimento dos créditos tributários devidos pela exportação. Este é o caminho para desenvolvermos a indústria brasileira, fortalecermos a geração de emprego e renda e voltarmos a respirar aliviados!

Era o que tinha a dizer.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2006. – Senador **Paulo Paim** (PT – RS).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 9 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2006 (nº 1.111/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Constitutivo da Organização Internacional da Vinha e do Vinho – OIV, assinado pelo Brasil em Paris, em 2001.

Parecer favorável, sob nº 151, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

3

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 39, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2006 (nº 1.655/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, celebrado em Brasília, em 16 de junho de 2004.

Parecer favorável, sob nº 152, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Serys Sihessarenko.

4

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 40, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2006 (nº 1.656/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Tegucigalpa, em 12 de agosto de 2004.

Parecer favorável, sob nº 153, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Serys Sihessarenko.

5

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 41, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2006 (nº 1.733/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 154, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Serys Sihessarenko.

6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2006 (nº 1.800/2005, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção da Segurança da Aviação, assinado em Brasília, em 22 de março de 2004.

Parecer favorável, sob nº 155, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Arthur Virgílio.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2005 (nº 2.866/2004, na Casa de origem), que institui o dia 5 de maio como o “Dia Nacional do Líder Comunitário”.

Parecer favorável, sob nº 1.957, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2005 (nº 3.482/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Matemática.

Parecer sob nº 1.958, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Zambiasi, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

(OS Nº 10984/06)

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL**

**21-2-2006
terça-feira**

11:00 – Assinatura de convênio entre o Ministério das Comunicações e a Prefeitura de Maceió, abrangendo projeto de instalação de telecentros comunitários no Município de Maceió

Ministério das Comunicações – Esplanada dos Ministérios 8º andar.

15:30 – Cerimônia de Lançamento da Pedra Fundamental do Campus de Arapiraca da Universidade Federal de Alagoas, com a presença do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva

Arapiraca – Alagoas

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52^a LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patricia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾ PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio - PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽⁸⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413

PMDB

Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)

Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		

PDT

Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
-----------------	----	------	--------------------	----	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
----------------------	----	------	------------------	----	------

Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Romeu Tuma (PFL/SP) 2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Shhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Shhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPILCY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)
--	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
-----------------------------	---------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3318-8232 Fax: (55) (61) 3318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055

**GESTÃO
00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



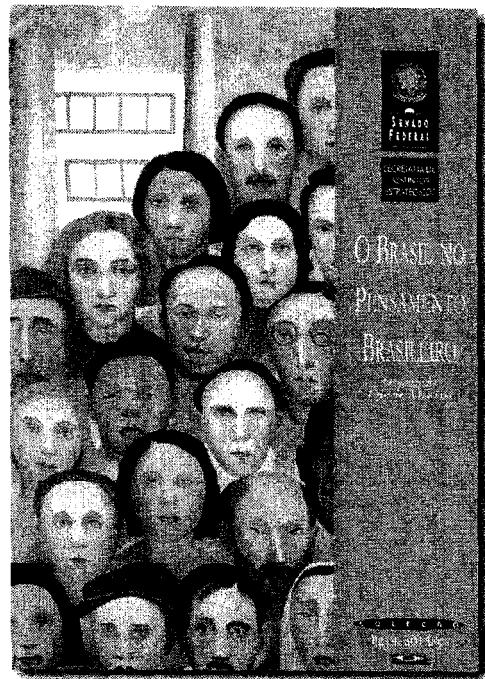
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 142 PÁGINAS